



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**



DORLAND POHANG ANGOBOUL

**A FLORESTA DA BACIA DO CONGO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA
EXTERNA DO GABÃO NOS GOVERNOS ALI BONGO ONDIMBA (2009-2023)**

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2024

DORLAND POHANG ANGOBOUL

**A FLORESTA DA BACIA DO CONGO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA
EXTERNA DO GABÃO NOS GOVERNOS ALI BONGO ONDIMBA (2009-2023)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na
Universidade Federal de Sergipe, como requisito
básico para a obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Orientador: Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque.

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2024

**A FLORESTA DA BACIA DO CONGO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA
EXTERNA DO GABÃO NOS GOVERNOS ALI BONGO ONDIMBA (2009-2023)**

Monografia apresentada como pré-requisito
para obtenção do grau de Bacharel em
Relações Internacionais à comissão
examinadora.

Aprovada em 27 / 03/2024

Nota: **09/10**

BANCA EXAMINADORA

Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Dr^a. Bárbara Vasconcellos de Carvalho Motta
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Me. Hugo Alves Mariz de Moraes
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

DEDICATÓRIA

A escolha de continuar meus estudos superiores no Brasil foi um marco crucial em minha trajetória de vida. Esses anos longe de minha terra natal, de minhas raízes socioculturais e de minha família foram um verdadeiro teste, moldando-me tanto como acadêmico quanto como ser humano. A experiência de estudar em outro idioma e em um ambiente tão diferente me fez repensar minhas visões de mundo, meus valores e meu papel na sociedade, além de me fazer valorizar cada amizade conquistada e cada ligação recebida de meus entes queridos.

Gostaria de expressar minha mais profunda gratidão à minha mãe, Albertine Irene Epa, cujo amor inabalável e apoio incondicional foram fundamentais para eu seguir adiante com minha decisão de ser o pioneiro da família a frequentar uma universidade fora do Gabão. Sem ela, esta jornada acadêmica não teria sido possível. Ela me ensinou que o amor transcende qualquer distância. Também quero agradecer a meu pai, Jean Basile Angoboul, por seu apoio moral constante.

Aos meus queridos irmãos, Arlette Tsangoye, Raïssa Mezock, Aïcha Léa Edoul e Jessica Mebala-Koaweck, minha gratidão é imensa. Mesmo estando longe, vocês sempre souberam como alegrar meus dias, mantendo-me informado sobre todos os acontecimentos familiares. Aos meus irmãos, Ulrich Lionel Ndaba Angoboul e Berni Noël Mitoussa Angoboul, mesmo que reservados, sei que me amam e se preocupam comigo.

Esta monografia é dedicada a vocês, minha querida família, pela inspiração, apoio e amor incondicional que sempre me ofereceram. Sem vocês, esta jornada não teria sido tão significativa.

Com todo o meu amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todas as pessoas que contribuíram para tornar estes cinco anos de graduação uma jornada memorável.

Em primeiro lugar, quero agradecer imensamente a Fall Emeric Mickala Nzigou. Sua amizade leal foi um apoio constante, fortalecendo-me e proporcionando-me novas perspectivas sobre o mundo, além de destacar o poder transformador da fraternidade.

Às amigadas que o Rosa Elze e a UFS me proporcionaram, meu profundo agradecimento. Marcelo Tarso, Isaac Adalberto, Douglas Batista, Samara Alves, Samuel Okoh, Dayane Santana e todos os que direta e indiretamente contribuíram para este trabalho, vocês foram essenciais. Sem o companheirismo e as refeições compartilhadas no Resun, essa jornada teria sido muito mais árdua. Levarei cada um de vocês no fundo do meu coração.

Um agradecimento especial aos professores do departamento de Relações Internacionais, que merecem meu enorme respeito e admiração pelo profissionalismo e dedicação. E, especialmente, ao meu orientador, Rodrigo Barros de Albuquerque, com quem aprendi que a pesquisa não é algo distante ou inacessível.

Por último, mas não menos importante, gostaria de expressar minha gratidão ao programa PEC-G por proporcionar meu acesso ao ensino superior de qualidade no Brasil.

Obrigado a todos por fazerem parte desta jornada e por tornarem estes anos de estudo verdadeiramente enriquecedores e inesquecíveis.

RESUMO

A floresta da Bacia do Congo, segunda floresta tropical do mundo em extensão depois da Amazônia, vem ganhando destaque na arena internacional. Por ser bem conservada, ela é considerada a floresta tropical que mais sequestra carbono (mais do que a Amazônia) e constitui um grande reservatório de biodiversidade, o que a insere no debate da luta contra as mudanças climáticas e preservação do meio ambiente. Essa atenção internacional tornou-se evidente nas relações diplomáticas do Gabão, sendo o país mais florestado da Bacia do Congo. Tradicionalmente conhecido por suas ações de manutenção da paz em países em conflito da África, o país tem se destacado por ser a primeira nação africana a receber pagamentos pelos serviços ambientais de sequestro de carbono de suas florestas. O presente trabalho buscou identificar os fatores que motivaram a incorporação da floresta da Bacia do Congo na política externa gabonesa e os ganhos substanciais desta nova orientação de política externa. Alicerçado nos conceitos de diplomacia ambiental, e reconhecendo o país como sendo uma Pequena Potência, o trabalho, elaborado a partir de pesquisa bibliográfica e documental, examinou as estratégias empregadas para o uso da floresta como ferramenta de influência internacional e regional, assim como avaliou os resultados dessa diplomacia ambiental.

Palavras-chave: Diplomacia Ambiental; Governança Florestal; Pequena Potência; Floresta da Bacia do Congo.

ABSTRACT

The Congo Basin forest, the second-largest tropical forest globally, following the Amazon, has been increasingly thrust into the international spotlight. Renowned for its exceptional conservation status, it stands as the preeminent tropical forest in carbon sequestration, surpassing even the Amazon. Additionally, it serves as a vast reservoir of biodiversity, elevating it to the forefront of discussions surrounding climate change mitigation and environmental preservation. This heightened global attention is notably reflected in Gabon's diplomatic engagements, given its status as the most wooded country within the Congo Basin. Historically recognized for its peacekeeping endeavors in conflict-ridden African nations, Gabon has distinguished itself by becoming the first African nation to receive compensation for the environmental services rendered through carbon sequestration in its forests. This study aims to delve into the factors driving the integration of the Congo Basin forest into Gabonese foreign policy and the substantial benefits derived from this strategic foreign policy shift. Drawing upon the principles of environmental diplomacy and acknowledging Gabon's classification as a Small Power, this research, conducted through comprehensive bibliographical and documentary analysis, investigates the methodologies employed to leverage the forest as a catalyst for both international and regional influence. Furthermore, it endeavors to assess the outcomes stemming from Gabon's environmental diplomacy initiatives.

Keywords: Environmental Diplomacy; Forest Governance; Small Power; Congo Basin Forest.

RÉSUMÉ

La forêt du bassin du Congo, la deuxième plus grande forêt tropicale au monde après l'Amazonie, est de plus en plus mise en lumière sur la scène internationale. Réputée pour son statut de conservation exceptionnel, elle se positionne comme la principale forêt tropicale en termes de séquestration du carbone, surpassant même l'Amazonie. De plus, elle sert de vaste réservoir de biodiversité, la plaçant au premier plan des discussions sur l'atténuation du changement climatique et la préservation de l'environnement. Cette attention mondiale accrue se reflète notamment dans les engagements diplomatiques du Gabon, étant donné son statut de pays le plus boisé dans le bassin du Congo. Historiquement reconnu pour ses efforts de maintien de la paix dans les nations africaines en proie aux conflits, le Gabon s'est distingué en devenant le premier pays africain à recevoir une compensation pour les services environnementaux rendus par la séquestration du carbone dans ses forêts. Cette étude vise à explorer les facteurs qui ont motivé l'intégration de la forêt du bassin du Congo dans la politique étrangère gabonaise et les avantages substantiels découlant de cette évolution stratégique de la politique étrangère. S'appuyant sur les principes de la diplomatie environnementale et reconnaissant la classification du Gabon en tant que Petite Puissance, cette recherche, menée à travers une analyse bibliographique et documentaire exhaustive, examine les méthodologies utilisées pour exploiter la forêt comme un catalyseur à la fois pour l'influence internationale et régionale. De plus, elle s'efforce d'évaluer les résultats découlant des initiatives de diplomatie environnementale du Gabon.

Mots-clés: Diplomatie Environnementale; Gouvernance Forestière; Petite Puissance; Forêt du Bassin du Congo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Mapa político da floresta da Bacia do Congo	13
Figura 2 - Mapa dos parques nacionais e das áreas protegidas do Gabão	15
Figura 3 - Estrutura hierárquica da sociedade internacional	26
Figura 4 - Anatomia dos conflitos ambientais e oportunidades concomitantes para a diplomacia	33
Figura 5 - Distribuição das reservas de biomassa dos principais tipos de florestas da Bacia do Congo	40
Figura 6 - Mapa atualizado dos minérios importantes para o Gabão	51
Figura 7- Orientações da gestão da natureza	67

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Declínio da produção de petróleo da empresa Shell Oil Corporation	53
Gráfico 2 - Diagrama de distribuição das reservas de petróleo em 2000, 2010 e 2020	55
Gráfico 3 - Contribuição do petróleo no PIB em 2022	62
Gráfico 4 - Perda da cobertura florestal nos países da bacia do Congo em 2019	74

QUADROS

Quadro 1 - Características de Pequenas Potências no Contexto do Gabão	28
Quadro 2 - Fases da política externa do Gabão	43
Quadro 3 - Os Parques Nacionais Gaboneses	48
Quadro 4- Contribuição do setor extrativista nas exportações do país em 2022.	57

LISTA DE SIGLAS

ACP - Comunidade Europeia e os Estados da África, dos Caribe e do Pacífico;
AGN - *African Group of Negotiators*;
APD - Ajuda Pública ao Desenvolvimento;
CAFI - Central African Forest Initiative;
CBD - Convenção sobre Diversidade Biológica;
ECOFAC - Programme de Conservation et de Valorisation des Ecosystemes Fragilisés d'Afrique Centrale;
ONGs - Organizações Não Governamentais;
OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo;
OUA - Organização da Unidade Africana;
PFE - *Projet Forêt-Environnement*;
PNAE - Plano Nacional de Ação Ambiental;
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;
PSFE - Programa Nacional de Ação para o Meio Ambiente;
PSGE - Plan Stratégique Gabon Emergent;
RCA - República Centro-Africana;
UAM - União Africana e Malgaxe;
UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza;
UNFCCC - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas;
WWF - Fundo Mundial para a Natureza;

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CONTEXTO HISTÓRICO DA TEMÁTICA AMBIENTAL E MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL	20
2.1 A incorporação do meio ambiente e da floresta nos debates internacionais	20
2.2. O conceito de pequenas potências como lente analítica	24
2.3. A diplomacia ambiental como instrumento analítico	30
3 A FLORESTA DA BACIA DO CONGO: CARACTERÍSTICAS E IMPORTÂNCIA NA ARENA INTERNACIONAL	35
3.1 Características da floresta da Bacia do Congo	35
3.1.1. Características hidrográficas	36
3.1.2. Características faunísticas	37
3.1.3. Características humanas	37
3.1.4. Subsolo da região	38
3.2. A relevância da floresta da bacia do Congo nos debates internacionais	39
4 A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DO GABÃO NO CONTEXTO DA GEOPOLÍTICA GLOBAL	42
4.1 Evolução da política externa do Gabão	42
4.1.1. Primeira fase da política externa do Gabão	43
4.1.2. Segunda fase da política externa do Gabão	45
4.1.3. Terceira fase da política externa do Gabão	47
4.1.4 Quarta fase da política externa do Gabão	48
4.2. As crises do petróleo e a preocupação do Gabão com o meio ambiente	50
4.3. Diversificação econômica como solução para a crise do petróleo	58
4.3.1. Diversificação através do <i>Plan Stratégique Gabon Emergent</i>	59
5 O GABÃO NA GEOPOLÍTICA AMBIENTAL: ENTRE PERSPECTIVAS INTERNACIONAIS E DESAFIOS INTERNOS	63
5.1. Evolução do quadro jurídico-institucional da proteção ambiental no Gabão	63
5.2. Proteção das florestas e estratégias diplomáticas para a promoção da floresta	67
5.3. As instituições da gestão sustentável das florestas	69
5.3.1 A nível nacional	69
5.3.2 A nível regional e internacional	71

5.4 Diplomacia gabonesa na geopolítica ambiental global	75
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	85

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de proteção do meio ambiente é uma temática que ganhou relevância nas Relações Internacionais a partir da Conferência de Estocolmo de 1972. A interdependência complexa que sugere que os Estados são cada vez mais interligados por uma variedade de fatores (econômicos, tecnológico e culturais), destacando que os problemas ambientais globais, como a mudança climática, a poluição e a perda de biodiversidade, também tornam os países cada vez mais interdependentes uma vez que esses problemas não respeitam as fronteiras nacionais (Keohane, Nye, 1977). Por isso, os Estados unem esforços para cooperar com o propósito de reduzir conjuntamente a degradação ambiental. No centro dessas considerações geopolíticas está a República do Gabão, cujos sucessivos governos compreenderam a importância da proteção do meio ambiente para a economia, a saúde e a segurança nacional. Com a criação dos 13 parques nacionais em 2002, o país fez da pauta ambiental uma das questões mais importantes de sua política, tanto interna como externa.

O presente trabalho visa explorar em profundidade essa dinâmica entre a proteção do meio ambiente e a política externa do Gabão, refletindo sobre o caráter estratégico assumido pela floresta da Bacia do Congo. A presente pesquisa pretende examinar como a floresta da Bacia do Congo tem sido utilizada para fortalecer a posição internacional do Gabão e influenciar suas relações com outros Estados, organizações regionais e internacionais e atores não estatais. Desta maneira, buscamos responder à pergunta: quais elementos impulsionaram a floresta da Bacia do Congo como um instrumento de política externa do Gabão?

As florestas tropicais constituem reservatórios de biodiversidade e de carbono. Há algumas décadas, elas estão no cerne de discussões internacionais sobre mudanças climáticas. A Bacia do Congo, segundo maior ecossistema de floresta tropical depois da Amazônia, ganhou relevância no âmbito internacional não só por abrigar 10% da biodiversidade mundial, mas também pelo papel importante que desempenha na regulação do sistema climático global (De Wasseige, 2015).

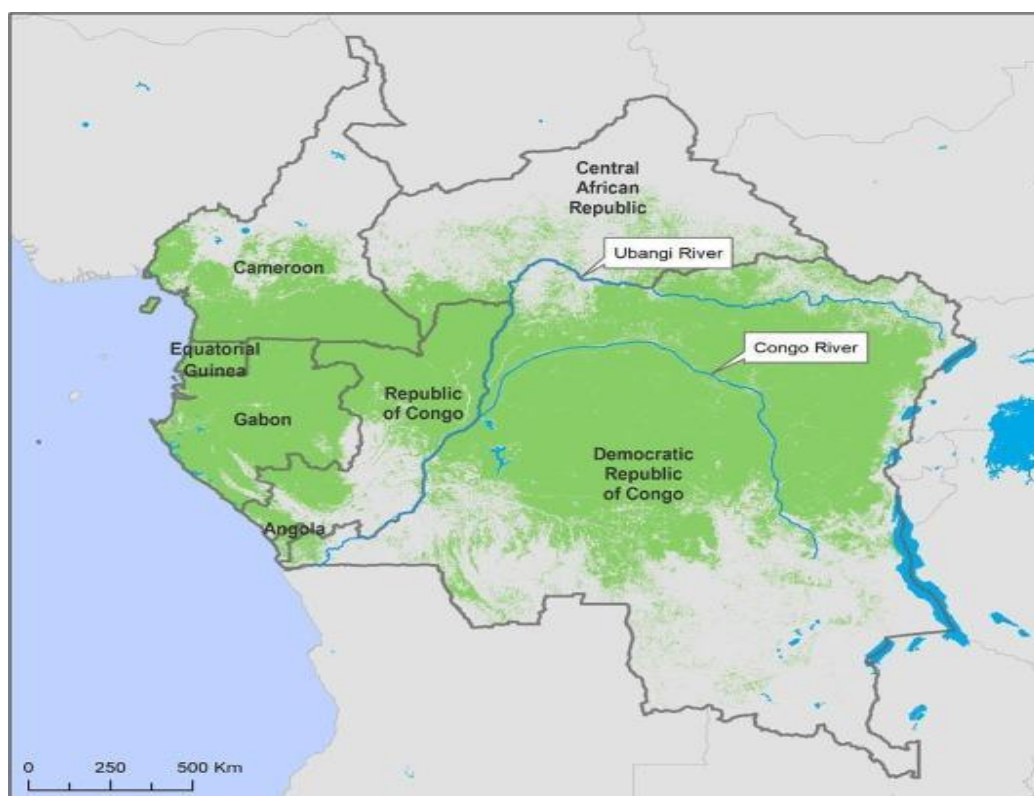
Localizada na África Central, a floresta da Bacia do Congo, se estende numa superfície de 2.023.428 km² e se configura como a segunda maior floresta tropical do mundo (WWF, 2014). Ela representa 6% das superfícies florestais do mundo, e 70% das florestas do continente africano (Ngo-Samnick *et al.*, 2017). Conhecida como “o pulmão da África”, a Bacia do Congo é o lugar que mais sequestra carbono na terra, absorvendo mais do que na

Bacia Amazônica (The World Bank, 2022), por ter uma grande superfície de florestas primárias não perturbadas (De Wasseige, 2015).

A diversidade das espécies no ecossistema da Bacia do Congo é ressaltada pela especificidade de sua fauna e flora, embora seja inferior à da Amazônia ou do Sudeste Asiático. Ela abriga aproximadamente 14.000 espécies vegetais e animais, sendo que 58% delas são endêmicas. A floresta também é lar de espécies de animais emblemáticos, como o ocapí, a gineta aquática, o gorila, o bonobo e outras espécies exclusivas desta região (Aveling, Debonnet, 2010).

Além de sua importância em termos de biodiversidade, a Bacia do Congo é o lar de mais de 75 milhões de pessoas (UNFPA, 2024) e serve como meio de subsistência. Ela alimenta indiretamente as populações que vivem nos grandes centros urbanos ao seu redor, oferecendo, por exemplo, fontes de proteínas originadas da caça e da pesca. O território desta floresta abrange 146 milhões de pessoas, em seis países (como demonstrado pela figura 1). Esses países são República Democrática do Congo, República do Congo, República Centro-Africana, Camarões, Guiné Equatorial e Gabão. A República Democrática do Congo é o país que contém a maior parcela da floresta, com 61% dela situada dentro de suas fronteiras nacionais (Ngo-Samnick *et al.*, 2017).

Figura 1 - Mapa político da floresta da Bacia do Congo



Fonte: Shapiro *et al.*, 2021.

O Gabão corresponde ao país mais florestado da região com sua superfície coberta a 85% por florestas ombrófilas densas (Ngou, 2012) apesar de abrigar apenas 13% da floresta da Bacia do Congo (Ngo-Samnick *et al.*, 2017). A vasta extensão desta floresta no território gabonês posiciona-se como um recurso de importância estratégica nas políticas de inserção regional e internacional do país.

Localizado no litoral ocidental da África central, o Gabão é um país conhecido por sua rica biodiversidade e vastas extensões de floresta tropical. Sua localização geográfica entre o equador e o Trópico de Capricórnio proporciona um clima equatorial úmido, com altas temperaturas e chuvas abundantes durante todo o ano. O país faz fronteira com o Oceano Atlântico a oeste, com a Guiné Equatorial a noroeste, com Camarões ao norte e com o Congo-Brazzaville a leste e ao sul. A economia do Gabão é predominantemente sustentada pela produção de recursos não renováveis, notadamente petróleo, manganês e urânio. O setor florestal desempenhou um papel crucial na economia até o boom do petróleo na década de 1970 (Tchatchou *et al.*, 2015). O país se estende em uma área de aproximadamente 267.667 km², oferecendo uma ampla variedade de ecossistemas que lhe conferem uma riqueza ambiental excepcional. Essa biodiversidade vem sendo protegida ativamente desde 2002, com a criação de 13 parques nacionais (Kialo; Essabe; Ango, 2011), o que permitiu ao Gabão incorporar a pauta ambiental em sua agenda político-diplomática.

Para que as questões ambientais começassem a ser discutidas no Gabão, a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92), 20 anos depois da de Estocolmo, e a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) foram de suma importância (Kamto, 1996; Ndjambou, 2013). As conferências resultaram em uma consciência ambiental intensificada nas nações africanas e em desenvolvimento como um todo. O impacto foi mais significativo nos países em desenvolvimento, contribuindo para a construção do arcabouço jurídico ambiental do Gabão e impulsionando o desenvolvimento da diplomacia ambiental do país. Um exemplo mais concreto é a efetivação da criação dos 13 parques nacionais (figura 2 e quadro 3) em decorrência das resoluções da conferência Rio-92. De fato, a adesão a convenções internacionais tal qual a Convenção sobre a Diversidade Biológica suscitou uma criação de áreas protegidas ao ponto de transformar 11% da superfície do Gabão em parques nacionais em 2002 (Kamto, 1996; Moussavou, 2012), proporção essa que evoluiu hoje para 25% do território nacional (Ngou, 2012). As conferências solidificaram e fortaleceram a posição do Gabão como líder na preservação ambiental, especialmente das florestas. O reconhecimento

internacional deriva da vasta cobertura florestal do país, que corresponde a 85% de seu território, impondo uma grande responsabilidade de proteção (ONU, 2022).

Figura 2 - Mapa dos parques nacionais e das áreas protegidas do Gabão



Fonte: Mapsland (<https://tinyurl.com/42m8f8wr>)

Ademais, o posicionamento do Gabão nos regimes internacionais ambientais tem se baseado nos regimes internacionais da biodiversidade e das mudanças climáticas, a fim de reafirmar a natureza intocada de suas florestas e a capacidade que elas têm para sequestrar os gases de efeito estufa. Desta maneira, o Gabão está fazendo parte desses países do Sul que estão buscando liderar as respostas contra as mudanças climáticas (ONU, 2022).

Considerando que o cumprimento dos compromissos ambientais internacionais e das metas de sustentabilidade depende da cooperação entre países em desenvolvimento e desenvolvidos (Vancim, 2021), um marco histórico na preservação ambiental do Gabão foi observado em setembro de 2019. Na ocasião, a Noruega assumiu um compromisso significativo ao retribuir o Gabão por seu dedicado esforço na conservação de suas florestas que capturam toneladas de gases de efeito estufa (PNUD, 2021; TAN, 2021). O acordo

assinado entre ambos os países sugeriu que a Noruega pagaria até US\$ 150 milhões ao Gabão para sequestrar o carbono na atmosfera – e consequentemente reduziria ainda mais o desmatamento do Gabão – durante um período de 10 anos (CAFI, 2019). O evento representou um momento histórico, com a assinatura do primeiro acordo dessa natureza no continente africano.

A partir do que foi exposto, o tema da presente pesquisa é a diplomacia ambiental gabonesa e como ela tem se inserido a floresta tropical da Bacia do Congo em sua estratégia de política externa. Esta temática está inserida na área de Relações Internacionais, e mais especificamente nos estudos diplomáticos e análise de política externa, visto que se destina a analisar a política externa do Gabão no quesito da proteção do meio ambiente, como meio de inserção internacional, neste caso a proteção contra a degradação e o uso irracional da floresta da Bacia do Congo, para se alinhar com as normativas internacionais, e garantir seu desenvolvimento sustentável.

O objetivo geral deste trabalho é investigar o uso da proteção da floresta na Bacia do Congo como um instrumento de política externa pelo Gabão, identificando os principais fatores que podem explicar tal abordagem. Para alcançar esse propósito, o estudo analisa o papel da diplomacia ambiental do Gabão em contextos regionais e internacionais relacionados às florestas, enfatizando os tratados e convenções dos quais o país é signatário. Além disso, investiga as estratégias e políticas adotadas pelo Gabão para utilizar a floresta na Bacia do Congo como um recurso geopolítico, com foco nos esforços direcionados para atingir os objetivos econômicos nacionais.

O estudo parte da hipótese de que a diplomacia gabonesa demonstrou um aumento significativo no interesse pelas questões de preservação ambiental a partir de 2002, o que se refletiu na criação de 13 parques nacionais. Esta intensificação da atenção ambiental pode ser atribuída, em parte, a motivos econômicos, impulsionados pela necessidade de diversificação da economia após as crises no setor petrolífero, que historicamente tem sido o principal recurso exportado pelo país.

Para investigar a hipótese mencionada, o trabalho se desenvolve em quatro capítulos: o primeiro capítulo apresenta breves considerações sobre a adesão da temática ambiental nas relações internacionais, e destaca a abordagem analítica do trabalho, baseado nos conceitos de Pequena Potência e Diplomacia Ambiental. Já o segundo capítulo trata das características da floresta da Bacia do Congo, e sua subsequente relevância para as relações internacionais. Na sequência, o terceiro capítulo elucida as grandes linhas da política externa gabonesa em seus

contextos histórico e geopolítico, e a inclusão da questão ambiental. Por fim, o quarto capítulo trata da atuação da diplomacia gabonesa no que tange à preservação do meio ambiente, e no tocante às conquistas na arena internacional.

Em relação aos métodos empregados, esta monografia se fundamenta em fontes primárias, tais como tratados, relatórios e documentos oficiais, além de recorrer à consulta de fontes secundárias, como artigos científicos, livros, dissertações e teses que abordam o tema. Com base nesse enfoque, a pesquisa é caracterizada como documental e bibliográfica, utilizando a técnica de análise de conteúdo para a coleta e análise de dados.

Com o intuito de superar os desafios relacionados à inviabilidade de conduzir pesquisas empíricas em campo durante a elaboração deste estudo, escolheu-se o emprego da pesquisa documental e da pesquisa bibliográfica que apresentam diferenças em relação aos dados coletados. Assim, conforme apresentado por Gil (2002):

A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (Gil, p.45, 2002).

Assim, as pesquisas documental e bibliográfica englobam a revisão da literatura concernente à política externa gabonesa em matéria de preservação ambiental, assim como a coleta de documentos relevantes, como tratados internacionais, relatórios governamentais e das organizações internacionais, que ajudaram a explicar os rumos da política externa e a centralidade da (e na) temática ambiental.

Quanto à abordagem metodológica, optou-se por uma perspectiva qualitativa, conduzida por meio de um estudo de caso. Segundo Almeida, um estudo de caso é “uma investigação cuja finalidade é descrever e analisar acontecimentos, agentes e situações complexas, com dimensões variáveis em interconexão” (Almeida, p. 61, 2016). Assim, a ideia de dimensões variáveis em interconexão ressalta a abordagem holística inerente ao método, que visa compreender a interação entre diversos elementos contextuais. Assim, o estudo de caso emerge como um instrumento relevante para desvendar nuances muitas vezes negligenciadas por abordagens mais generalizantes, possibilitando uma análise completa e rica da temática abordada. Seu maior valor está na sua capacidade de “fornecer o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada, de modo que os resultados atingidos podem permitir formular hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas” (Triviños, p. 111, 1987).

A importância do estudo de caso repousa no fato de, como exposto acima, viabilizar uma investigação de maior profundidade sobre um objeto específico, uma vez que explora diversas variáveis e facilita a identificação de múltiplas correlações entre distintos fenômenos. Tal concepção é pertinente para o objetivo do presente estudo já que se aplica a uma realidade definida – a política externa do Gabão – ao buscar saber suas implicações com a proteção da floresta a partir dos eventos contemporâneos registrados.

As ferramentas metodológicas utilizadas na organização deste trabalho tiveram como marco analítico o conceito de diplomacia ambiental, cuja origem permanece incerta, devido à sua natureza pluridisciplinar e à sua evolução na interação dos diversos atores da sociedade internacional, e passou a ser usado com maior frequência a partir da Rio-92 (Ali, 2016).

Nessa perspectiva, a fim de aprofundar a compreensão desse conceito, é importante entender o que é diplomacia. Conforme Marques (2021), a diplomacia é definida como uma atividade de interação entre Estados, que recorre à negociação ou outros meios pacíficos para “promover os interesses nacionais por meio do contínuo intercâmbio de informações entre povos e nações” (Gounelle, 2010, citado por Nze-Nguema, p. 26, 2018). Dentro do âmbito das Relações Internacionais, a diplomacia é concebida como uma atividade profissional realizada pelos representantes do Estado, visando à gestão pacífica das relações entre entidades (Smouts; Battistella; Vennesson, 2006, citado por Nze-Nguema, p. 26, 2012. Marques, 2021). Um dos potenciais desdobramentos da atividade diplomática é a formação de regimes internacionais.

É importante destacar a distinção entre diplomacia ambiental e diplomacia climática, dois conceitos frequentemente utilizados como sinônimos¹. Enquanto a diplomacia climática se concentra principalmente em questões de políticas para enfrentar as mudanças climáticas, como a redução de emissões de gases de efeito estufa e restrições ao uso de poluentes em geral, a diplomacia ambiental é mais abrangente, focando no uso racional e sustentável dos recursos naturais, bem como em sua preservação para as gerações futuras. Nze-Nguema enfatiza que “a diplomacia ambiental visa principalmente estabelecer acordos entre Estados sobre a redução das emissões de gases de efeito estufa, a conservação e o compartilhamento de recursos hídricos, ou a proteção da biodiversidade” (p. 33, 2018. Tradução nossa).

Para entender a natureza das interações do Gabão nos regimes internacionais de meio ambiente, é preciso situá-lo no sistema internacional de Estados. Assim, outro conceito

¹ Também conhecida como diplomacia verde, diplomacia ecológica ou governança ambiental global.

fundamental para esta pesquisa é o de pequenas potências² criado por Fox (1959) e desenvolvido por Keohane (1969). Carvalho (1986) contribui para a conceituação, enfatizando que “a designação de Pequena Potência pressupõe a existência de uma hierarquia de poder no sistema mundial”, nesse sentido, afirma-se que os Estados operam dentro de estruturas de poder e instituições, levando-os a institucionalizar suas relações por meio de regimes internacionais (Nze-Nguema, 2018; Carvalho, 1986).

A classificação desses Estados como tal é resultado de uma análise que identifica similaridades em suas características internas e padrões de comportamento em suas estratégias de interação internacional. Essa análise permite agrupá-los nesta categoria de pequenas potências facilitando assim o estudo e a compreensão de seus comportamentos e motivações na arena internacional.

A justificativa deste trabalho reside na relevância da problemática ambiental no contexto global contemporâneo. A crescente degradação ambiental no mundo, que leva a mudanças climáticas, exige medidas urgentes. Embora os países em desenvolvimento emitam menos poluentes, são os que mais sofrem as consequências dessa degradação. Assim, as florestas do Gabão se inscrevem nesta perspectiva por representarem uma importante solução natural para combater essa crise, e sua preservação pode trazer benefícios socioeconômicos consideráveis para o país. Isso justifica a participação ativa do Gabão em regimes internacionais relacionados à preservação ambiental.

² Ou ainda Pequenos Estados (em inglês *small states* ou *small powers* segundo o artigo de Keohane (1969) *Lilliputians' Dilemmas: Small States in International Politics*). Usamos também a terminologia Pequenos Estados em Desenvolvimento, traduzido do inglês *Small Developing States* de Calleya (2016).

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA TEMÁTICA AMBIENTAL E MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL

O presente capítulo analisa, na sua primeira seção, a adesão do meio ambiente nos debates internacionais. Para isso, é feita uma retomada histórica da inserção dos assuntos relativos à emergência ambiental e os mecanismos de resposta que são principalmente a proteção das florestas tropicais. Em seguida, é feita a discussão dos conceitos de pequena potência e de diplomacia ambiental, colocando-se como as lentes analíticas que sustentam a base teórica deste trabalho.

2.1 A incorporação do meio ambiente e da floresta nos debates internacionais

A agenda internacional direcionada ao meio ambiente surge a partir da necessidade de suplantar as diversas crises ambientais decorrentes do modo de produção oriundo da Revolução Industrial, e da necessidade de garantir concomitantemente o bem-estar das populações. Foi em Estocolmo em 1972 que ela ganhou relevância após a constatação de vários eventos de poluição, principalmente decorrente da atividade industrial.

Desta maneira, a degradação ambiental, a exploração dos solos e a perda de biodiversidade ou a poluição da natureza para a consecução dos objetivos de desenvolvimento econômico de um país começaram a ser vistos como preocupações pelos países industrializados, pois o desenvolvimento do conhecimento científico e a proliferação de instituições dedicadas ao meio ambiente levaram ao descobrimento da relação de interdependência ecológica global (Nadir; Siqueira Tybusch; Araújo, 2020). Reconhecer que as ações sobre o meio ambiente de um país podem ter impactos negativos em outros países “torna necessária uma articulação internacional para a condução também de problemas ambientais, pois o reconhecimento da interdependência ecológica entre os continentes requer ações coletivas nas dimensões socioeconômicas, políticas e ambientais” (Andrighetto; Cenci; Estenssoro, 2016). Para tanto, fez-se necessário ter um corpo diplomático treinado em cada país, para concretizar tais negociações.

Tendo em vista esta conscientização da comunidade internacional, a cooperação

iniciada a partir dos anos 1970 com a conferência de Estocolmo deixou claro quais as posições dos países do Norte Global e dos países do Sul Global. Em plena tensão da Guerra Fria, e enquanto alguns países em desenvolvimento estavam lutando para saírem das rédeas do colonialismo, os mesmos países denunciavam a exploração de seus recursos naturais pelos seus antigos colonizadores. Dessarte, a Conferência de Estocolmo não ficou isenta de discórdia e de contestação posto que países do Norte Global, e notadamente a França e o Reino Unido, argumentaram contra a conferência, temendo ser um meio de os países em desenvolvimento obterem financiamentos dos seus antigos países colonizadores. Por outro lado, inúmeros países em desenvolvimento receavam que o apoio às questões de proteção ambiental fossem uma desculpa para os países industrializados restringirem ainda mais seu desenvolvimento (Chasek, 2020). A partir da avaliação dessas preocupações dos países em desenvolvimento como sendo reais, um grupo de especialistas se juntou em 1971 em Founex na Suíça para examinar de que maneira os países em desenvolvimento poderiam se desenvolver sem causar dano ao meio ambiente. Assim, o relatório do Grupo Founex desempenhou um papel crucial em integrar o tema do desenvolvimento sustentável nas relações internacionais.

Por mérito do relatório do Grupo Founex, os países do Sul Global lograram que a ênfase da conferência fosse colocada nas questões ligadas ao subdesenvolvimento e à pobreza, para refletir as prioridades mundiais (Chasek, 2020). A partir desses pressupostos reconhecidos na Declaração de Estocolmo, realizou-se a conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992, que serviria para consolidar as realizações de Estocolmo. A escolha do Brasil não foi trivial, já que seria para representar os interesses maiores dos países em desenvolvimento herdados em Estocolmo. O evento contou com a participação de 108 líderes de estado, 187 delegações governamentais, aproximadamente 10.000 representantes oficiais do governo, mais de 1.400 organizações não governamentais (ONGs) devidamente credenciadas e quase 9.000 jornalistas (Nadir; Siqueira Tybusch; Araújo, 2020). A Conferência do Rio adotou três textos mais importantes: (1) a Declaração do Rio, (2) a Declaração de Princípios Florestais e (3) o plano de ação da Agenda 21. Também, assinaram-se duas convenções: a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) e a Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), além da implementação do princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada. Sobre este último, Siqueira, Tybusch e Araújo (2020) destacam que:

[...] todos os Estados devem comprometer -se com os esforços para proteger o meio ambiente, mas esses esforços devem ser calculados proporcionalmente com a sua capacidade. Em outras palavras, o esforço exigido dos países desenvolvidos deve ser muito maior do que as solicitadas aos países em desenvolvimento (Siqueira, Tybusch e Araújo, p. 331, 2020).

Com as deliberações proferidas nas duas conferências ambientais mais significativas, o cenário se tornou favorável para que as nações do Sul Global se envolvessem de maneira mais proativa na pauta ambiental internacional. Esse engajamento se fundamenta na sua posição como países detentores da maior parcela da biodiversidade global, abarcando mais de 70% da biodiversidade do planeta (Lago, 2013). As resoluções derivadas dessas conferências começaram a exercer impacto concreto sobre os países do Sul Global.

Segundo Keohane e Nye (1977) a interdependência se coloca como um conceito chave para a compreensão do surgimento de uma agenda ambiental global, que os autores apontam como diferente do conceito de interconexão. A interdependência remete às transações que atravessam as fronteiras dos Estados, e que implicam necessariamente no que Keohane e Nye (p. 43, 1977, tradução nossa) chamam de efeitos onerosos, podendo ser positivos como negativos. Quando não há abundância de efeitos onerosos, existe apenas uma interconexão. Neste caso, a procura e acumulação de riquezas levando à degradação transnacional do meio ambiente se caracterizam como um dos dados que implicam em efeitos onerosos negativos (ou ainda externalidades negativas) para os Estados, é a causa e a consequência de uma “interdependência ecológica” (Lifitin, 1999).

Se, de um lado, a emergência da temática ambiental é relevante nas relações internacionais, do outro lado é porque a degradação ecológica conhece efeitos transnacionais. Lifitin (1999) destaca que os problemas ambientais globais representam um paradoxo para as relações internacionais. Por um lado, podem ser vistos como novas oportunidades de disputa entre os atores (principalmente os Estados), na busca por recursos e soluções. Por outro lado, também podem impulsionar a cooperação internacional, diante da necessidade de ações conjuntas para enfrentar desafios que transcendem fronteiras nacionais.

No entanto, a perspectiva dos problemas ambientais como oportunidades de conflito ou cooperação revela-se intrincada e multifacetada. Por um lado, a competição por recursos naturais escassos, a busca por vantagens econômicas e a divergência de interesses nacionais podem transformar questões ambientais em fontes potenciais de conflito entre os Estados e outros atores não-estatais. Em um cenário onde a pressão sobre os ecossistemas globais aumenta, as disputas sobre o acesso e controle desses recursos críticos podem intensificar as tensões entre as nações.

Por outro lado, a interdependência ambiental global também abre espaço para a cooperação entre os atores internacionais. A compreensão crescente de que as questões ambientais não conhecem fronteiras nacionais, e que os impactos negativos de ações irresponsáveis afetam a todos, incentiva a formação de alianças e acordos internacionais. A busca por soluções conjuntas para desafios ambientais transfronteiriços pode criar oportunidades para a construção de consensos, promovendo a cooperação em prol da sustentabilidade global.

Assim, a dinâmica das disputas ambientais como potenciais fontes de conflito ou cooperação está sujeita a uma interação complexa entre interesses, valores e estratégias dos atores envolvidos. A gestão eficaz dessas questões requer abordagens inovadoras que reconheçam a interconexão entre o meio ambiente, a política e a sociedade global, transcendendo abordagens estritamente estatais e incentivando a colaboração entre governos, organizações não governamentais e setor privado.

Dessa forma, a agenda ambiental no contexto das relações internacionais se apresenta como um terreno fértil para a negociação e construção de soluções compartilhadas, mas também como um terreno onde as tensões e os interesses divergentes podem se manifestar, exigindo uma abordagem equilibrada e cooperativa para lidar com os desafios ambientais emergentes. É a partir desta perspectiva que se constroem os regimes ambientais globais, pautados na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e na proteção do meio ambiente (Avelhan, 2013).

Oriundos da vontade de cooperação dos atores do sistema internacional, os Regimes Internacionais são caracterizados como “conjuntos de princípios, implícitos ou explícitos, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão nos quais convergem as expectativas dos atores numa determinada área-tema” (Krasner, 1983, *apud* Keohane, 1984). Essa definição enfatiza a natureza abrangente dos regimes, incorporando elementos formais e informais que moldam as interações entre os Estados em contextos específicos. Dessa forma, os regimes representam estruturas organizadas que facilitam a cooperação e a coordenação entre os atores internacionais, desempenhando um papel crucial na governança global.

No caso específico do Gabão, as questões ambientais estão intrinsecamente ligadas à preservação da floresta da bacia do Congo, uma vez que esta desempenha um papel importante na biodiversidade e na regulação global do clima. Porém, a posição do país na hierarquia do sistema internacional é um elemento determinante de sua capacidade de influenciar e contribuir para esses esforços de mitigação.

2.2. O conceito de pequenas potências como lente analítica

Após a Segunda Guerra Mundial, o panorama geopolítico mundial presenciou uma notável transformação: a ascensão das pequenas potências. Esse grupo, composto por nações de menor porte territorial, populacional e econômico, emergiu como um ator fundamental no sistema internacional, desafiando a hegemonia das tradicionais superpotências, grandes potências e potências médias.

O trabalho precursor sobre o conceito de pequenas potências é de Annette Fox (1959) intitulado *The Power of Small States: Diplomacy in World War II*. Nesta obra, a autora explora o papel dos pequenos países durante a Segunda Guerra Mundial e examina como eles exerceram influência diplomática em um contexto global dominado por grandes potências, ainda que não possuíssem as mesmas capacidades militares das grandes potências. Fox argumenta que as pequenas potências, por meio de estratégias diplomáticas criativas, alianças regionais e redes de contatos internacionais, moldaram eventos e negociações cruciais. Sua análise demonstra que, apesar da falta de força militar, a diplomacia se tornou uma ferramenta poderosa para defender seus interesses e buscar soluções para os desafios enfrentados durante a guerra. No entanto, o foco no período da guerra limita a análise de Fox à questão militar, definindo pequenas potências como aquelas sem “poderio militar suficiente para exercer influência ou resistir à coerção” (Fox, 1959, tradução nossa). Por isso, as pequenas potências fazem uso da diplomacia como “a ferramenta da arte do Estado na qual ele pode, em certas ocasiões, esperar se destacar” (Fox, 1959, tradução nossa).

É importante reconhecer que o grupo de países considerados pequenas potências é dinâmico e se modifica com a evolução do sistema internacional (Fox, 1969). As cinco nações analisadas por Fox – Turquia, Finlândia, Noruega, Suécia e Espanha – não se encaixam mais nesse perfil na atualidade.

Outros trabalhos que tiveram uma significativa contribuição para este conceito são *Alliances and Small Powers* de Robert Rothstein (1969) e *Lilliputians' Dilemmas: Small States in International Politics* de Robert Keohane (1969).

Em sua obra de 1969, Rothstein vai além ao realizar uma análise abrangente do conceito de pequenas potências, buscando mapear sua origem. Ele delineia os papéis das pequenas potências na política internacional europeia em três períodos distintos: (i) o período de 1815 a 1854 (o “Período Clássico”), o período de 1854 a 1914 (a “Desestruturação do

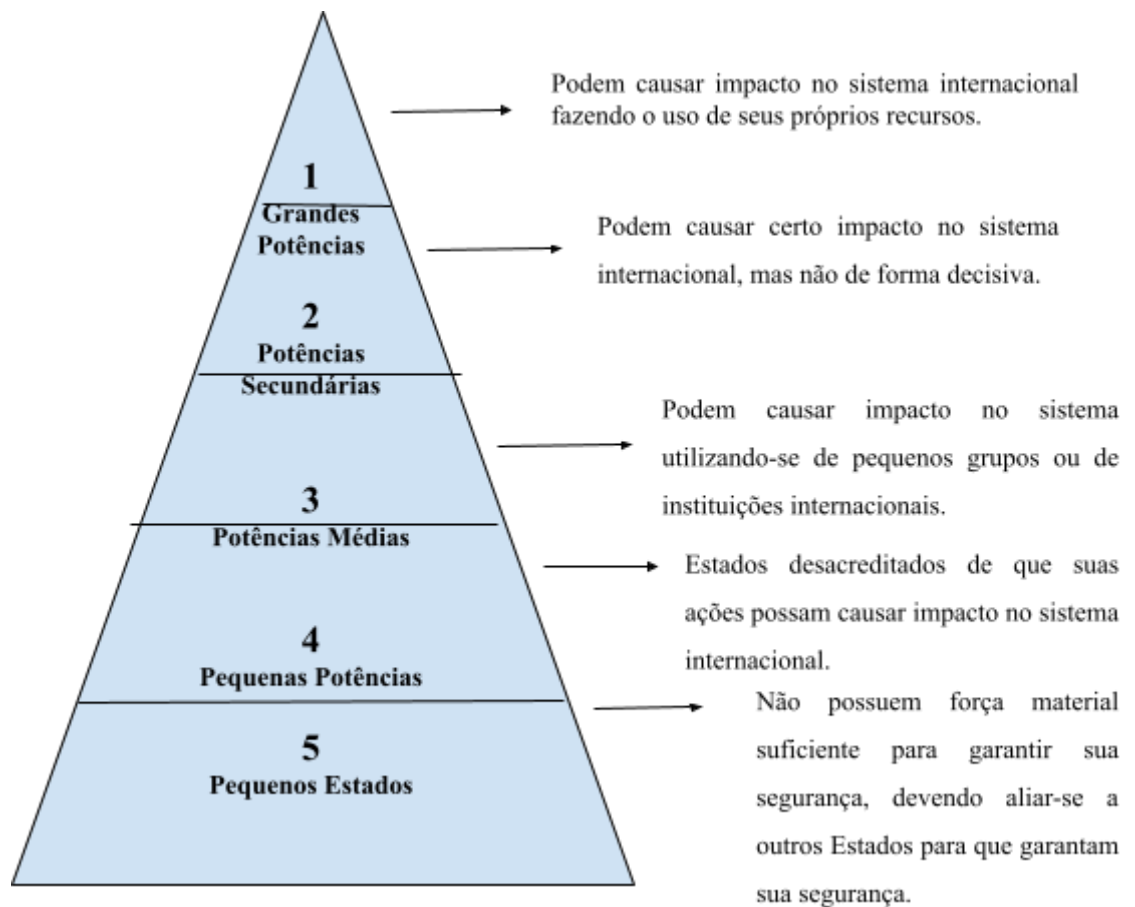
Sistema Antigo”) e o período de 1919 a 1939 (os anos entre-guerras). Este trabalho se destaca por identificar a origem do conceito de pequenas potências no Tratado de Chaumont (1814). O tratado, assinado por Áustria, Rússia, Prússia e Reino Unido, formaliza a distinção entre grandes e pequenas potências ao estabelecer o compromisso de não firmar acordos separados com a França. Essa iniciativa demonstra a união das partes e reconhece a força dessa aliança para criar um contrapeso para lutar juntos contra a França napoleônica. No contexto do Concerto da Europa (1815-1914), o tratado evidencia que, com exceção da Áustria, Prússia, Rússia, Reino Unido e França, os demais estados eram considerados pequenas potências. Essa classificação demonstra a presença desses estados em todos os continentes, contrariando a visão de que se limitavam a regiões geográficas específicas.

De acordo com Baldacchino e Wivel (2020), as grandes potências dominavam o cenário internacional, assumindo a responsabilidade pela estabilidade e pela criação das leis internacionais. As pequenas potências, por outro lado, aceitavam essas regras, livres de responsabilidades sistêmicas, mas com um espaço de ação política limitado, principalmente em suas relações exteriores.

Escrevendo no contexto histórico da Guerra Fria, Keohane (1969) aborda o conceito de pequenas potências destacando uma falha em sua definição que agrupa uma ampla gama de Estados. Além disso, ele argumenta que o conceito foi criado e usado pelos tomadores de decisões visando atender a seus próprios desejos já que essa categorização só serve para organizar os países que estão fora desta, em alianças. Isto advém de uma falta de consideração dos problemas reais desses países, sem ser os já rotulados.

As pequenas potências são predominantemente vistas por uma lente de força material e segurança, o que perpetua a desigualdade nuclear e fortalece alianças entre as grandes potências. Keohane sugere uma abordagem que vai além das definições objetivas, propondo a inclusão de uma dimensão psicológica dos líderes estatais, reconhecendo assim a subjetividade na análise comparativa das pequenas potências. Ele argumenta que elas sofrem a dominação de todas as outras potências, de acordo com essa configuração sistêmica. Assim, observa-se uma hierarquia de poder no sistema internacional (Carvalho, 1986), configurado no formato de uma pirâmide (figura 3) com os Estados, com maior poder de influência no topo, e aqueles com menor poder de influência na base desta pirâmide.

Figura 3 - Estrutura hierárquica da sociedade internacional



Fonte: Elaboração própria a partir de Keohane (1969).

Diante da dificuldade da definição do conceito de pequenas potências (Calleja, 2016), inúmeros autores, a exemplo de Carvalho (1986), procedem por exclusão: “são os Estados que não são grandes potências nem micropotências”. Indo mais além, Baldacchinoel e Wivel (2020) apresentam uma definição que compreende as esferas políticas e as capacidades materiais. Segundo eles, “são caracterizados pela capacidade limitada de seus sistemas políticos, econômicos e administrativos, e 2) se encontram como a parte mais fraca em relações assimétricas e incapazes de alterar a configuração de poder e sua expressão institucional” (Baldacchinoel; Wivel, 2020, tradução nossa).

Autores como Baldacchino e Wivel (2020) destacam a segurança física e integridade territorial como principal característica distintiva. Para eles, as pequenas potências sofrem com ameaças de invasão ou anexação, apesar de hoje em dia este método não ser mais usado como meio de eliminação de um Estado. Por outro lado, Carvalho (1986) enfatiza que os elementos críticos para definir pequenas potências são o tamanho da população, do território e a concentração econômica em uma fonte de receitas. Ele estabelece que as pequenas potências

são aquelas cuja superfície tem até 100.000 km, com uma população inferior a 50 milhões de habitantes. Calleya (2016) contribui para este entendimento, porém colocando que as pequenas potências são os países com até 10 milhões de habitantes. No entanto, no entendimento do Banco Mundial (2024), as pequenas potências são aquelas que têm uma população de até 1,5 milhões, declarando então a existência de um total 49 pequenas potências.

A inexistência de consenso na definição e sobretudo a pluralidade de definições, decorre da pluralidade de Estados dentro deste agrupamento. Isso faz com que vários Estados do mesmo grupo atendem (e não) aos critérios. Por exemplo, neste grupo temos a presença de países ricos como Luxemburgo (2.586 km² com 640 mil habitantes) e países pobres como a Etiópia (1.112.000 km² com 120 milhões de habitantes) (Calleya, 2016).

Observando algumas características nos aspectos político-militar, demográficos e sociais e econômicos e internacionais (quadro 1), o Gabão se enquadra como pequena potência, já que atende aos critérios de “vulnerabilidade” expostos por Calleya (2016). Na esfera econômica, por exemplo, Calleya (2016) destaca a dependência econômica e a dificuldade de diversificação da economia. Essa diversificação limitada, baseada na dependência de um único setor ou produto, torna os países “dependentes de uma única exportação, o que traz consigo uma dependência crônica” (Calleya, p. 426, 2016, tradução nossa).

No caso do Gabão, essa vulnerabilidade se evidencia na produção do petróleo, que tornou a economia altamente dependente de sua exportação (Ngou, 2012; Moussavou, 2012; Ndjambou, 2013; Mouloungui, 2014; Nze-Nguema, 2018). Durante os períodos de alta do preço do petróleo, essa dependência foi benéfica, porém, expôs a economia do país à volatilidade do mercado internacional. Como resposta a essa vulnerabilidade, o governo gabonês tem implementado políticas de diversificação econômica e de busca por novos parceiros comerciais (Ngou, 2012; Moussavou, 2012; Ndjambou, 2013; Mouloungui, 2014; Nze-Nguema, 2018).

No que diz respeito às estratégias de política externa das pequenas potências, estas geralmente se dividem entre defensivas, quando optam pelo isolamento, e proativas, quando participam ativamente em organizações internacionais, iniciativas regionais e estabelecem parcerias (Calleya, 2016). O Gabão, por exemplo, busca alianças com outros Estados da região em suas negociações, defende o multilateralismo e utiliza o conceito de *bandwagoning* ao estabelecer uma parceria estratégica com sua antiga potência colonial, a França, visando

garantir sua estabilidade política e econômica. Essa estratégia inclui também uma abordagem proativa na busca por parcerias e iniciativas regionais, como forma de ampliar sua influência regional e diversificar suas relações internacionais.

O Quadro 1 apresenta um compilado das características identificadas por Fox (1959), Keohane (1969), Rothstein (1969), Carvalho (1986), Calleya (2016) e Baldacchino e Wivel (2020), embora não seja uma lista exaustiva.

Quadro 1 - Características de Pequenas Potências no Contexto do Gabão

ESFERA	CARACTERÍSTICAS	OBSERVADAS NO GABÃO?	
Demográfica e social	População pouco numerosa.	Sim	O país conta com uma população de 2,34 milhões de habitantes.
	Território de reduzidas dimensões.	Não	O país tem uma superfície de 267.667 km ² , sendo o 76º país por área.
	Má qualidade do ensino.	Sim	Apesar de uma taxa de alfabetização de 82%, os gastos com educação no país representam apenas 2,7% do PIB, o que coloca a qualidade de educação em 116º lugar mundial de 138 países.
	Pouco Desenvolvimento científico-tecnológico.	Sim	O foco da educação nas ciências humanas e sociais gera uma carência de graduados em ciência, tecnologia e engenharia, impactando negativamente os setores de alto valor agregado da economia.
	Capacidade industrial e empresarial fraca.	Sim	A indústria representa 12% da atividade econômica. A iniciativa privada ainda é restrita a grandes investimentos estrangeiros, com pouca assistência a empresas de pequeno porte. É o 169º lugar (de 190), dos países com facilidades para fazer negócios.
	Pobreza.	Sim	32,2 % da população é pobre e 8,2% vive na extrema pobreza.
	Suscetibilidade a pandemias.	Não	O fechamento de fronteiras, testagem em massa, vacinação e restrições de viagens foram utilizadas para enfrentar epidemias como o Ebola e a Covid-19. A experiência com o Ebola, fez o país conter rapidamente a Covid-19 (305 mortes).
	Suscetibilidade a desastres ambientais.	Não	A qualidade do meio ambiente no Gabão observa uma boa regularidade, sendo as enchentes a maior manifestação de mudanças climáticas, afetando apenas as grandes cidades costeiras devido à alta taxa de urbanização precária.
	Sem auto-suficiência em alimentos.	Sim	A agricultura familiar de subsistência predomina no país, com baixa produtividade e insuficiência para atender a demanda local, obrigando a importação de 60% dos alimentos. O projeto GRAINE, implementado pelo governo, busca reverter esse quadro.
	Sem auto-suficiência em energia.	Não	A energia no Gabão vem da biomassa, hidrocarbonetos e hidroeletricidade (favorecida pela extensa rede hidrográfica). Mais de 90% da população tem acesso a eletricidade, mas a maioria nas áreas rurais depende de biomassa.
	Sem auto-suficiência em minerais.	Não	O país é rico em recursos minerais, exportando urânio, ouro, nióbio, cobre, zinco, manganês e principalmente minério de ferro. O depósito de ferro de Belinga, o maior do mundo ainda

Econômica			não explorado, demonstra o enorme potencial do país nesse setor.
	Sem auto-suficiência em armamento.	Sim	O país importa armas e munições principalmente da Rússia, da França e da China.
	Especialização econômica em única uma exportação.	Sim	O país sempre se especializou na exportação de petróleo, tornando a economia dependente da volatilidade externa.
	Capacidade econômica limitada.	Não	País de renda média que tem os recursos econômicos para atender às suas necessidades básicas, com um PIB/capita de US\$7368,5. Sendo o 3º maior da África.
	Acesso ao capital externo.	Sim	Em 2017, os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) atingiram mais de 10%, devido à estabilidade política do país.
	Sistema de transportes pouco eficaz.	Sim	Dos 9.170 km de estradas, apenas 10% das vias são asfaltadas, totalizando 1.055 km. O país tem 670 km de ferrovia e 5 portos.
Política e militar	Sistema político-administrativo pouco eficaz.	Sim	A falta de transparência e o sistema de apadrinhamento minaram a confiança do público na administração pública e na prestação de serviços, resultando em uma eficácia governamental de apenas 38,2% no país.
	Vulnerabilidade na segurança militar (sofre ataques e conflitos internos).	Não	O país é politicamente estável, com uma taxa de estabilidade de 59,91%. Os eventos de instabilidade observados foram as manifestações violentas depois das eleições presidenciais de 2016, a tentativa de golpe de Estado de janeiro de 2019 e a deposição do presidente Ali Bongo em agosto de 2023.
	Violência de grupos não estatais (terrorismo, organizações criminosas).	Não	O Gabão nunca registrou eventos do tipo.
	Proteção militar por uma potência remota.	Sim	Existem bases militares da França no país.
	Aliança com outros estados.	Sim	O Gabão se alia a outros países da região em diferentes áreas. Um exemplo é o Grupo Africano de Negociadores sobre o Clima, uma coalizão que une países africanos para fortalecer sua voz nas COPs.
	Proteção militar por um grande estado vizinho.	Não	Na África Central, o Gabão assume um papel de liderança militar, apoiando países como RCA, RDC e Congo na busca pela paz e no combate a grupos armados.
Internacional	Abertura a mercados externos e relações internacionais.	Sim	O Gabão exporta grande parte de sua produção, mas também importa produtos e serviços de diversos parceiros internacionais.
	Estratégia de política externa defensiva.	Não	A política externa do Gabão se caracteriza pela participação ativa em fóruns internacionais, distanciando-se do isolamento e buscando uma inserção estratégica no cenário global.
	Estratégia de política externa proativa.	Sim	O Gabão diversifica suas parcerias internacionais por meio da participação em diversas organizações e da adesão a várias instituições internacionais, como a Francofonia e a Commonwealth. Essa estratégia amplia as relações do país e abre novas oportunidades de cooperação em diferentes áreas.
	Relativa influência regional.	Sim	A influência regional do Gabão se consolidou historicamente pela promoção da paz e segurança na região. Atualmente, o país se destaca como referência africana na proteção ambiental, assumindo um papel de liderança na luta contra as mudanças climáticas e na preservação das florestas e da natureza.

	Promoção de uma imagem internacional positiva.	Sim	A imagem positiva do país foca na questão do meio ambiente e da redução das emissões de CO ₂ . Essa postura reforça a posição do Gabão como ator relevante no cenário regional e internacional.
	Foco em um campo de política específico.	Sim	A diversificação econômica inclui um foco especial nas questões ambientais, pois elas abrangem diversos setores políticos.

Fonte: Elaboração própria a partir de: Fox (1959); Keohane (1969); Rothstein (1969); Carvalho (1986); Calleya (2016); The World Bank (2020a; 2020b; 2023); Baldacchino, Wivel (2020); UNICEF (2021); Wali Wali, Makita-Ikouaya (2022); IMF (2023); SIPRI (2023); UNDP (2024; Vision of Humanity (2024).

2.3. A diplomacia ambiental como instrumento analítico

Este trabalho utiliza o conceito de diplomacia ambiental como ferramenta analítica para examinar as interações do Gabão, enquanto pequena potência, em questões ambientais transnacionais. Essa abordagem permite uma compreensão mais profunda das estratégias e desafios nos processos de negociação, cooperação e resolução de conflitos, que o país enfrenta na arena internacional, buscando defender seus interesses e contribuir para a proteção ambiental global. Assim, a diplomacia ambiental se torna crucial para o Gabão, dada sua posição como pequena potência.

O termo diplomacia ambiental foi cunhado para descrever uma abordagem da política externa que enfoca questões ambientais (Dorsey, 1995). O conceito permanece contestado em termos de definições, e cada área de estudo tem seu enfoque. Ali (2016) postula que o conceito de diplomacia ambiental assume diferentes interpretações em diferentes áreas de estudo. Para os Estudos Interdisciplinares em Ciências Ambientais, o termo é mais amplo e abrange negociações que visem a resolução de conflitos relacionados ao uso dos recursos naturais, bem como o uso instrumental do meio ambiente na resolução de disputas e na construção da paz. Já nas Relações Internacionais, a diplomacia ambiental é entendida como as negociações sobre a gestão do meio ambiente global ou os recursos comuns globais.

No entanto, o uso contemporâneo do termo se ampliou para considerar maneiras de resolver conflitos ambientais que emanam de esforços de priorização da conservação. Às vezes, o termo também é usado para considerar os caminhos pelos quais o meio ambiente pode ser instrumentalizado em atividades diplomáticas entre adversários - um gênero de literatura neste campo também é referido como “construção da paz ambiental” (Ali, 2016, tradução nossa)³.

³However, the contemporary usage of the term has broadened to consider ways of resolving environmental conflicts that emanate from efforts at conservation prioritization. At times the term is also used to consider

Ali (2016) aponta as características da diplomacia ambiental, elencando que (i) ela é realizada por Estados e seus representantes, e num processo mais inclusivo, por *stakeholders*. A diplomacia tradicional, baseada nas relações entre estados-nação, moldou a visão da diplomacia ambiental como parte das interações entre esses mesmos estados no contexto da política ambiental. Essa perspectiva está enraizada na tradição Westfaliana, que enfatiza a soberania nacional. Em seguida, por ser usado também para designar um caminho de uso de atividades diplomáticas para governar ecossistemas e sua conservação para gerações futuras. E por fim, apesar de considerar a resolução de conflitos como parte inerente ao conceito, o uso contemporâneo entende a resolução desses conflitos como baseada na priorização da conservação ambiental.

Indo mais além, o autor reforça que os conflitos ambientais surgem cada vez que há um cruzamento entre a ecologia e a sociedade (figura 4). Nessa perspectiva o conflito mais premente é o do dilema entre proteção ambiental e as prioridades de desenvolvimento sustentável. Desta maneira, o encontro entre ecologia e sociedade acarreta conflitos relacionados a valores, identidade e distribuição (Ali, 2016).

Ali (2016) explicita seus pressupostos constatando que os conflitos de valores giram em torno do dilema entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico, questionando qual deve ser priorizado. Este é um conflito comum que tratados internacionais têm buscado resolver. Esses conflitos são frequentemente evidenciados na construção de infraestruturas como estradas, pontes e hidrelétricas, e transcende ao nível internacional por meio de tratados que buscam equilibrar o desenvolvimento e a proteção ambiental.

Em seguida, o autor exemplifica como os conflitos de identidade estão relacionados à injustiça social e são agravados pelas desigualdades. Na África Subsaariana, como observado no caso do Congo, o nacionalismo em torno dos recursos naturais evidencia uma ligação clara entre estes, a identidade moldada pelos tratados coloniais e os conflitos armados.

Por fim, o autor defende que os conflitos de distribuição, vinculados à escassez, requerem uma abordagem diplomática que vá além das considerações ambientais para sua resolução, ao mesmo tempo, em que ampliam o escopo de negociação, corroborando com as ideias de Orsini (2018).

Nesta linha de raciocínio, Orsini (2018) acentua que

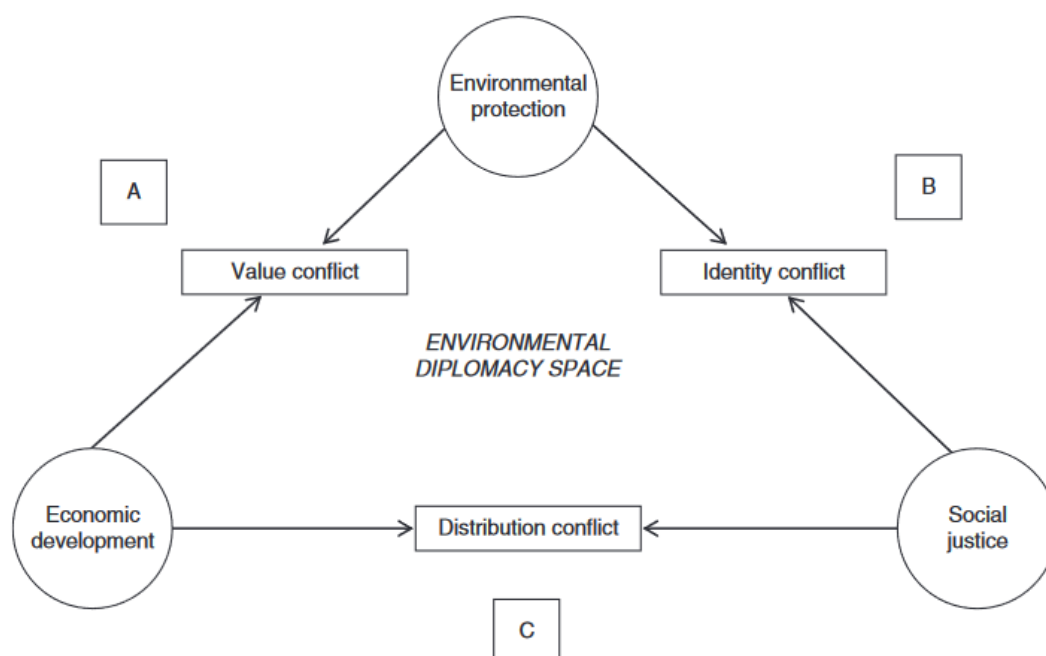
A priori, a diplomacia ambiental é entendida como a diplomacia que lida exclusivamente com questões ambientais. Na prática, no entanto, a diplomacia

pathways by which the environment can instrumentally be used in diplomatic activities between adversaries – a genre of literature in this arena is also referred to as ‘environmental peace-building’.

ambiental lida regularmente com muitas outras questões, como comércio (comércio de espécies protegidas, por exemplo), propriedade intelectual (direitos de populações indígenas e locais sobre o uso de recursos genéticos naturais), energia (cumprimento das metas de redução de gases de efeito estufa, uso de biocombustíveis), saúde (impactos na saúde do consumo de organismos geneticamente modificados - OGMs) e até mesmo segurança (consequências do aquecimento global na migração transnacional) (Orsini, p. 1, 2018. Tradução nossa⁴).

A diplomacia ambiental exige a ação conjunta de países para resolver conflitos e promover a conservação. Para isso, cada país precisa ter um corpo diplomático treinado para negociar soluções em diferentes dimensões, como socioeconômica, política e ambiental. Essa necessidade se baseia na interdependência ecológica entre os continentes, que demanda ações conjuntas para garantir um futuro sustentável.

Figura 4 - Anatomia dos conflitos ambientais e oportunidades concomitantes para a diplomacia



Fonte: Ali (2016)

Destarte, levando em consideração o pressuposto da resolução de conflitos, no caso específico do Gabão, o país busca conciliar desenvolvimento e preservação ambiental. Como pequena potência, o país atua ativamente nos fóruns internacionais para buscar harmonizar a proteção das florestas (pela luta contra as mudanças climáticas) e o desenvolvimento

⁴ A priori, la diplomatie environnementale se comprend comme une diplomatie qui traite uniquement de questions d'environnement. En pratique pourtant, la diplomatie environnementale côtoie régulièrement beaucoup d'autres thématiques comme les questions commerciales (commerce des espèces protégées par exemple), de propriété intellectuelle (droit des populations indigènes et locales concernant l'usage des ressources génétiques naturelles), énergétiques (atteinte des objectifs de réduction des gaz à effet de serre, utilisation des biocarburants), de santé (impacts sur la santé de la consommation d'organismes génétiquement modifiés – OGM), et même de sécurité (conséquences du réchauffement climatique sur les migrations transnationales).

econômico com a justiça social, reconhecendo as tensões entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental.

Fortalecidos pelo reconhecimento internacional da importância das florestas tropicais na luta contra as mudanças climáticas, os países em desenvolvimento aproveitaram essa oportunidade para ter mais influência no funcionamento do Protocolo de Kyoto e nas negociações para o período pós-Kyoto. O objetivo desses países é garantir financiamento para combater o desmatamento ou obter recompensas financeiras pela implementação de políticas de proteção ou conservação das florestas tropicais (Tsayem Demaze, 2010, tradução nossa)⁵.

O Gabão iniciou um projeto de diversificação de sua economia e entende, ao mesmo tempo, proteger o meio ambiente. Essa ambição confronta interesses nacionais com desafios globais, exigindo um equilíbrio entre desenvolvimento e preservação ambiental.

A cooperação se coloca como um recurso importante para a diplomacia ambiental do país e se traduziria em esforços conjuntos para combater o desmatamento, promover práticas agrícolas sustentáveis, conservar a biodiversidade e mitigar as mudanças climáticas, garantindo ao mesmo tempo o desenvolvimento econômico do país e diminuindo a dependência do PIB às receitas do petróleo (Ndjambou, 2013). A adoção dessa abordagem não apenas fortaleceria a posição do Gabão na arena internacional (Kialo, Essabe, Ango, 2011), mas também contribuiria para a preservação de um ecossistema globalmente significativo. Essa conexão será explorada mais detalhadamente no próximo capítulo, onde será abordada as características da floresta da Bacia do Congo.

⁵ Confortés par la reconnaissance internationale de l'importance des forêts tropicales dans la lutte contre le changement climatique, les pays en développement ont saisi cette opportunité pour peser davantage dans le fonctionnement du protocole de Kyoto et dans les négociations pour la période post-Kyoto, l'objectif de ces pays étant de faire financer la lutte contre la déforestation ou d'obtenir des récompenses financières pour l'application des politiques de protection ou de conservation des forêts tropicales.

3 A FLORESTA DA BACIA DO CONGO: CARACTERÍSTICAS E IMPORTÂNCIA NA ARENA INTERNACIONAL

Este capítulo descreve as características da floresta da Bacia do Congo, destacando os atributos que lhe dão importância no cenário regional e global, no que tange à mitigação dos efeitos do aquecimento global e das mudanças climáticas. São elas características hidrográficas, faunísticas, florísticas e político-humanas.

3.1 Características da floresta da Bacia do Congo

A região que envolve esta floresta equatorial é marcada por condições climáticas distintas, como chuvas abundantes, temperaturas consistentemente elevadas e uma notável umidade. Essas características conferem à área o clima equatorial e tropical úmido da África Central.

As temperaturas oscilam entre 15 e 30°C, com o Sul da República Democrática do Congo como a região mais fria (De Wasseige *et al.*, 2015). A essencial superfície do Gabão está sob o clima tropical com invernos secos. Esta diferença de climas ao redor do Equador separa os climas do hemisfério norte e sul, influenciando fortemente na vegetação.

Destarte, a vegetação também evolui segundo o clima observado. As fortes ocorrências de chuvas e altas temperaturas são importantes para a formação vegetal da África central. Por isso, a bacia do Congo apresenta cinco grandes tipos de floresta:

(1) uma zona central que contém uma imensa floresta pantanosa de difícil acesso e mais bem preservada do que os outros tipos de floresta. (2) Ao redor dessa bacia central, há principalmente uma floresta tropical densa, que é mais ou menos fragmentada, dependendo do grau de degradação, principalmente de origem humana. (3) Ao norte e ao sul da Bacia do Congo, há florestas secas que evoluíram de antigas florestas úmidas, compostas de árvores menos compridas. (4) Afastando-se do centro da bacia, há mosaicos de floresta e savana, onde trechos de floresta densa se alternam com áreas gramadas. (5) Por fim, as savanas arborizadas cobrem grandes áreas do norte de Camarões e da República Centro Africana em direção ao deserto do Saara e ao sul da República Democrática do Congo (Marquant *et al.*, 2015, tradução nossa).

Na porção gabonesa da floresta da bacia do Congo, as principais formações florestais se dividem em quatro categorias, conforme listado por Brugière (1998): (1) floresta de terra

firme, que abrange 76% do território; (2) florestas alagáveis, sujeitas a inundações sazonais após períodos de chuvas, estendendo-se ao longo do curso inferior do rio Ogooué até a fronteira nordeste com a República do Congo; (3) manguezais, localizados no litoral norte; e (4) savanas, presentes ao longo dos 955 km de litoral, assim como no centro do país e principalmente no sudeste.

Cada um desses ambientes possui uma predominância vegetal específica. Da faixa costeira até o centro do país, a floresta é dominada por árvores de grande porte, como o okoumé (*Aucoumea klaineana*), que pode atingir até 40 metros de altura e 2,5 metros de diâmetro. O okoumé representa mais de 60% da produção de madeira no Gabão (Timber Trade Portal, 2024). Além disso, há espécies de madeiras nobres utilizadas nas indústrias de construção, decoração, embalagem, transporte (Moussavou, 2012) e até mesmo na produção de celulose; colocando o Gabão como um dos maiores produtores de madeira tropical do mundo (Tchatchou *et al.*, 2015). Também, 20% das 7.800 espécies de plantas e árvores identificadas são endêmicas (Brugière, 1998).

3.1.1. Características hidrográficas

Do ponto de vista físico, a floresta abarca uma diversidade de cenários, que vão desde áreas arborizadas densas até extensas savanas, zonas alagadas e cursos d'água sinuosos. A hidrografia da bacia do Congo é centrada no rio Congo, o segundo maior em extensão no continente africano, classificando-se como o sétimo maior do mundo com seus 4700 km. Em termos de volume de água, é o principal rio da África e o segundo maior global (logo após o rio Amazonas).

Devido às abundantes chuvas na região, o rio Congo é extraordinariamente caudaloso, liberando anualmente até 67.000 m³/s no Oceano Atlântico (De Wasseige *et al.*, 2015). O rio tem sua origem na província do Congo Central, na fronteira entre a República Democrática do Congo e o Congo Brazzaville, e se estende até o norte dos Camarões, o sul da Zâmbia, o oeste do Gabão e o leste da Tanzânia. A bacia hidrográfica do Congo deságua em pelo menos outros oito rios e afluentes, sendo o rio Ogooué, no Gabão, o principal desta bacia hidrográfica, com uma extensão de 1.200 km (Moussavou, 2012), e ocupa 72% do território, ou seja, 193 000 km² (Ndoumou, 2012, p.59).

3.1.2. Características faunísticas

A hidrografia da região desempenha um papel crucial na promoção da biodiversidade, criando ambientes ecológicos distintos que abrigam uma ampla variedade de espécies.

As sub-regiões mais abundantes em populações de peixes incluem Baixa Guiné, Pool Malebo, o centro da Bacia do Congo, além do lago Tanganyika, do lago Edouard e do lago Victória. De acordo com Marquant *et al.* (2015), a floresta contínua é lar de mais de 1.300 espécies de pássaros, 336 espécies de anfíbios e 400 espécies de répteis. De acordo com Marquant *et al.* (2015, apud Wasseige *et al.*, 2012), há aproximadamente 20.000 espécies de plantas, das quais cerca de 8.000 são endêmicas. No território do Gabão, a precisão em relação às espécies da fauna continua em processo de descoberta.

A diversidade é tão expressiva que, em 2008, foi identificada uma espécie única de crocodilo, conhecida como o crocodilo laranja do Gabão. O país abriga 200 espécies de mamíferos registrados, 600 espécies de pássaros e 70 espécies de répteis (Brugière, 1998).

3.1.3. Características humanas

Esta biodiversidade faunística e florística serve principalmente como meio de sobrevivência das populações circundantes. De fato, os recursos retirados da floresta variam entre alimentos, combustível, lenha, materiais de construção e substâncias para a fabricação de remédios naturais e medicamentos farmacêuticos, entre outros. Essa abordagem da diversidade biológica deu origem à Convenção sobre a Diversidade Biológica de 1992, a qual se configura como um tratado para os países signatários e estabelece um alicerce para os processos de desenvolvimento sustentável e a participação das comunidades locais e autóctones.

A manga africana (*Irvingia gabonensis*), a folha de *nkumu* (*Gnetum africanum*) ou ainda o safu (*Dacryodes edulis*) são exemplos de vegetais que representam fontes essenciais de proteína e oligoelementos para determinadas populações da bacia do Congo, em especial do Gabão, sendo altamente valorizados por sua importância nutricional. Esses alimentos possuem um elevado valor comercial devido à sua relevância na dieta e preferências das

comunidades, que os consideram fundamentais para o seu sustento (Marquant *et al.* 2015).

A riqueza cultural da Bacia do Congo é notável, com diversas comunidades humanas que coexistem harmoniosamente com a natureza. A dependência do ser humano em relação à natureza, especialmente à floresta, é um princípio fundamental, no qual o homem se adapta ao seu ambiente e subsiste do que a natureza proporciona. Assim, a floresta atende direta ou indiretamente às necessidades de mais de 142 milhões de pessoas, distribuídas entre mais de 300 grupos étnicos (Banco Mundial, 2024). Ela serve para fornecer recursos essenciais, abrangendo áreas como energia, alimentos, água, medicamentos, aspectos culturais, religiosos e regulação climática.

As florestas do Gabão têm se mostrado promissoras no âmbito da indústria farmacêutica, destacando-se plantas medicinais como o iboga (*Tabernanthe iboga*), reconhecido como um psicotrópico de significativo valor cultural e espiritual devido ao seu uso na recuperação de dependências químicas. Esta planta está ganhando notoriedade no mundo ocidental, suscitando debates sobre sua regulamentação e provocando disputas entre multinacionais farmacêuticas pela sua produção (Ndjambou, 2013).

3.1.4. Subsolo da região

Essas disputas permeiam diversos setores, pois, de acordo com Edwards *et al.* (2014 apud Marquant *et al.*, 2015), o continente africano detém 30% dos minérios mundiais, sendo que 60% deles estão concentrados na bacia do Congo: 80% do coltan mundial é proveniente da República Democrática do Congo. Na República Centro-Africana (RCA), Congo e República Democrática do Congo, a exploração de ouro e diamantes é uma atividade significativa. Além disso, importantes depósitos de ferro foram identificados no Camarões, Congo e Gabão. O depósito de ferro de Belinga, no nordeste do Gabão, permanece um dos maiores do mundo ainda não explorados, com reservas estimadas em um bilhão de toneladas (Ndjambou, 2013).

Segundo Ndjambou (2013), os recursos minerais e os hidrocarbonetos representam a terceira riqueza natural do Gabão. Apesar de terem sido registrados 900 índices e depósitos minerais, apenas uma dezena deles foi definitivamente identificada. São depósitos de minérios como nióbio, barita, ferro, potássio, fosfato, enxofre, mármore, granito, talco, chumbo, zinco,

cobre, urânio, prata, manganês, ouro ou ainda diamante (Ndjambou, 2013). A exploração desses minérios passa necessariamente pela exploração dos recursos florestais como a madeira, já que para uma melhor localização destes recursos minerais, é preciso que o solo esteja sem árvores. Isso fez com que a indústria da madeira tenha sido, por vários anos a partir de 1963, um dos setores que mais contribuíram para o PIB do Gabão (Ndjambou, 2013)

Devido à baixa taxa de extração de árvores (média de 2 árvores por hectare) e à inexistência de pressão demográfica, o desmatamento permanece reduzido no Gabão, não exercendo um impacto significativo nos serviços ambientais da floresta (Brugière, 1998; Tchatchou *et al.*, 2015). De fato, a taxa de desmatamento no período 1990-2000 era de 0,34% (De Wasseige *et al.*, 2014) e passou a 0,09% no período 2000-2010 (Gillet *et al.*, 2016).

Essa redução do desmatamento (ver gráfico 4) se explica pelo alta taxa de reflorestamento e regeneração natural das florestas, a baixa densidade populacional e dinâmica agrícola, a criação de 13 parques nacionais e a obrigação das empresas de apresentar planos de manutenção das áreas exploradas (Gillet *et al.*, 2016; Brugière, 1998; Tchatchou *et al.*, 2015).

A floresta da Bacia do Congo assume uma proeminência significativa na política internacional, destacando-se como um locus de interesses globais devido à sua vasta biodiversidade, riqueza mineral e papel crucial na regulação climática global. Dada a sua posição estratégica, a gestão sustentável da floresta tornou-se uma pauta central nas discussões ambientais internacionais.

A presença de recursos minerais, como coltan e ferro, tem suscitado debates e desafios diplomáticos, enquanto a crescente demanda por práticas sustentáveis na exploração de seus recursos naturais elevou a Bacia do Congo ao status de uma área-chave para a cooperação internacional em questões ambientais (Ndjambou, 2013).

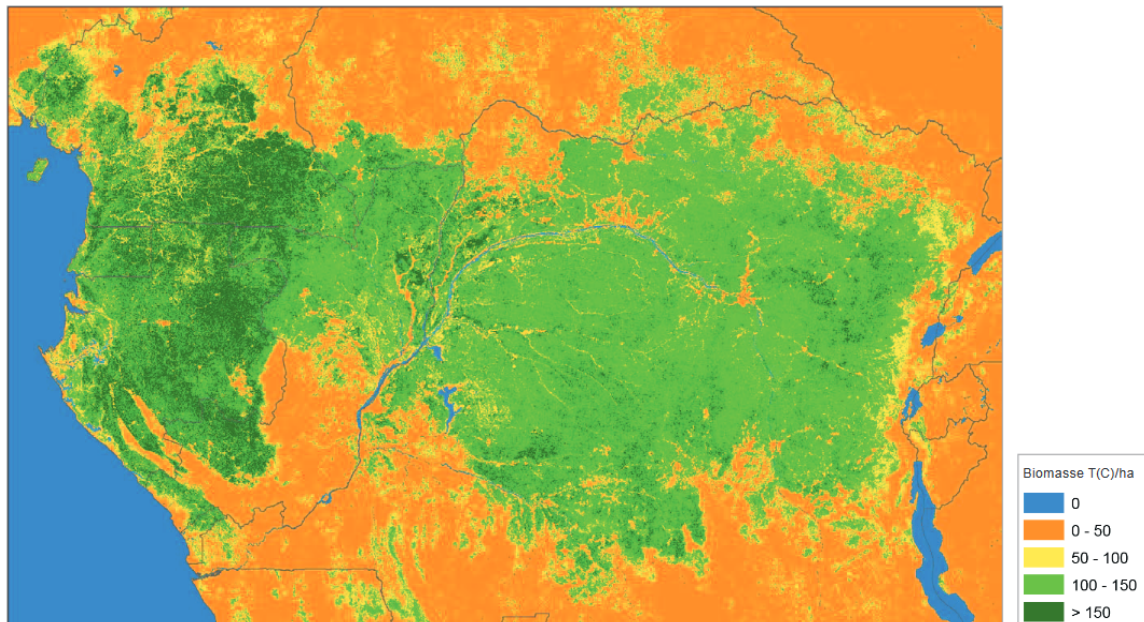
Além disso, a biodiversidade única da floresta e seu papel como sumidouro de carbono acentuam sua relevância nas negociações globais sobre mudanças climáticas (Marquant *et al.*, 2015). A preservação da floresta da Bacia do Congo não é apenas uma responsabilidade local, mas uma questão que transcende fronteiras, exigindo colaboração entre nações e organizações internacionais para assegurar a sustentabilidade desse ecossistema vital para o equilíbrio ambiental do planeta.

3.2. A relevância da floresta da bacia do Congo nos debates internacionais

Nos últimos anos, a relevância ambiental das florestas foi enfatizada diante das novas preocupações emergentes. O papel fundamental das florestas na manutenção dos principais equilíbrios ecológicos globais é agora amplamente reconhecido por cientistas, pela sociedade em geral e pelos decisores, especialmente devido à rica diversidade biológica que caracteriza as florestas tropicais, e suas interações com a estabilidade climática e a segurança alimentar (Mouloungui, 2014). Como demonstrado pela figura 5, essas funções ecológicas são as que mais chamam a atenção dos tomadores de decisões, embora o uso da floresta sempre tenha sido de exploração de seus recursos naturais.

Neste escopo internacional, a Floresta da Bacia do Congo se coloca como um extenso território de 2.023.428 km² compreendido dentro da soberania estatal de 6 países (WWF, 2014), criando assim entre eles uma interdependência, já que as ações de um país nesta floresta podem ter consequências nas fronteiras geográficas de outros países.

Figura 5 - Distribuição das reservas de biomassa dos principais tipos de florestas da Bacia do Congo



Fonte: Marquant *et al.*, 2015.

A importância da floresta da bacia do Congo reside não só no fato de ser a segunda maior cobertura de floresta tropical do mundo, mas também pela diversidade que ela abriga em termos de vegetação, hidrografia, geologia, fauna, flora e culturas. De fato, a riqueza da Floresta da Bacia do Congo transcende suas dimensões físicas, manifestando-se em uma

intrincada teia de diversidades que influenciam seu ecossistema e suas comunidades não só pelo que a floresta tem a lhes oferecer, mas também pelo que a floresta representa para essas comunidades (De Wasseige, 2015). Sua extensão e biodiversidade tornam a região um ator significativo nas discussões globais sobre conservação ambiental e mudanças climáticas. A preservação desse ecossistema é uma preocupação compartilhada pela comunidade internacional, visto que sua degradação teria impactos negativos em escala global.

Além disso, a Floresta da Bacia do Congo é vital para a sustentabilidade e subsistência das populações locais e autóctones, cujos modos de vida estão profundamente conectados à floresta. Questões relacionadas à gestão sustentável dos recursos naturais, direitos das comunidades locais e práticas de desenvolvimento que respeitem o meio ambiente ganham destaque nas negociações internacionais em que a região está envolvida (Tescari, 2021).

A riqueza mineral presente na região, também coloca a Floresta da Bacia do Congo no centro de debates sobre comércio internacional, exploração sustentável de recursos minerais e práticas éticas na indústria extrativa. O equilíbrio entre desenvolvimento econômico, especialmente na exploração de minérios, e conservação ambiental é uma questão delicada que envolve a política internacional (Ndjambou, 2013).

Portanto, a Floresta da Bacia do Congo torna-se um tema de relevância nas relações internacionais, influenciando acordos globais sobre meio ambiente, comércio e desenvolvimento sustentável. O engajamento diplomático do Gabão e de outros países da região em fóruns internacionais vem se tornando fundamental para assegurar a proteção desse ecossistema, para equilibrar as demandas socioeconômicas com as necessidades de preservação ambiental em um contexto global e harmonização do desenvolvimento com a salvaguarda da natureza (Ndoumou, 2012. p. 144).

Diante do crescente reconhecimento da importância da preservação da Floresta da Bacia do Congo em nível global, o engajamento diplomático do Gabão e de outros países da região em fóruns internacionais tem se tornado uma prioridade. Essa participação ativa busca equilibrar as demandas socioeconômicas locais com as necessidades de preservação ambiental, em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos pela comunidade internacional. Nesse sentido, é fundamental compreender a evolução da política externa do Gabão no contexto da geopolítica global, especialmente no que diz respeito às estratégias adotadas para promover a proteção desse ecossistema vital enquanto se busca harmonizar o desenvolvimento econômico com a conservação da natureza.

4 A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DO GABÃO NO CONTEXTO DA GEOPOLÍTICA GLOBAL

Este capítulo é composto por três seções. A primeira seção destaca a evolução da política externa do Gabão desde a sua independência em 1960. Esta seção destaca as quatro fases que compõem a trajetória de política externa do Gabão: (i) de 1960 a 1967; (ii) de 1967 a 1990; (iii) de 1990 a 2009 e (iv) de 2009 até o momento presente. Em seguida, a segunda seção evidencia os impactos das crises globais do petróleo na economia gabonesa, e como a política externa tem buscado soluções para a saída da dependência desta *commodity*. Por fim, a terceira seção aponta como a saída da dependência do petróleo coincidiu com a promoção da proteção ambiental, ao ponto de torná-la um rumo da política externa gabonesa. Além disso, este segmento faz um balanço das conquistas obtidas em termos de compromissos internacionais, financiamentos verdes e fortalecimento da imagem regional e internacional.

4.1 Evolução da política externa do Gabão

A política externa do Gabão está intrinsecamente fundamentada na vantagem estratégica de seus recursos naturais, que conferem ao país a capacidade de estabelecer uma presença global no cenário geopolítico bipolar da década de 1960, época em que conquistou sua independência (Mfoula-Nghanguy, 2005). Por muitos anos, a política externa do Gabão foi associada à figura de Omar Bongo Ondimba, segundo presidente que liderou o país de 1967 até sua morte em 2009. Ex-colônia francesa, o Gabão obteve sua independência em 17 de agosto de 1960, sendo Léon Mba o primeiro presidente da recém nação gabonesa. Ele assumiu a presidência até sua morte, em 1967.

O entendimento da política externa como “o conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos escolhidos pelos responsáveis governamentais por formulação política para responder ao ambiente externo actual e futuro” (Rosati, p. 225, 1995) é o mais adaptado, já que no caso específico do Gabão, ela foi conduzida pelo chefe de Estado (o presidente).

Se por vários anos Omar Bongo Ondimba se destacou como o agente central do desenvolvimento e da condução da política externa do Gabão, por outro lado essa

permanência está intrinsecamente ligada à estrutura interna e organização democrática do Estado, devido à existência de um único partido político até 1990.

Assim, Ndakissa (2017) destaca que a construção da política externa do Gabão é um fenômeno relativamente recente no cenário internacional e africano. Apesar dessa brevidade temporal, ele a categoriza em quatro distintas fases, como explanado no quadro 2.

Quadro 2 - Fases da política externa do Gabão

Fase	Período	Principais Características
1	1960-1967	Alinhamento automático com a França, acordos bilaterais durante o período colonial, influência francesa mantida após independência.
2	1967-1990	Início com Omar Bongo Ondimba. Diplomacia multilateral, foco em paz, segurança e solidariedade. Adesão à OPEP em 1975. "Anos dourados" com a prosperidade do petróleo.
3	1990-2009	Fim da Guerra Fria, queda nos preços do petróleo, crise econômica, reformas institucionais. Saída da OPEP em 1995. Crescente inserção na globalização, destaque para questões ambientais.
4	2009-atual	Baseada no Plano Estratégico Gabão Emergente sob os pilares Gabão Verde, Gabão Industrial e Gabão dos Serviços. Ênfase em diplomacia ambiental, participação ativa em eventos internacionais. Centralidade do Estado na política externa. Adesão à Commonwealth em busca de novos parceiros econômicos.

Fonte: Elaboração própria a partir de Mbida (2007); Gambotti (2014); Ndakissa (2017) e Nze-Nguema (2018).

4.1.1. Primeira fase da política externa do Gabão

Em seus primórdios, por razões históricas, o Gabão se alinhou automaticamente à França no que concerne sua política externa. Sem contar com os acordos bilaterais assinados durante o período colonial (1886 - 1960), vários outros acordos foram assinados pelo então presidente Léon Mba.

Ele [Léon Mba] assina com a França importantes acordos de cooperação e defesa que permitem à França manter certa influência sobre o país, apesar de sua soberania. Desde então, as relações do Gabão com a França mantiveram uma certa continuidade ao longo do tempo, especialmente porque sua classe dirigente sempre

esteve alinhada com os interesses da França, que atualmente se posiciona como seu parceiro privilegiado e de primeira ordem (Mbida, 2007, tradução nossa)⁶

Os acordos desta época ainda seguiam refletindo a natureza dos acordos do período anterior à Segunda Guerra Mundial, período durante o qual a África era enxergada como uma fonte aparentemente inesgotável de matérias-primas, conforme descrito por J. Ki-Zerbo (p. 429-450, 1978, apud Nze-Nguema, 2018). O Gabão faz então parte desses países com importância estratégica para os dirigentes europeus, pois está inserido na vasta região da Bacia do Congo, em sua parte litorânea. Assim, a concepção do continente africano evoluiu.

Na Segunda Guerra Mundial, a África revela sua importância militar, pois passa a ser vista como “um reservatório de homens” que serviriam para lutar nas tropas dos seus países colonizadores (Nze-Nguema, 2018). O continente se tornou um refúgio para os europeus que se viam perdendo a segunda grande guerra e buscavam uma reconquista.

Depois da Segunda Guerra Mundial e durante a Guerra Fria, a visão que se tem da África volta a ser a de provedora de recursos minerais, com importantes reservas de matérias primas como o urânio no Congo, na República Democrática do Congo e no Gabão, que serviriam para o desenvolvimento de pesquisas nucleares das antigas potências coloniais (N'Dimina-Mougala, 2009).

Assim, nota-se que as antigas potências coloniais continuavam a exercer uma influência significativa em suas ex-colônias por meio de acordos que asseguravam a preservação de seus interesses. Esses acordos frequentemente incluíam cláusulas secretas para proteger os líderes africanos. É dentro desse contexto que a França reinstaurou Léon Mba no poder, após sua deposição pelos militares gaboneses em 1964 (Nze-Nguema, 2018).

O ano 1960 significa um ano decisivo para os países da África subsaariana: enquanto mais da metade conquistou sua independência neste ano, vários outros se encontravam travados em lutas sangrentas para conquistá-la. O contexto geopolítico da época das independências tornou relevante o debate sobre a consecução da paz, visto então como determinante do desenvolvimento das economias nacionais e para estabelecer relações harmoniosas com outros Estados. Nesse cenário, a diplomacia e as estratégias de política externa tornaram-se instrumentos-chave na busca por estabilidade e cooperação internacional.

No entanto, o Gabão, nação que tem desfrutado de uma certa estabilidade desde sua

⁶ “Il signera toutefois, avec la France d'importants accords de coopération et de défense qui permettent à la France d'avoir toujours une certaine mainmise sur le pays, quoique souverain ; et aux autorités locales d'asseoir leur autorité au sein de la société. Depuis lors, les rapports du Gabon avec la France ont maintenu une certaine continuité dans le temps, d'autant plus que sa classe dirigeante a toujours été acquise à la cause de la France, qui se positionne aujourd'hui comme son partenaire privilégié et de premier ordre.” (Mbida, 2007)

independência, manifestou um crescente interesse por questões internacionais além do continente, buscando assim abordar os desafios contemporâneos de maneira mais abrangente.

Assim, a política externa do Gabão ganhou novas cores e os esforços diplomáticos se concentraram no desenvolvimento para enfrentar os desafios da globalização, incluindo a resolução do problema da diversificação das economias nacionais e a construção da diplomacia da paz na África para erradicar conflitos e promover a paz duradoura no continente (Ndakissa, p. 4, 2017, tradução nossa⁷).

O país começa paulatinamente a fazer parte de organizações internacionais tais quais a ONU em 1960, a Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963 e se torna membro fundador da União Africana e Malgaxe (UAM) em 1960 construindo assim sua agenda internacional. Apesar deste início fulgurante na cena regional africana, 1967 é o ano em que a política externa gabonesa ganhou contornos definitivos quando o país manifestou sua vontade de conter as revoluções nacionalistas e os sentimentos supranacionais (pan-árabes e pan-africanos).

4.1.2. Segunda fase da política externa do Gabão

A chegada de Omar Bongo Ondimba à presidência em 1967 marcou o início da segunda fase da política externa gabonesa, estendendo-se até 1990. Omar Bongo Ondimba, o segundo presidente desta nação e detentor do recorde de permanência no poder (42 anos), introduziu novos contornos na política externa, caracterizada, desta vez, por uma abordagem de diplomacia multilateral, sem, no entanto, perder o alinhamento automático com a França. Esta fase concentrou-se nos princípios que continuam a definir a imagem internacional do Gabão até os dias atuais, destacando-se pela promoção da paz, segurança e solidariedade regional e internacional.

Durante a Guerra Fria e a intensificação da corrida armamentista, evidenciou-se a necessidade dos Estados em reforçarem suas medidas de segurança, visando assegurar não apenas a sua própria sobrevivência, mas também a de seus aliados.

⁷ Таким образом, палитра внешней политики Габона вбирала новые краски и ориентировала дипломатические усилия на развитие, призванное дать ответ на вызовы глобализации, в том числе на решение проблемы диверсификации национальных экономик и формирование в Африке мирной дипломатии для искоренения конфликтов и содействия установлению прочного мира на африканском континенте.

Nesse contexto, grande parte da política externa dos Estados/Nações pautava-se no fortalecimento de mecanismos para a garantia de sua sobrevivência e de seu apoderamento bélico diante dos demais Estados soberanos, atores responsáveis pela configuração e pela natureza do sistema internacional (Figueira, 2017).

Conforme consta no site eletrônico do *Ministère des Affaires Étrangères* (Ministério das Relações Exteriores):

Essa diplomacia para a paz começou de fato em 1975-76, com o papel desempenhado pelo Gabão entre os movimentos nacionalistas que se dividiram na época da independência de Angola. Em seguida, o Gabão tornou-se muito ativo no conflito entre o Chade e a Líbia (1982-1989), no Congo- Brazzaville, oficialmente desde a primeira guerra em 1993-1994. Esse papel continuou quando as hostilidades foram retomadas em 1997 e novamente em 1999. A partir de 1996, interveio na República Centro-Africana, em 1997 no antigo Zaire, em 1999 na Costa do Marfim, em 2002 em Burundi e na crise de Madagascar (GABON, 2011a, tradução nossa)⁸.

Apesar das significativas reservas de petróleo descobertas nas proximidades da capital Libreville em 1931, a adesão do Gabão à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) só ocorreu em 1975 (OPEC, 2022), marcando o início de seus “anos dourados”. Durante a década de 1970, o Gabão testemunhou conquistas significativas, sediar importante conferência da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1977. A décima quarta cúpula da OUA tinha como objetivo solucionar conflitos independentistas e guerras civis no continente, e ao se oferecer como anfitrião deste evento, o Gabão fortalecia sua posição na promoção da “diplomacia da paz”.

Essa era de prosperidade resultou da intensificação na exploração e exportação do petróleo, impulsionada pelo aumento de seu preço, consolidando-se como a principal riqueza do país. Nessa fase, observa-se que a formulação da política externa se baseou no preceito de independência que promove a igualdade entre os países do Norte e os recém-independentes do Sul global. Porém, além de estabilidade e segurança, estas fases não trouxeram ganhos substanciais e econômicos ao país (Ndakissa, 2017). O que motivou os subsequentes governos a orientarem a próxima fase da política externa do país na consecução do desenvolvimento econômico do país.

⁸ Cette diplomatie pour la paix commence vraiment, en 1975-76 avec le rôle joué par le Gabon entre les mouvements nationalistes se déchirant lors de l'indépendance de l'Angola. Le Gabon sera ensuite très actif dans le conflit entre le Tchad et la Libye (1982-1989), au Congo-Brazzaville, officiellement depuis la première guerre de 1993-1994. Ce rôle se poursuivra lors de la reprise des hostilités, en 1997, puis en 1999. A partir de 1996, il intervient sur la République Centrafricaine, en 1997, sur l'ex-Zaïre, en 1999, sur la Côte d'Ivoire, en 2002, sur le Burundi et sur la crise malgache.

4.1.3. Terceira fase da política externa do Gabão

A queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria marcou a terceira fase da política externa do Gabão. Internamente, o fim da Guerra Fria levou à queda nos preços do petróleo e mergulhou o Gabão em uma séria crise econômica, levando a reivindicações sociais e políticas por parte da população. A partir destes eventos surgiram ondas de democratização que afetaram o país e inúmeras reformas institucionais tais quais a implantação do multipartidarismo, criação do senado nacional ou ainda descentralização das finanças. Em meio a essas inúmeras reformas, o país saiu da OPEP em 1995.

No período de 1990 a 2009, observou-se uma inserção em grande escala das forças da nova globalização e do novo sistema capitalista mundial (Ndakissa, 2017). Isto não foi necessariamente positivo para os países africanos já que resultou em um controle ainda maior das economias destes países, pelas suas ex-potências colonizadoras.

Esta forma de dominação é designada de neocolonialismo, em que as antigas colônias têm uma relação de dependência estrutural e econômica com as antigas metrópoles, que exercem uma forte influência nas instituições e no processo decisório (Preiswerk, 2016). De acordo com Nguema (2018), a maior manifestação deste neoliberalismo reside nos recebimentos da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) principalmente por parte da França. A partir deste momento, os dirigentes enxergam na globalização uma maneira de se inserir ainda mais na cooperação internacional, fazendo uso da sua biodiversidade e ambiente natural como “arma de persuasão” para a contenção dos problemas ecológicos.

Assim, a promulgação de um código ambiental em 1993 e de um código florestal em 2001 que levaram à criação dos parques nacionais em 2002 foi um grande avanço. Porém, a má governança do ministério e a grande rotatividade dos cargos constituiu um entrave para o bom andamento do que hoje se chama o *Ministère des Eaux et Forêts, de la Mer, de l'Environnement, Chargé du Plan Climat et du Plan d'Affectation des Terres*⁹. De fato, as mudanças constantes dos ministros e da denominação do ministério levaram a uma mudança da estrutura organizacional ao longo dos anos, modificando o propósito e os princípios deste departamento ministerial (Gabon, 2011), assim como a atuação internacional do Gabão referente à salvaguarda das florestas, do clima e do meio ambiente.

⁹ É conhecido na sua forma curta como *Ministère des Eaux et Forêts*.

Quadro 3 - Os Parques Nacionais Gaboneses

PARQUES NACIONAIS	SUPERFÍCIE EM KM²	TIPO DE PAISAGEM
Parque Nacional de Loango	1550	Costa arenosa
Parque Nacional de la Lopé	4970	Floresta e Savana
Parque Nacional d'Ivindo	3000	Floresta Equatorial
Parque Nacional d'Akanda	540	Manguezais
Parque Nacional de Birougou	690	Montanhas
Parque Nacional de Mayumba	80	Costa arenosa
Parque Nacional de Minkébé	7560	Floresta Equatorial
Parque Nacional de Monts de Cristal	1200	Montanhas
Parque Nacional de Moukalaba-Dougou	4500	Floresta Equatorial
Parque Nacional de Mwagna	1160	Floresta Equatorial
Parque Nacional de Plateau Batéké	2050	Floresta Equatorial
Parque Nacional de Pongara	870	Manguezais e Costa arenosa
Parque Nacional de Wara	1070	Montanhas

Fonte: Adaptado de Nze-Nguema (p. 71, 2018).

4.1.4 Quarta fase da política externa do Gabão

O Plano Estratégico Gabão Emergente é o documento que define os novos contornos político-econômico e sociais do país, encerrando a terceira fase e iniciando a quarta fase da política externa gabonesa (de 2009 até os dias atuais). Esta nova fase é liderada pelo presidente Ali Bongo Ondimba, eleito em 3 de setembro de 2009.

Nesta perspectiva, o projeto de sociedade intitulado “o futuro com confiança¹⁰” se fundamenta em três grandes pilares. Primeiramente, o pilar “Gabão Verde”, cujos três objetivos são a (i) gestão sustentável da floresta e o posicionamento do Gabão como líder mundial da madeira tropical, (ii) a valorização do potencial agrícola seguido da garantia da segurança alimentar, e (iii) a promoção de uma pesca sustentável.

¹⁰ Tradução livre de “l’avenir en confiance”.

Em seguida, o pilar “Gabão Industrial” se baseia numa maior valorização dos recursos de mineração, alicerçados nos três seguintes objetivos: (i) relançar a produção de petróleo para otimizar as receitas dos hidrocarbonetos, (ii) desenvolver o potencial de mineração e construir uma metalurgia ecologicamente limpa e (iii) promover o desenvolvimento de setores industriais de apoio (obras públicas, materiais de construção, manutenção industrial, etc.).

Quanto ao terceiro pilar, intitulado “Gabão dos Serviços”, repousa (i) na construção de uma economia numérica dinâmica e inovante, (ii) na colocação do Gabão como referência no tange ao turismo sustentável e (iii) em tornar o Gabão um centro regional de serviços de valor agregado (FAO, 2012).

A diplomacia tradicional, centrada no poderio militar, está sendo progressivamente substituída por uma diplomacia econômica e cultural, que se torna o vetor de um novo poder voltado para o desenvolvimento econômico e social sustentável e solidário, garantindo uma paz duradoura (Gambotti, 2014, tradução nossa)¹¹.

Apesar de ser um setor que se enquadraria em todos os pilares por ser chave, o meio ambiente, a biodiversidade e seus mecanismos de proteção entram no pilar *Gabão Verde*, cujos instrumentos de preservação se dividem entre nacionais, regionais e internacionais.

Nesta fase, a diplomacia ambiental¹² ganhou considerável destaque na agenda internacional do país, refletida pelo envolvimento ativo e organização de várias cúpulas, tais como a *African Climate Week* em 2022 e a *One Forest Summit* em 2023. Esses eventos representam importantes fóruns nos quais o país pode contribuir, colaborar e buscar soluções para desafios ambientais globais, consolidando assim sua posição como um ator significativo no âmbito internacional em questões relacionadas ao meio ambiente e à sustentabilidade.

O foco atribuído à diversificação econômica levou o Gabão a explorar novas parcerias econômicas para sua estratégia pós-petróleo. Como resultado, o país optou por ingressar na Comunidade das Nações, conhecida em inglês como *Commonwealth of Nations* (ou simplesmente *Commonwealth*), em junho de 2022, tornando-se o 56º membro dessa organização internacional.

Diante desse contexto de busca por novas parcerias e inserção em organizações internacionais, é importante destacar que, apesar da incorporação de novas temáticas, a

¹¹ Original: À la diplomatie traditionnelle, fondée sur la puissance militaire, se substitue désormais une diplomatie économique et culturelle, vecteur d’une nouvelle puissance tournée vers un développement économique et social, durable et solidaire, garant d’une paix durable (Gambotti, 2014).

¹² Termo usado para descrever a política externa com enfoque ambiental. A diplomacia ambiental atua como um meio da política externa, ao englobar a colaboração entre Estados para reduzir os impactos prejudiciais da atividade humana sobre o meio ambiente e fomentar a utilização sensata dos recursos naturais (Nadir; Siqueira Tybusch; Araújo, 2020).

política externa do Gabão ainda se concentra na resolução de crises e na promoção da paz.

Fator que ainda explica, como apontado por Mfoula-Nghanguy (2005), uma predominância e centralidade do Estado na cena internacional gabonesa, sem espaço para outros atores. Desta maneira, ele destaca que:

[...] há progressos a serem feitos, especialmente para conferir maior efetividade aos diferentes eixos de cooperação e para considerar de maneira mais abrangente os intervenientes conhecidos como "sociedade civil"; enquanto atores significativos, organizações não governamentais de desenvolvimento e de socorro, por exemplo, podem ser valiosos colaboradores da diplomacia estatal em situações de desastres naturais ou crises internacionais, especialmente para um país que tem na paz e na resolução de crises seus elementos identificadores. Contudo, tudo isso se beneficiaria de uma abordagem guiada por uma axiologia de objetivos, que é uma garantia de cooperação seletiva e eficiente, uma característica distintiva da diplomacia contemporânea (Mfoula-Nghanguy, 2005, tradução nossa).¹³

O autor ressalta a importância de incluir outros atores na diplomacia estatal, especialmente em situações de desastres naturais ou crises internacionais. Ele ainda sugere uma abordagem guiada por uma axiologia de objetivos para garantir uma cooperação seletiva e eficiente, destacando-a como uma característica distintiva da diplomacia contemporânea.

Ademais, a perspectiva tradicionalista, que considera o Estado como monolítico, reflete-se na política externa do Gabão, onde o principal agente (chefe de Estado) favorece a centralização decisória em detrimento da descentralização. A partir disso, observa-se que a política externa do país carece da manifestação de uma diversidade de atores.

4.2. As crises do petróleo e a preocupação do Gabão com o meio ambiente

A riqueza do Gabão está diretamente associada à abundância de seus recursos naturais, especialmente petróleo, florestas e terras aráveis. A leitura de pequena potência feita por Carvalho (1986) e Calleya (2016) corrobora esta característica, quando aponta que a economia das pequenas potências é altamente especializada em uma única exportação. Desta maneira, a abundância de petróleo no Gabão torna naturalmente a economia do país altamente

¹³ Des progrès restent cependant à faire, notamment pour donner plus d'effectivité aux différents axes de coopération, et pour mieux prendre en compte les acteurs dits de la « société civile » ; vecteurs non négligeables de la ramification sociale, les ONG de développement et les ONG de secours par exemple peuvent être de précieux adjouvants de la diplomatie d'Etat dans les situations de catastrophes naturelles ou de crises internationales, surtout pour un pays qui a fait de la paix et du règlement des crises ses éléments identifiants. Mais tout cela gagnerait à se faire à la lumière d'une axiologie des objectifs, gage d'une coopération sélective et performante, caractéristique de la diplomatie contemporaine (Mfoula-Nghanguy, 2005).

dependente das exportações do petróleo. Isto coloca a nação gabonesa como a oitava produtora de petróleo da África, com uma produção de 206 mil barris por dia (OPEC, 2024). As reservas de petróleo são estimadas a 3,68 bilhões de barris (ARISE, 2024), sendo uma grande parte ainda não explorada.

As primeiras reservas de petróleo foram descobertas em 1931, apenas uma dezena dessas reservas foram devidamente identificadas e exploradas. Tais estudos encontraram também outros minérios como o ouro, ferro, urânio, manganês e nióbio (figura 6).

Figura 6 - Mapa atualizado dos minérios importantes para o Gabão



Fonte: Ndjambou (p. 28, 2013).

A indústria petroleira data do século XIX, quando o químico escocês, James Young fez a primeira extração do carvão e o primeiro destilamento em 1850, criando assim os modernos processos de refinação. Essa jornada de descobertas sobre os usos do petróleo coincidiu com o surgimento das sociedades capitalistas, consolidando-o como uma fonte de energia globalmente essencial. No contexto da Primeira Guerra Mundial, essa relevância atingiu seu ápice, transformando o petróleo em um recurso estratégico importante para a produção de materiais de guerra, evidenciado pelo pioneirismo dos Estados Unidos ao empregar o primeiro submarino com motor a diesel.

Diante da crescente importância desse recurso energético no contexto global, surgiu o que Monié (2015) caracterizou como “as relações internacionais petroleiras”. Essa designação emergiu da necessidade dos países produtores de estabelecerem uma organização internacional voltada para discutir questões relativas à produção e ao comércio do petróleo. Assim, em 1960, nasceu a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A reunião inicial, que ocorreu em Bagdá, contou com a participação da Arábia Saudita, Iraque, Irã, Kuwait e Venezuela, e teve como objetivo protestar contra a redução do preço desse hidrocarboneto por empresas de países ocidentais, os principais consumidores. A criação desta organização internacional sobre o petróleo consolidou a soberania dos países do sul recém-independentes sobre esse minério, e as decisões desta nova coalizão influenciaram o mercado global de petróleo e as relações internacionais. (Silva, 2018).

A criação foi um sucesso, já que a OPEP se consolidou como um fórum onde os países produtores de petróleo poderiam coordenar suas políticas e influenciar os preços do combustível. Ao unir forças, essas nações buscaram equilibrar o poder nas relações internacionais petroleiras, assegurando uma voz coletiva frente às grandes empresas ocidentais. Essa iniciativa não apenas fortaleceu a posição dos países membros no mercado global de petróleo, mas também redefiniu dinâmicas geopolíticas ao redor desse recurso estratégico.

Diante desse cenário institucional propício, as primeiras explorações de petróleo foram iniciadas em 1963 no Gabão. A economia do país recebeu um impulso significativo com a exploração de apenas uma reserva, a reserva de Gamba, localizada no litoral sul (Ndjambou, 2013). Aproveitando o boom petrolífero, o país optou por ingressar na OPEP em 1975. Os ganhos provenientes do petróleo foram tão significativos, ao ponto de ter impulsionado grandes transformações no país apenas na década de 1970.

O país entrou na era dos grandes projetos de construção para construir a infraestrutura necessária para apoiar o desenvolvimento do país. Em 1970, foi inaugurada a Universidade Nacional do Gabão. Em 1971, para regular melhor o mercado de fornecimento de madeira tropical, o Estado criou a Société nationale des bois du Gabon (SNBG), na qual detinha uma participação de 51%.

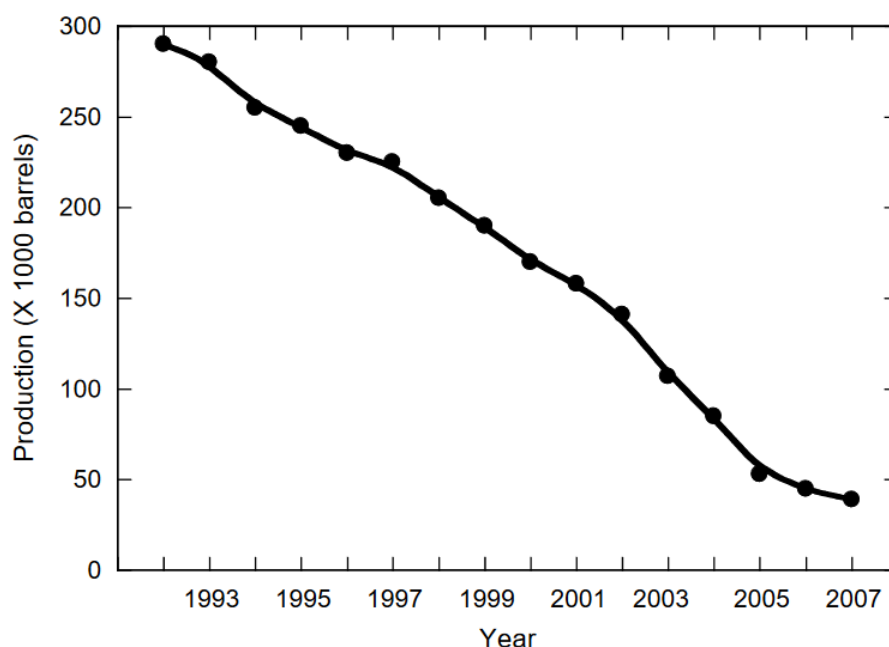
Dois anos depois, foram iniciadas obras complexas no *Transgabonais*, uma ferrovia de 650 km que liga Libreville a Franceville para transportar madeira e manganês para a capital. Em 1973, também houve a inauguração da hidrelétrica de Kinguéle, após quatro anos de trabalho árduo em condições difíceis devido às dificuldades de acesso da floresta tropical profunda. O governo inaugurou o porto de águas profundas de Owendo, nos arredores de Libreville, e criou o Office des Ports et Rades du Gabon (OPRAG). Em 1974, começou a construir algumas das principais estradas do país.

No setor hidrelétrico, a usina de Poubara foi comissionada em 1975. Naquele ano, também foi inaugurado o porto de Port-Gentil, que foi transformado em um porto de águas profundas em 1980.

O setor agroalimentar não ficou de fora do "liberalismo dirigido e planejado" do governo, pois a Société sucrière du Haut-Ogooué (SOSUHO) nasceu na euforia do petróleo em 1975, assim como a empresa Agrogabon para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária em 1977. Esse ano também foi marcado pela construção do estádio poliesportivo, já que o Gabão sediaria os Jogos da África Central. Com o objetivo de sediar a Cúpula da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1977, uma série de grandes obras foi lançada em Libreville naquele ano; a companhia aérea nacional Air Gabon também foi criada. A conclusão de todos esses projetos foi possível graças aos dois booms do petróleo de 1973 e 1979, que permitiram que a economia gabonesa migrasse gradualmente para a dependência do ouro negro (Ndjambou, 2013, p.32-33, tradução nossa).

A dependência da economia gabonesa em relação ao petróleo tornou-se evidente em 1986, quando o país firmou um acordo de financiamento com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para concluir a construção dessas infraestruturas, devido ao esgotamento das reservas de petróleo de Gamba, não tendo mais receitas suficientes devido às sucessivas quedas no preço do petróleo. A construção da Universidade Nacional do Gabão impulsionou pesquisas que descobriram ainda mais reservas de petróleo. Assim, praticamente toda a produção da recém-descoberta mina de petróleo de Rabi-Kounga, encontrada em 1987, destinou-se a pagar essa dívida externa, a qual representava 38% do PIB (Ndjambou, 2013).

Gráfico 1 - Declínio da produção de petróleo da empresa Shell Oil Corporation



Fonte: Laurence *et al.* (2006).

A queda dos preços do petróleo (conforme mostrado no gráfico 1), resultante da recessão nos países desenvolvidos (os principais importadores de petróleo), provocou uma redução nas importações pelos países produtores, dando origem à primeira crise do petróleo

em 1973 (Monié, 2015). Isso destaca a forte interdependência entre os países produtores e consumidores de petróleo.

O primeiro choque do petróleo, decorrente da Guerra israelo-árabe do Yom Kippur, elevou o preço do barril de petróleo de 2,3 US\$ em outubro de 1973 para 11,6 US\$ em janeiro de 1974. O segundo choque, em 1979, resultante da crise iraniana, fez com que o preço do barril saltasse de 13 US\$ em 1978 para mais de 30 US\$ em 1980 (Ndjambou, 2013, p.200, tradução nossa)¹⁴.

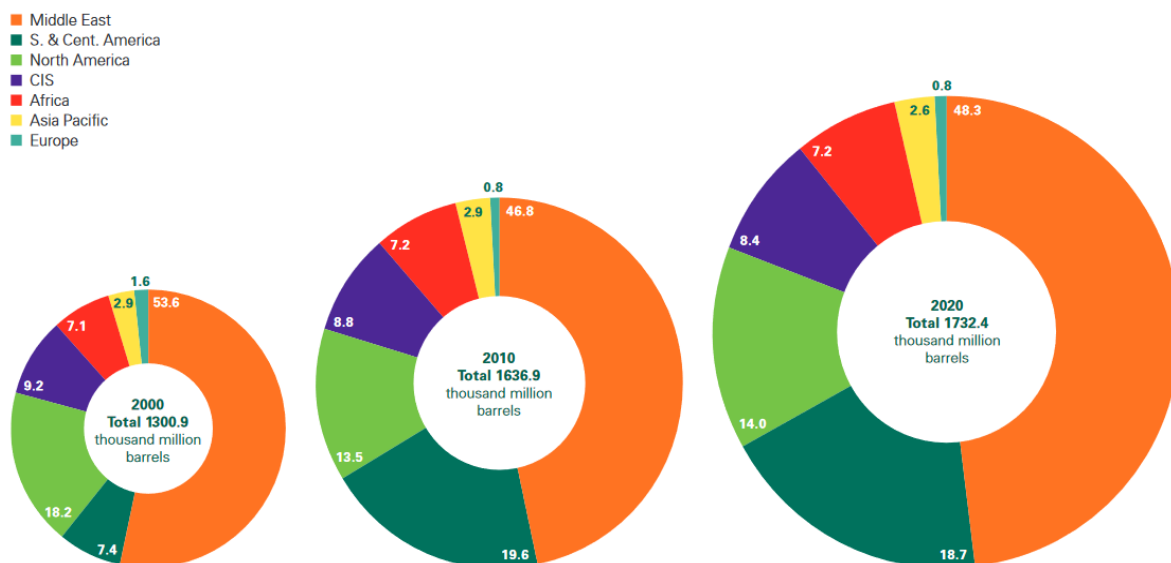
A crise do petróleo teve origem em um contexto de déficit de oferta, marcado pelo início do processo de nacionalizações e por uma série de conflitos entre os produtores árabes da OPEP. Além disso, contribuíram para a crise fatores como especulação financeira excessiva e pesquisas que apontavam o petróleo como um recurso não renovável, cuja produção e consumo eram considerados prejudiciais ao meio ambiente. Esse período turbulento testemunhou aumentos e reduções drásticas nos preços do petróleo, evidenciando a vulnerabilidade da economia global e aumentando a dependência dos países desse recurso.

A interdependência na produção e consumo do "ouro negro" decorre da desigualdade em sua distribuição mundial, tanto em termos de reservas quanto de consumo (conforme demonstrado no gráfico 2). Enquanto a região Ásia-Pacífico e a Europa detêm apenas 3,4% das reservas globais de petróleo, elas ocupam as posições de primeiro e terceiro maior consumidor, representando, respectivamente, 38,5% e 15,0% do consumo mundial (BP, 2021).

Dessa forma, os países altamente dependentes do petróleo para suas necessidades energéticas enfrentaram desafios de segurança energética devido às flutuações nos preços resultantes da instabilidade geopolítica nas regiões produtoras. Da mesma forma, os países dependentes da renda do petróleo passaram a perceber essa commodity como fonte de insegurança econômica, uma vez que suas economias eram significativamente impactadas pelas flutuações de preço. Nesse contexto, tornou-se necessário desenvolver projetos de diversificação das fontes de energia para os países consumidores e explorar alternativas para diversificar as fontes de receita dos países da OPEP, tornando-os menos vulneráveis a choques externos (Silva, 2018).

¹⁴ Le premier choc pétrolier, qui a été une conséquence de la guerre israélo-arabe du Yom Kippour, a fait passer le prix du baril de brut de 2,3 \$ US en octobre 1973 à 11,6 \$ US en janvier 1974. Le second choc de 1979, qui a été la conséquence de la crise iranienne, a fait bondir le prix du baril de 13 \$ US en 1978 à plus de 30 \$ US en 1980 (Ndjambou, p. 200, 2013).

Gráfico 2 - Diagrama de distribuição das reservas de petróleo em 2000, 2010 e 2020



Fonte: The 2021 bp Statistical Review of World Energy.

De acordo com Monié (2015), durante esses episódios de choques e contra-choques¹⁵, algumas economias, como a brasileira, conseguiram contornar os impactos negativos dos choques petrolíferos. No caso do Brasil, houve uma transição significativa ao substituir a gasolina por biocombustíveis, como o álcool etílico, consolidando o país como o segundo maior produtor mundial de etanol (Sachs, 2005; Monié, 2015). Assim, “a despeito de possuírem imensas reservas do petróleo mais barato do planeta, os membros da OPEP perderam mercado para outras formas de energia” (Monié, 2015). De acordo com o relatório *Monthly Oil Market Report* da OPEP de dezembro de 2001:

As perspectivas dos países membros da OPEP para o restante de 2001 e início de 2002 provavelmente se deterioraram devido à aceleração da desaceleração econômica global e à queda nos preços do petróleo. Esses países continuam seus esforços para diversificar suas economias e gerar receitas não relacionadas ao petróleo. Os Emirados Árabes Unidos buscam acelerar seu crescente comércio não petrolífero, turismo e serviços financeiros (OPEC, 2001, p. 3, tradução nossa)¹⁶.

Com os contra choques de 1986 (que reduziu o preço do barril até 7 US\$) e de 1997 que resultou em uma queda do preço do barril para 10 US\$, com uma média anual de 12,72

¹⁵ Choque: aumento significativo do preço do barril de petróleo, favorecendo os países produtores.

Contra choque: redução drástica dos preços do barril de petróleo favorecendo os países consumidores do ocidente, em detrimento dos do terceiro mundo que são os principais produtores (Monié, 2015).

¹⁶ OPEC Member Countries' prospects for the remainder of 2001 and for early 2002 have probably worsened as a result of the accelerating global economic slowdown and decline in oil prices. These countries continue efforts to diversify their economies to generate non-oil income. The United Arab Emirates is attempting to accelerate its growing non-oil trade, tourism and financial services.

US\$ em 1998, para o Gabão não houve outra alternativa senão procurar assegurar sua economia buscando outras fontes de receita estatal. Pois as pesquisas de “geólogos acreditam que o pico da produção mundial de petróleo vai acontecer dentro de dez a vinte anos” (Sachs, 2005). Isto que, segundo Sachs (2005), vai acarretar “preços altos provocados por uma oferta que vai diminuir e uma demanda que continua, ainda, a aumentar”.

Diante desse cenário, e motivado por considerações políticas, econômicas, sociais e ambientais, as alternativas aos combustíveis fósseis surgem como opções para os países dependentes, enquanto a diversificação das receitas do PIB emerge como uma escolha viável para os países produtores.

Observou-se na literatura da economia política internacional que os países ricos em recursos naturais não conseguiram empregar eficazmente as receitas provenientes da extração para estabelecer alicerces para o seu desenvolvimento socioeconômico (Silva, 2018). Ao contrário do esperado, essas nações pareciam exibir resultados menos satisfatórios em relação ao progresso econômico e à diminuição da pobreza. Essa discussão culminou no que convencionou chamar-se “teoria da maldição dos recursos naturais” (*resource curse*)¹⁷.

A teoria, também conhecida como paradoxo da abundância (*paradox of plenty*), sugere que a dependência excessiva de países às receitas de exportação de recursos naturais impede o desenvolvimento socioeconômico a longo prazo. O termo maldição dos recursos naturais foi utilizado pela primeira vez em 1993 por Auty (1993) e, desde então, uma literatura sobre questões associadas a esse conceito vêm se expandindo significativamente (Silva, p.12, 2018).

Nesse contexto, tornou-se imperativo desenvolver projetos voltados para a diversificação das fontes de energia para os países consumidores e explorar alternativas para diversificar as fontes de receita dos países da OPEP, os quais são vulneráveis a choques externos. A dependência do mercado externo é evidente nas exportações de petróleo, visto que 90,38% da produção de petróleo é destinada à exportação, e segundo o Banque des Etats de l’Afrique Centrale (2022) o petróleo representa 55,2% das exportações totais (quadro 4) do país.

¹⁷ A teoria da maldição dos recursos (*resource curse*) afirma que os países exportadores de recursos naturais têm maior probabilidade de apresentar efeitos sociais negativos – autoritarismo, corrupção, rent seeking e baixo desempenho econômico – em decorrência de problemas macroeconômicos ou da ausência de instituições sólidas (Lima, 2011)

Quadro 4- Contribuição do setor extrativista nas exportações do país em 2022.

INDICADORES	ANO 2022 (em bilhões de FCFA)	PESO %
Total de exportações do Gabão	10.421,60	100%
Petróleo	5.752,80	55,20%
Manganês	4.172,20	39,60%
Ouro	31,00	0,29%
Contribuição total do setor extrativista	8.346,30	95,09%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Banque des Etats de l'Afrique Centrale (2022) e IETI (2023).

Ademais a crescente preocupação com a proteção e conservação do meio ambiente refletiu-se na comunidade internacional, manifestando-se por meio de múltiplas conferências climáticas visando as reduções de emissão de gases de efeito estufa. Nesse contexto, as florestas tropicais desempenham um papel importante, visto que sua preservação contribui não apenas para a mitigação das mudanças climáticas, mas também para a manutenção da biodiversidade e a promoção da sustentabilidade ambiental.

Os Estados, reconhecendo a complexa interdependência no mundo globalizado, intensificaram esforços para reduzir seus impactos ambientais, reconhecendo nas florestas tropicais um elemento fundamental nesse processo.

A decisão do Gabão de deixar a OPEP em 1995 representa uma mudança importante na sua política externa, refletindo um desacordo com a organização. A OPEP propunha que o Gabão pagasse uma cota anual de 2 milhões de dólares americanos, o que exigiria que o país produzisse além de suas capacidades. Essa discordância levou à retirada do Gabão da OPEP, marcando uma transição significativa em sua abordagem às questões petrolíferas e às dinâmicas da organização multilateral. Esta saída da OPEP indicou uma reorientação na política externa do Gabão, buscando maior autonomia na gestão de seus recursos petrolíferos e uma abordagem mais flexível em relação às políticas da organização internacional. Além disso, a inferência da transição para uma política externa doravante preocupada com as questões ambientais é explicada pela promulgação da lei relativa à proteção e ao aprimoramento do meio ambiente (Lei nº16/93), e do Plano Nacional de Ação Ambiental (PNAE) ambos inspirados nas recomendações da conferência do Rio-92 (Pourtier, 2001). O país adentra uma nova era, transcendendo a mera busca pelo crescimento econômico e abraçando o desenvolvimento sustentável. Essa nova visão que incorpora os pilares social, econômico e ambiental buscará não apenas conseguir ganhos econômicos, mas também conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a proteção ambiental.

4.3. Diversificação econômica como solução para a crise do petróleo

Na literatura de economia política, a diversificação econômica quase sempre apareceu como alternativa à maldição dos recursos naturais, para “reduzir [a] vulnerabilidade às quedas dos preços dos recursos e ao eventual esgotamento das reservas [destes recursos naturais]” (Silva, 2018). No passado imediato, a necessidade de diversificação econômica tornou-se um desafio iminente e futuro para alguns estados pertencentes ao grupo de países da OPEP. A variedade nos níveis de diversificação¹⁸ entre esses países demanda a implementação de políticas estratégicas e eficazes, assim como ações concretas. Tais medidas, conforme aponta Moutinho, Madaleno (2022), visam mitigar os efeitos colaterais da produção de petróleo e outros combustíveis, impulsionando outros setores da atividade econômica. Diante desses objetivos e desafios distintos, é relevante compreender os esforços que os países da OPEP estão empreendendo na diversificação econômica e como esses esforços afetam a redução dos gases de efeito estufa em diferentes escalas (Moutinho, Madaleno, 2022). Dessa forma, as discussões acerca dos desafios energéticos e do desenvolvimento econômico passaram a incorporar cada vez mais elementos relacionados aos aspectos ambientais globais devido à crescente conscientização sobre a necessidade de equilibrar o progresso econômico com a sustentabilidade ambiental.

Com uma economia altamente dependente da exportação de petróleo bruto e madeira, principalmente para os mercados europeu e asiático, o país viu-se profundamente afetado pela queda nos preços dessas *commodities*. As consequências das crises do petróleo desde 1986 e das crises econômicas asiáticas dos anos 1990 foram significativas, reduzindo a demanda e gerando um aumento drástico no desemprego (Laurance *et al.*, 2006).

Diante dessas crises e em busca do desenvolvimento econômico sustentável, o país empreende diversas estratégias de diversificação econômica viáveis. Para tanto, adota uma variedade de ferramentas de planejamento a saber o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (1966-1970); o Programas de Ajuste Estrutural (1986-1993); o Programa de Revitalização Econômica (1994-1995); a Estratégia de Desenvolvimento Econômico e Social em 2003; o Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza em 2005; o Plano Estratégico Gabão Emergente; o Plano de Revitalização Econômica (2017-2019); e o Plano de Aceleração da Transformação (2021-2023).

¹⁸ Trata-se da ampliação das fontes de receita dos Estados para outros setores econômicos (setor industrial e de serviços) para além do setor extrativista.

O país passou por várias fases de crescimento econômico, dependendo das flutuações dos preços do petróleo. Houve três fases de desenvolvimento econômico no Gabão: (i) a fase 1960-1986, caracterizada pela transição de uma economia baseada na silvicultura para uma economia baseada no petróleo a partir de meados da década de 1970, (ii) 1986-2010, caracterizada por uma economia baseada no petróleo que é altamente vulnerável às flutuações dos preços do petróleo. (iii) e o período pós-2011, marcado pela diversificação contínua da economia com a introdução do Plan Stratégique Gabon Emergent (PSGE) 2025 (EITI, 2023, tradução nossa)¹⁹.

4.3.1. Diversificação através do *Plan Stratégique Gabon Emergent*

O *Plan Stratégique Gabon Emergent* (PSGE)²⁰ é um documento que delinea os caminhos da emergência e expõe de forma clara a Visão do Gabão Emergente e a maneira de alcançá-la, através de 28 programas e 159 ações (Gabão, 2012). Trata-se do Plano Estratégico Gabão Emergente (PSGE), um plano de desenvolvimento econômico e social elaborado pelo governo do Gabão para orientar o país em direção à emergência econômica e ao desenvolvimento sustentável. O PSGE tem como objetivo transformar a economia gabonesa, diversificando suas fontes de renda e promovendo o crescimento em setores não relacionados às matérias-primas tradicionais, como petróleo, madeira e mineração. O plano estabelece metas específicas, estratégias e ações para atingir esses objetivos.

O Plano Estratégico Gabão Emergente (PSGE) deriva do projeto de sociedade proposto à Nação Gabonesa em agosto de 2009 por Sua Excelência o Presidente Ali BONGO ONDIMBA, intitulado "O Futuro com Confiança". Sob sua liderança e com base em suas diretrizes, uma força-tarefa conduziu análises que permitiram traduzir precisamente esse projeto em uma visão para o Gabão em 2025 e em diretrizes estratégicas (Gabon, 2012).²¹

Dessa forma o documento é organizado em 3 grandes eixos estratégicos. Enquanto o primeiro eixo estratégico se concentra em desenvolver os fatores-chave de competitividade do

¹⁹ Em original: Le pays a connu plusieurs phases de croissance économique, au gré des fluctuations du cours du Pétrole. On peut distinguer ainsi 3 phases du développement économique au Gabon à savoir : (i) la période de 1960- 1986 caractérisée par le passage d'une économie de rente forestière à une économie de rente pétrolière à partir du milieu des années 70, (ii) la période de 1986-2010 caractérisée par une économie de rente pétrolière fortement vulnérable aux chocs des prix du baril de pétrole, (iii) et la période post -2011 marquée par la poursuite de la diversification de l'économie avec l'introduction du Plan Stratégique Gabon Emergent (PSGE) 2025 (EITI, 2023).

²⁰ PSGE é a sigla para "Plano Stratégique Gabon Emergent", que em português significa Plano Estratégico Gabão Emergente.

²¹ Original: Le Plan Stratégique Gabon Emergent (PSGE) découle du projet de Société que Son Excellence le Président Ali BONGO ONDIMBA a proposé à la Nation Gabonaise en Août 2009, « l'Avenir en confiance ». Sous son impulsion et sur la base de ses orientations, une task force a conduit les analyses permettant de décliner de façon précise ce projet en une vision du Gabon en 2025 et en orientations stratégiques (Gabon, 2012).

Gabão por meio de quatro dimensões fundamentais consideradas como as bases da emergência – desenvolvimento sustentável, governança, capital humano e infraestrutura –, o segundo eixo estratégico enfoca a diversificação das fontes de renda do país. Por fim, o terceiro eixo visa a redistribuição igualitária da renda entre a população.

O destaque é dado ao desenvolvimento sustentável como a primeira fundação da emergência, enfatizando a importância de garantir uma gestão ótima dos recursos naturais do Gabão para preservar os interesses das gerações futuras. Isso requer uma compreensão aprofundada desses recursos, uma alocação eficiente e uma disseminação ampla do paradigma do desenvolvimento sustentável na sociedade gabonesa. Entende-se, então, a necessidade de estabelecer um novo modelo de desenvolvimento que integre o bem-estar humano, a equidade social, o crescimento sustentável e a conservação ambiental como um objetivo estratégico para concretizar essa fundação.

Pelo eixo que destaca a diversificação dos pilares de crescimento econômico, o PSGE traduz a necessidade de o Gabão passar de uma economia baseada em commodities (como hidrocarbonetos, madeira e mineração) para uma economia diversificada e com valor agregado. O objetivo é transformar a atual economia de renda em uma economia mais robusta e resiliente.

O terceiro eixo estratégico do PSGE se concentra em garantir que esse crescimento beneficie todos os gaboneses, não apenas aumentando a renda das populações, mas também promovendo avanços nos setores sociais, como saúde, emprego, proteção social, acesso à água potável, saneamento e cultura. Ele reflete um compromisso com o desenvolvimento humano e inclusivo, reconhecendo não apenas a importância do crescimento econômico, mas também a necessidade de garantir que esse crescimento se traduza em melhorias tangíveis na qualidade de vida e no bem-estar de todos os cidadãos gaboneses. Ao alinhar os objetivos estratégicos com as necessidades sociais e culturais da população, o PSGE demonstra uma abordagem abrangente para impulsionar o desenvolvimento equitativo e sustentável no Gabão.

Além dos eixos estratégicos mencionados, o plano também incorpora os três pilares da emergência. Estes pilares são concebidos para impulsionar o crescimento econômico e a diversificação das fontes de receita do Gabão. Denominados *Gabon Vert*, *Gabon Industriel* e *Gabon des Services*²², eles foram concebidos para orientar o desenvolvimento econômico e social do país. Com a implementação desses pilares, o objetivo é estabelecer uma base

²² Gabão Verde, Gabão Industrial e Gabão de Serviços.

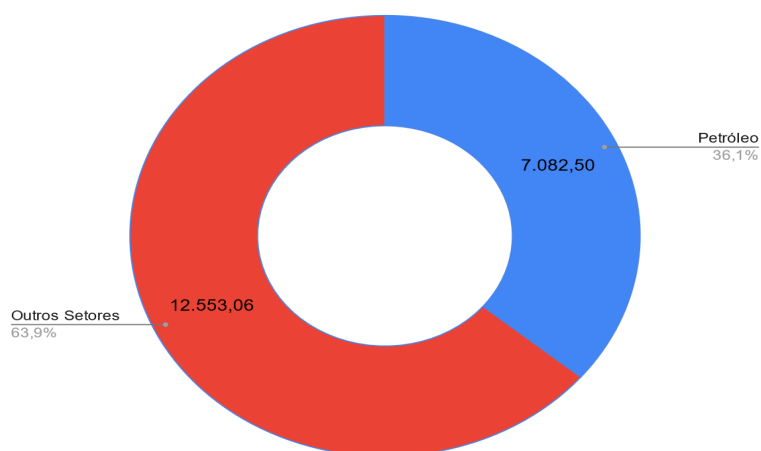
econômica mais robusta e diversificada, reduzindo a dependência excessiva das exportações de *commodities* e promovendo um crescimento sustentável em uma variedade de setores econômicos a longo prazo.

Com ênfase na diversificação da economia e na sustentabilidade ambiental, o país busca garantir uma transição sólida rumo a um modelo econômico mais resiliente e equilibrado. O *Gabon Vert*, por exemplo, destaca a importância de explorar e promover os recursos naturais de forma sustentável, abraçando práticas e indústrias eco-amigáveis. Enquanto isso, o *Gabon Industriel* visa impulsionar a industrialização do país, criando empregos e agregando valor aos produtos locais. Por sua vez, o *Gabon des Services* enfatiza a expansão e modernização do setor de serviços, visando melhorar a eficiência e a competitividade do país em nível internacional. Em conjunto, esses pilares formam a espinha dorsal do esforço do Gabão para construir uma economia mais dinâmica e adaptável, preparada para enfrentar os desafios contemporâneos e proporcionar um padrão de vida melhor para seus cidadãos.

Para isso, o país tem que passar por uma redução da dependência do petróleo e multiplicação de outros produtos. Destarte, percebe-se, através do último relatório de *Extractive Industries Transparency Initiative* do ano 2023, que desde 2010, o Gabão iniciou uma transformação estrutural de sua economia, com uma redução significativa na contribuição do petróleo para o PIB. De fato, “a contribuição do petróleo para o PIB caiu de 36,1% em 2011 para 18,2% em 2020, enquanto a parcela do setor agrícola - incluindo silvicultura e pesca, quase dobrou, passando de 3,4% para 6,4% durante o período” (EITI, 2023). Houve também um aumento na participação do setor agrícola, incluindo foresteria e pesca, indicando esforços de diversificação da economia. No entanto, a parcela do petróleo no PIB ainda subiu durante a pandemia da COVID-19, devido à diminuição da atividade econômica em outros setores e ao aumento dos preços do petróleo no mercado internacional, pelas fortes demandas e pelos anúncios da OPEP de fazer seus maiores cortes na produção (Caseta, Silva, 2022).

Gráfico 3 - Contribuição do petróleo no PIB em 2022

Valor em milhões de USD



Fonte: Elaboração própria a partir de Banque des Etats de l'Afrique Centrale (2022).

De acordo com este relatório, apesar dos avanços, o Gabão enfrenta desafios significativos na diversificação econômica. A economia verde ainda representa uma pequena porcentagem das alocações de capital, e a dependência contínua das exportações de petróleo, manganês e madeira contribui para a vulnerabilidade econômica. Como ilustrado pelo gráfico 3, o petróleo ainda mais de um terço da riqueza total produzida. O contexto econômico do Gabão é marcado por restrições orçamentárias, especialmente devido às oscilações do preço do petróleo, o que ainda torna o país suscetível a choques externos.

Diante deste cenário de dependência, o governo busca diversificar a economia nacional e aumentar a contribuição dos recursos naturais (fora petróleo) para o desenvolvimento socioeconômico do país (Moussavou, 2012). Conforme destacado por Ngou (2012) tal diversificação irá criar empregos, e proporcionar melhoria das condições de vida das populações rurais, criação de receita, impulsionar o crescimento do empreendedorismo e do ecoturismo para uma maior captação de divisas.

Diante dos desafios econômicos e ambientais enfrentados pelo Gabão, é evidente a necessidade de uma análise aprofundada do papel do país na geopolítica ambiental global. Com uma rica diversidade de recursos naturais e uma economia historicamente dependente da exportação de commodities como petróleo e madeira, o Gabão está cada vez mais inserido em discussões e iniciativas internacionais relacionadas à conservação ambiental e desenvolvimento sustentável. No próximo capítulo, examinaremos as perspectivas internacionais sobre o papel do Gabão na geopolítica ambiental, bem como os desafios internos que o país enfrenta ao buscar equilibrar suas necessidades econômicas com a

preservação de seu ecossistema único.

5 O GABÃO NA GEOPOLÍTICA AMBIENTAL: ENTRE PERSPECTIVAS INTERNACIONAIS E DESAFIOS INTERNOS

O último capítulo examina a atuação do Gabão na geopolítica ambiental global, sobretudo no que diz respeito à preservação das florestas, salvaguarda da biodiversidade e mitigação das mudanças climáticas. Para isso, ele se segmenta em quatro seções. Na primeira, discutem-se os avanços do arcabouço legal e institucional no que tange à conservação ambiental, de modo geral, e à conservação das florestas, de modo específico. A seção seguinte explora como este amparo jurídico-institucional é usado para a operacionalização da estratégia de política ambiental do Gabão. Logo depois, o terceiro segmento explora a interação entre as instituições e organizações de proteção nacionais e suas contrapartes regionais e internacionais. Por último, a quarta segmentação delineia as posições gabonesas e suas estratégias de negociação nos regimes internacionais ambientais.

5.1. Evolução do quadro jurídico-institucional da proteção ambiental no Gabão

A política externa para o meio ambiente é um fenômeno relativamente recente em países africanos, ganhando destaque com a participação massiva na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92. Nessas ocasiões, diversos países que ainda não tinham uma política voltada para o meio ambiente tiveram que definir suas posições (Bezerra, 2013) e o Gabão não foi exceção já que demonstrou seu compromisso com a sustentabilidade ao adotar uma resolução significativa: a criação de 13 parques nacionais para proteger 11% de seu território nacional (Moussavou, 2012). Embora a política internacional ambiental tenha surgido nos anos 1970, a adesão do Gabão, como da maioria dos Estados africanos a essa política, se consolidou depois da Conferência do Rio-92 quando começou a haver uma “interseção entre os debates de interesse nacional e a cooperação internacional” nos países africanos (Dorsey, 1995).

Assim, Kamto (1996) distingue três fases da evolução do envolvimento da África no movimento global em prol da proteção ambiental. Inicialmente, até a Conferência de Estocolmo de 1972, observa-se uma postura caracterizada por reticências e desconfiança em

relação ao discurso ambiental. Em seguida, houve uma fase intermediária entre as conferências de Estocolmo e do Rio, marcada pela conscientização africana na necessidade de preservação ambiental em benefício dos próprios países do continente. Por fim, a terceira fase, culminando na Conferência do Rio-92, representa um comprometimento claro da África com a proteção ambiental. Essa mudança de atitude é evidenciada pelo enfoque dado ao desenvolvimento sustentável durante a Cúpula do Rio, demonstrando um entendimento mais amplo da interconexão entre meio ambiente e desenvolvimento (Kamto, 1996).

Considerando o contexto abordado pelos autores Kamto (1996) e Ngou (2012), passa a emergir uma compreensão mais profunda sobre a importância da proteção dos ecossistemas florestais do Gabão para uma gestão sustentável. Além disso, Kamto (1996) destaca a distinção entre várias fontes de direito²³ ambiental na África, incluindo fontes internas e internacionais, que influenciam diretamente as políticas de conservação e gestão sustentável. Assim, o direito [internacional] ambiental se baseia na revalorização dos benefícios da natureza ao mesmo tempo que se multiplicam inúmeros desastres globais (Ngou, 2012).

No que se refere às fontes internas do direito ambiental na África, o direito costumeiro tradicional é reconhecido como a primeira fonte do direito ambiental nos Estados africanos por Kamto (1996). Segundo o autor, este sistema é enraizado nas tradições e costumes das sociedades africanas, onde a proteção da natureza e a preservação do equilíbrio ambiental são preocupações centrais. A regulação é feita por meio de normas e práticas locais que abordam questões como uso da terra, recursos naturais, determinação de períodos de caça, pesca e gestão de florestas. Embora tenha sido impactado pelas modernas legislações, o direito costumeiro tradicional continua a desempenhar um papel importante na proteção ambiental em áreas rurais.

Já sobre o direito colonial, Kamto (1996) aponta que ele, por sua vez, foi estabelecido durante o período de colonização, com normas estabelecidas na metrópole e aplicadas nos territórios colonizados. Este sistema se baseava em regulamentações setoriais que frequentemente visavam à exploração utilitarista dos recursos naturais, sem fornecer normas específicas para a proteção ambiental. Por vários anos, as políticas ambientais desenvolvidas no Gabão versavam sobre a exploração das florestas e dos recursos naturais para atender aos interesses da França.

²³ Vale ressaltar que a expressão “fonte de direito” designa “todas as representações que, de fato, influenciam a função criadora e a função aplicadora do Direito, tais como, especialmente, os princípios morais e políticos, as teorias jurídicas, pareceres de especialistas e outros” (Kelsen, 1939).

Durante o período colonial, muitos textos oficiais relacionados às atividades florestais foram produzidos, mas é importante notar que esses diversos textos enfatizavam mais o uso de recursos não-lenhosos do que as necessidades de reflorestamento ou conservação. O objetivo era abastecer ao máximo a metrópole com matéria-prima. De fato, de 1900 a 1913, a exploração não estava sujeita a uma verdadeira regulamentação (Ngou, 2012, tradução nossa).²⁴

Antes da independência, existia uma política florestal no país, apesar de não atender às preocupações internacionais no que se refere à proteção do meio ambiente. De acordo com Bezerra (2013), mesmo após a independência, muitas dessas regulamentações coloniais permaneceram em vigor em muitos países africanos.

Quanto ao direito escrito pós-colonial, Kamto (1996) destaca a abrangência tanto das fontes legislativas e regulamentares antigas quanto das mais recentes, como as fontes constitucionais. Segundo ele, essas fontes refletem os esforços dos Estados africanos para desenvolver sistemas legais mais abrangentes e específicos para a proteção ambiental, em consonância com as normas internacionais e as necessidades locais. As crescentes preocupações no uso sustentável das florestas levaram o governo gabonês a melhorar as leis da época colonial que não convergiam com as aspirações nacionais, para colocar em prática um quadro jurídico mais alinhado com a política ambiental internacional (Ngou, 2012). Assim, promulgou-se a lei do 22 de julho de 1982 (*loi 1/82, loi d'orientation en matière des eaux et forêts*) que vigorou até 2001.

No que se refere às fontes internacionais do direito ambiental no continente africano como um todo, elas desempenham um papel fundamental na definição das políticas e práticas de conservação ambiental no continente, refletindo o compromisso coletivo dos Estados africanos com a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável (Kamto, 1996). Tal compromisso se manifesta frequentemente na criação de áreas protegidas, como exemplificado pela criação de 13 parques nacionais pelo Gabão após a ratificação da Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada na Conferência do Rio-92 (Moussavou, 2012).

Além das fontes internacionais gerais, o direito ambiental na África também é influenciado por fontes regionais específicas. O direito convencional regional remonta à época colonial e abrange uma ampla gama de questões ambientais, desde a proteção da fauna e flora até o controle de movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos.

²⁴ Original: Pendant l'époque coloniale, beaucoup de textes officiels se rapportant aux activités forestières ont vu le jour mais il convient de noter que ces différents textes mettaient plus l'accent sur l'utilisation des ressources non ligneuses que sur les nécessités de reforestation ou de conservation. Il s'agissait comme on est en droit de le croire, d'approvisionner autant que possible, la métropole en matière première (bois brut). En effet, de 1900 à 1913, l'exploitation n'était pas soumise à une véritable réglementation (Ngou, 2012).

Entretanto, é importante destacar que nem todas as fontes internacionais têm a mesma força jurídica. Enquanto alguns instrumentos, como tratados e convenções, possuem obrigações vinculativas, outros, como declarações, programas de ação e resoluções de organizações regionais, são considerados *soft law* ou “direito suave”. Embora esses instrumentos possam não ser legalmente vinculativos, eles desempenham um papel importante na promoção da conscientização, na orientação das políticas e na criação de normas de comportamento aceitáveis na arena internacional.

[...] Foi só a partir do final dos anos 80 que surgiram normas específicas de proteção do ambiente nas legislações dos países africanos. Mais frequentemente, a questão foi abordada indiretamente através de certos ramos do direito ligados à gestão dos recursos e do espaço, como o direito do ordenamento do território, o direito mineiro e o direito florestal. O resultado foi uma dispersão das normas jurídicas relativas à proteção do ambiente devido à sua fragmentação setorial. Na maioria dos países africanos, a legislação ambiental parece estar fragmentada e desatualizada. A crescente sensibilização dos Estados africanos para a necessidade imperiosa de proteger o ambiente, no seu próprio interesse e no interesse da "aldeia global", através da gestão dos seus recursos naturais de uma forma ecologicamente correta, desencadeou recentemente um movimento generalizado de promulgação de códigos ambientais nacionais ou de legislação ambiental específica e adequada, tornando a África uma vasta área de definição de normas neste domínio. Estes códigos e leis terão grandes semelhanças entre os países, na medida em que se baseiam, na sua maioria, nas mesmas fontes internacionais (Kamto, 1996, tradução nossa)²⁵.

Apesar de Kamto (1996) destacar um panorama positivo da evolução da legislação ambiental em países africanos, é importante considerar os desafios que ainda existem para garantir a efetividade da proteção ambiental. As diferenças entre as legislações dos países, os desafios na implementação das leis e a necessidade de uma maior participação da sociedade civil na formulação e implementação das políticas ambientais são alguns dos pontos que demandam atenção constante.

²⁵ Original: Mais c'est seulement depuis la fin des années 1980 qu'apparaissent dans les droits des pays africains des normes spécifiques à la protection de l'environnement. Plus couramment, la question était abordée indirectement à travers certaines branches du droit liées à la gestion des ressources et de l'espace, tels que le droit de l'urbanisme, le droit de l'aménagement du territoire, le droit minier et le droit forestier, etc. Il en est résulté un éparpillement des normes juridiques relatives à la protection de l'environnement tenant à leur fragmentation sectorielle. Le droit de l'environnement apparaît ainsi, dans la plupart des pays africain, comme un droit éclaté, fragmenté et vétusté. La prise de conscience par les États africains de la nécessité impérieuse d'assurer, dans leur intérêt et dans celui du « village planétaire », la protection de l'environnement par une gestion écologiquement rationnelle de leurs richesses naturelles a enclenché, tout récemment, un mouvement généralisé d'édiction de codes nationaux de l'environnement ou de législations environnementales spécifiques et adaptées qui fait de l'Afrique un vaste chantier normatif en cette matière. Ces codes et lois auront d'ailleurs de fortes ressemblances d'un pays à l'autre dans la mesure où ils puisent, pour l'essentiel, aux mêmes sources internationales (Kamto, 1996).

5.2. Proteção das florestas e estratégias diplomáticas para a promoção da floresta

As políticas de proteção das florestas são amplamente influenciadas pelo contexto internacional. Nesse sentido, é importante ressaltar que a proteção das florestas é um processo vertical, no qual as normas internacionais têm impacto direto na legislação do Gabão. Diante desse panorama de influência internacional nas políticas de proteção das florestas, o governo do Gabão visa não apenas estimular o setor florestal em âmbito nacional e internacional, mas também garantir contribuições substanciais para o PIB nacional.

Diante desse cenário, é importante observar que os estágios iniciais da proteção das florestas no Gabão estiveram intimamente ligados aos planos de desenvolvimento econômico e social estabelecidos pelos governos, com uma forte ênfase na exploração dessas florestas, conforme destacado por Kialo, Essabe e Ango (2011). Assim, a gestão dessas florestas sempre valorizou a exploração em detrimento dos benefícios que a conservação podia trazer (figura 7), como observado por Moussavou (2012). Os planos de desenvolvimento eram estabelecidos a cada cinco anos (Pourtier, 2003) e a adoção de tais planos de desenvolvimento sempre acompanhou a promulgação de leis para a gestão e o uso das florestas, considerando o valor da economia florestal. Nesse contexto, as primeiras leis relacionadas à floresta frequentemente tinham como objetivo principal estabelecer planos de gestão para sua exploração, como ressaltado por Ngou (2012), com ênfase nos fins econômicos e lacunas nos aspectos de proteção.

Figura 7- Orientações da gestão da natureza



Fonte: Adaptado de Moussavou (p.103, 2012).

A lei nº1/82 de 22 de julho de 1982 (*loi 1/82 du 22 juillet 1982, dite loi d'orientation en matière des eaux et forêts*²⁶), fundou as bases em matéria de legislação ambiental no Gabão. Esta lei tem como objetivo geral promover a gestão racional dos recursos das áreas florestais, fluviais, lacustres, marítimas e da vida selvagem. A implementação dessa política é de responsabilidade da administração do Ministério das Águas e Florestas, que é uma

²⁶ Lei 1/82 de 22 de julho de 1982, conhecida como a lei de orientação sobre águas e florestas.

administração paramilitar.

A legislação aborda principalmente a atribuição das permissões de exploração dos recursos florestais. No que se refere ao planejamento, proteção e conservação da vida selvagem, há uma distinção entre as áreas de exploração racional da vida selvagem (reservas naturais integrais, santuários, parques nacionais, reservas de vida selvagem, zoológicos e áreas de caça) e a zona protegida para a exploração da vida selvagem, onde a caça é permitida e regulamentada. Embora a concessão das áreas de exploração racional seja proibida, a exploração de atividades turísticas dentro dos parques e áreas de caça é permitida e deve ser realizada exclusivamente pelos guias de caça.

Por meio desta lei, destaca-se a ênfase na forma como a floresta e seus recursos devem ser explorados para impulsionar o crescimento do setor florestal no desenvolvimento econômico, social, cultural e científico, com foco especialmente no turismo e na indústria madeireira (Gabon, 1982). Na referida lei, é evidente a ausência de preocupação por parte do Estado com o reflorestamento, atribuindo essa responsabilidade às empresas às quais seriam concedidas permissões. Ao mesmo tempo, nota-se uma intenção de romper com o domínio colonial e promover uma soberania nacional no que diz respeito à exploração florestal.

Diante dessas diretrizes voltadas para a exploração florestal e a lacuna identificada na abordagem do reflorestamento e reposição dos recursos explorados, torna-se evidente a necessidade de uma reestruturação legislativa para alinhar as políticas ambientais às demandas de proteção e sustentabilidade.

Assim, visando promover uma política de proteção ambiental e em consonância com a transição para uma economia pós-petróleo, com foco na redução dos impactos da degradação ambiental global, o Gabão foi impelido a criar e reformar sua legislação (Ngou, 2012).

Destarte, ao sair da cúpula do Rio-92, o país aprovou a lei nº16/93 de 26 de agosto de 1993 (*Loi n°16/93, 26 août 1993 relative à la protection et à l'amélioration de l'environnement*²⁷) que instituiu o primeiro código ambiental gabonês.

A presente lei tem por objetivo determinar os princípios gerais que devem fundamentar a política nacional de proteção e melhoria do meio ambiente. Ela visa especialmente: (i) a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais; (ii) o combate à poluição e aos impactos adversos; (iii) a melhoria e a proteção do ambiente; (iv) a promoção de novos valores e de atividades geradoras de renda relacionadas à proteção do meio ambiente; (v) a harmonização do desenvolvimento com a preservação do meio ambiente natural (Gabon, 1993).

Este texto jurídico comporta quatro títulos, subdivididos em vários capítulos. A fauna

²⁷ Lei nº 16/93, de 26 de agosto de 1993, relativa à proteção e melhoria do meio ambiente.

e a flora são abordadas no quinto capítulo que trata do gerenciamento racional e equilibrado da fauna e flora, visando evitar superexploração, preservar o patrimônio genético e manter os equilíbrios ecológicos, conforme legislação vigente (Gabon, 1993). No entanto, apesar da assinatura da Declaração de Princípios sobre as Florestas de Rio-92, tal código ambiental dispõe pouco sobre a gestão dos recursos florestais.

Desta maneira, fez-se necessário a instauração do código florestal através da lei nº16/01 de 31 de dezembro de 2001. Após anos de preparação, o texto que revogou a lei nº1/82 de 22 de julho de 1982 se baseia em dois principais eixos: (i) a gestão sustentável e racional dos recursos florestais e (ii) a transformação local dos produtos madeireiros baseados nos investimentos. O eixo de transformação local ganha destaque quando o governo gabonês anuncia, em 2009, a proibição completa da exportação de toras em bruto, em favor do processamento local, contribuindo para a diversificação econômica. De acordo com Ngou (2012), a atualização do quadro jurídico-institucional pode ser atribuída a diversas razões, incluindo a adesão do Gabão a várias resoluções e convenções internacionais, a contribuição das florestas para o desenvolvimento nacional, a revisão das licenças de exploração florestal e uma gestão participativa das populações rurais.

5.3. As instituições da gestão sustentável das florestas

5.3.1 A nível nacional

A gestão dos recursos naturais no Gabão é assegurada por instituições públicas nacionais, com destaque para o Ministério das Águas e Florestas, também conhecido como Ministério das Águas e Florestas, Proteção do Meio Ambiente, Clima e Conflitos entre Humanos e Fauna. Além dessas entidades governamentais, existem organizações não governamentais (ONGs) tanto de âmbito nacional quanto internacional e regional atuando nessa área.

O Ministério das Águas e Florestas tem como missão desenvolver e implementar as políticas relacionadas às águas, florestas, mar, meio ambiente, fauna e áreas protegidas, conforme estabelecido pelo Governo Gabonês. Suas principais responsabilidades incluem a

formulação e execução de políticas florestais e de fauna, a promoção da industrialização e comercialização dos produtos florestais, a realização de inventários e manejo contínuo dos recursos naturais, o estabelecimento de cooperação internacional e a sensibilização pública sobre a exploração sustentável dos recursos naturais. O Ministério das Águas e Florestas desempenha um papel crucial na gestão do ecossistema gabonês, visando garantir a exploração sustentável das florestas e dos recursos hídricos, bem como a preservação da biodiversidade. Essas ações visam promover o desenvolvimento de uma economia verde e resiliente, visando o benefício das gerações presentes e futuras (Gabon, 2024).

O movimento das Organizações Não Governamentais (ONGs) no Gabão é relativamente recente e ainda está em estágios iniciais de desenvolvimento. As ONGs ambientais nacionais são escassas e muitas delas enfrentam desafios relacionados à falta de recursos humanos e à ausência de uma sede permanente. Atualmente, o Gabão abriga 34 ONGs nacionais, influenciadas por diversos eventos internacionais, sendo as mais destacadas o *Amis du Pangolin* (fundada em 2002), *Aventures sans Frontières* (fundada em 1992) e a ONG conhecida como *Forêt-Développement*, que promove técnicas de agrofloresta em áreas rurais. A formação dessas ONGs foi impulsionada por uma série de iniciativas internacionais, como seminários e programas de capacitação realizados entre 1991 e 1993, financiados por projetos internacionais. Além disso, conferências internacionais contribuíram para aumentar a conscientização nacional sobre questões ambientais globais, enquanto a assistência de financiadores para mitigar os impactos sociais da pobreza e promover pesquisas ambientais também desempenhou um papel significativo no surgimento das ONGs.

Ao lado das ONGs nacionais, existem ONGs internacionais e regionais que operam no Gabão. Essas organizações representam uma variedade de interesses e atuam principalmente em três setores principais: educação ambiental, pesquisa e conscientização ambiental, e atividades de lobby (Ngou, 2012).

Em termos de número de projetos realizados, a mais importante delas é o Fundo Mundial para a Natureza (conhecido por sua sigla *WWF*). Mas outras importantes são a Wildlife Conservation Society (WCS), a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e o Programme de conservation et de valorisation des Ecosystèmes Fragilisés d'Afrique Centrale (ECOFAC). O programa ECOFAC foi estabelecido em 1992 com o propósito de conservar e promover o uso sustentável dos ecossistemas florestais na África Central, por iniciativa do Parlamento Europeu, como parte da cooperação entre a Comunidade Europeia e os Estados da África, dos Caribe e do Pacífico (ACP). Segundo Lewino (2005

apud Moussavou, 2012), há uma importante contribuição financeira, com uma boa percentagem destinada ao Gabão: “O programa ECOFAC da União Europeia já disponibilizou 62 milhões de euros e recentemente aprovou mais 32 milhões adicionais (dos quais 10% para o Gabão)”²⁸ (Lewino, 2005 apud Moussavou, 2012, tradução nossa).

As ONGs internacionais exercem ações que vão desde o apoio a instituições nacionais, à melhoria na gestão e no desenvolvimento das infraestruturas das áreas protegidas, captação de financiamentos e doações, assim como a implementação de programas de educação ambiental e conservação de recursos biológicos.

Diante da necessidade de cooperação internacional para assegurar a eficácia na proteção dos recursos naturais, considerando os desafios fronteiriços da degradação ambiental e florestal, e com o objetivo de mitigar os impactos das mudanças climáticas e ao mesmo tempo que diversifica sua economia, o Gabão tem buscado ativamente estabelecer parcerias com outros Estados e organizações em âmbito global e regional.

5.3.2 A nível regional e internacional

A nível global, o Gabão destaca a intervenção das instituições do sistema ONU principalmente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Banco Mundial. Elas atuam respectivamente por meio do Programa Nacional de Ação para o Meio Ambiente (PNAE), do Projeto Floresta-Ambiente (PFE), da elaboração da Estratégia Nacional e do Programa Setorial Floresta e Meio Ambiente (PSFE)²⁹ (Moussavou, 2012; Ngou, 2012).

O Gabão implementou uma série de iniciativas estratégicas com o apoio do Banco Mundial. O *Programme National pour l'Environnement* (PNAE), concebido após uma avaliação preliminar do Banco Mundial para a implementação do *Projet Forêt-Environnement* (PFE), visa coordenar e supervisionar as ações ambientais no país. Por sua vez, o PFE concentra-se na reestruturação dos serviços ambientais para promover uma gestão mais sustentável da floresta e da fauna, apoiando a criação de reservas e parques nacionais.

²⁸ Original: “Le programme Ecofac de l’Union européenne a déjà déversé 62 millions d’euros et vient d’en voter 32 supplémentaires (dont 10 % pour le Gabon)” (Lewino, 2005 apud Moussavou, 2012).

²⁹ Le Programme National d’Action pour l’Environnement (PNAE), le Projet Forêt-Environnement (PFE), l’élaboration de la Stratégie Nationale et le Programme Sectoriel Forêt et Environnement (PSFE) (Moussavou, 2012, Ngou, p. 163, 2012).

Além disso, a *Stratégie Nationale et Plan d'Action sur la diversité biologique du Gabon* busca harmonizar as expectativas em relação à biodiversidade. Por fim, *Programme Sectoriel Forêt, Pêche et Environnement* (PSFE) surge como uma resposta aos desafios pós-petróleo, com a intenção de realizar reformas estruturais para melhorar a gestão dos recursos naturais. Essas iniciativas contam com apoio financeiro do Banco Mundial e do Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), demonstrando o compromisso do Gabão com a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento futuro.

A cooperação com governos do norte-global pautou-se principalmente no financiamento de tais projetos. Moussavou (2012) destaca a ampliação de tais métodos de financiamento a cada reunião internacional entre os atores da proteção ambiental e os países detentores dos ecossistemas a serem protegidos.

A conservação da natureza nos países em desenvolvimento é geralmente financiada diretamente pelos próprios Estados que a praticam ou por meio de doações de organismos de auxílio ou ONGs internacionais. Além dessas formas tradicionais de financiamento, temos visto nos últimos anos o surgimento de novas formas de doações ou pagamentos por serviços ambientais. Isso inclui planos de conversão de dívidas e mecanismos de adaptação às mudanças climáticas. Esses mecanismos são implementados em escala internacional e não se restringem apenas ao Gabão (Moussavou, 2012, tradução nossa)³⁰.

Um dos maiores protagonistas africanos para a implementação da dimensão ambiental no Club de Paris³¹ foi Omar Bongo Ondimba (presidente do Gabão de 1960 a 2009), que entendia que através da instituição dos parques nacionais e para proteger o planeta, o Gabão já “oferecia 10% do seu território ao mundo” sem nenhuma retribuição (Lewino, 2005 apud Moussavou, 2012). Para tanto, a compensação do mundo ocidental poderia ser a implementação de um mecanismo de negociação da dívida externa das nações em desenvolvimento, são os maiores detentores da biodiversidade mundial além de maiores reservatórios de oxigênio do planeta (Kamto, 1996; Lago, 2013).

Outro método de financiamento diz respeito ao reconhecimento dos serviços ambientais providos pelas florestas. De fato, as florestas tropicais desempenham um papel de

³⁰Original: La conservation de la nature dans les pays en développement est généralement financée soit directement par les Etats qui la pratiquent soit par des dons d'organismes d'aides ou d'ONG internationaux. Outre ces modes de financements classiques, nous assistons depuis quelques années, à l'avènement de nouvelles formes de donations ou de paiements pour services environnementaux. Il s'agit des plans de conversions de dettes et des mécanismes pour l'adaptation au changement climatique. Ces mécanismes sont mis en œuvre à l'échelle internationale ; ils ne concernent pas uniquement le Gabon (Moussavou, 2012)

³¹ The Paris Club is an informal group consisting of 22 official creditors from various countries, including Australia, Austria, Belgium, Brazil, Canada, Denmark, Finland, France, Germany, Ireland, Israel, Italy, Japan, Korea, the Netherlands, Norway, the Russian Federation, Spain, Sweden, Switzerland, the United Kingdom, the United States of America, and South Africa. Established in 1956, its primary objective is to address debt sustainability challenges in borrowing countries by coordinating orderly and sustainable solutions (Paris Club, 2022).

regulador do clima, pois ao absorver o carbono, permitem uma redução das temperaturas na terra. Assim, através dos acordos de Bonn e de Marraquexe (em 2001), foi criado um fundo específico para as mudanças climáticas no âmbito do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Trata-se do programa de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) que foi introduzido e adotado na Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), realizada em Bali em dezembro de 2007 (Mouloungui, 2014). Ele [o mecanismo REDD] visa remunerar os países pela redução de emissões de gases de efeito estufa originados do desmatamento e da degradação das florestas (Karsenty, 2020).

O mecanismo REDD concentra-se nos países em desenvolvimento localizados em regiões tropicais. Consiste em trocar a proteção de suas florestas e o ganho de carbono por assistência financeira. Em outras palavras, o REDD prevê pagar para compensar a perda de receita decorrente da não exploração da floresta. Isso permite atribuir um valor financeiro ao carbono armazenado por meio da proteção das florestas. Além do apoio financeiro para os países do Sul, as reduções das emissões de gases de efeito estufa, representadas pelo aumento na capacidade de armazenamento, podem ser usadas para compensar ou até mesmo equilibrar as emissões geradas pelas atividades industriais do Norte. (Moussavou, 2012, tradução nossa)³²

Nesta mesma iniciativa, reconhecendo a pressão exercida por desafios como a pobreza, a insegurança alimentar e as mudanças climáticas, nasceu a Central Africa Forest Initiative (CAFI) em 2015.

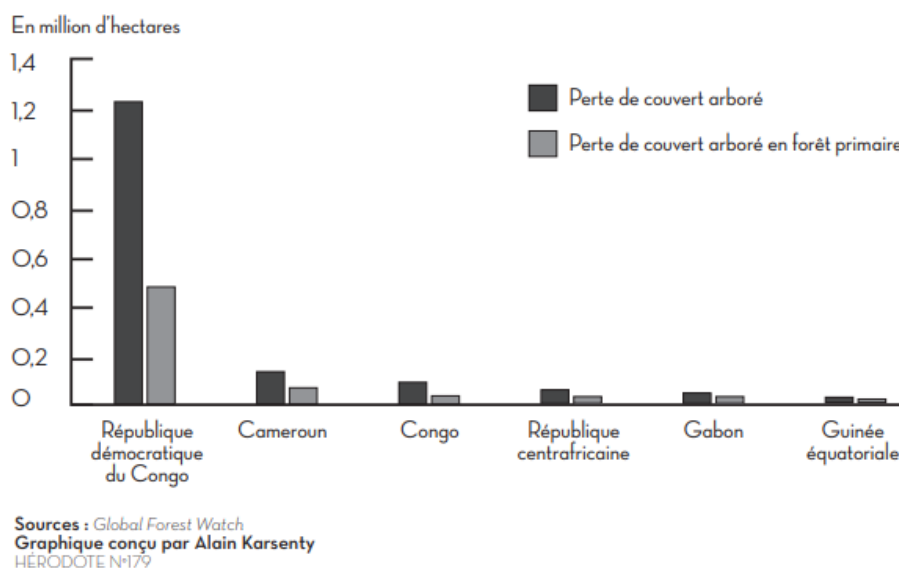
A iniciativa CAFI é uma colaboração conjunta entre o PNUD, FAO, Banco Mundial, seis países da África Central e uma coalizão de doadores, incluindo o Reino da Noruega, França, Alemanha e Reino Unido. Os seis países da África Central participantes - Camarões, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão e República do Congo - irão desenvolver estruturas de investimento para apoiar o uso sustentável e conservação de seus recursos florestais, especialmente por meio da implementação de atividades REDD+. Esta iniciativa trabalha em estreita colaboração com o Programa UN-REDD e se baseia no trabalho de outras iniciativas na região, como o Fundo Florestal da Bacia do Congo (FAO, 2024, tradução nossa)³³.

³² Le Mécanisme REDD est centré sur les Pays en Voie de développement situés en milieu tropical. Il consiste à échanger la protection de leurs forêts et le gain de carbone contre une aide financière. Autrement dit, le REDD prévoit de payer pour compenser le manque à gagner de la non-exploitation de la forêt. Il permet ainsi de donner une valeur financière au carbone stocké par le biais de la protection des forêts. Outre l'apport financier pour les pays du Sud, les réductions d'émissions de gaz à effet de serre, représentées par une augmentation de capacité de stockage, pourront servir à compenser, voire rééquilibrer, les émissions produites par les activités industrielles du Nord (Moussavou, 2012).

³³The CAFI initiative is a joint collaboration between UNDP, FAO, the World Bank, six Central African countries and a coalition of donors, including the Kingdom of Norway, France, Germany, and the United Kingdom. The six participating Central African countries—Cameroon, the Central African Republic, the Democratic Republic of Congo, Equatorial Guinea, Gabon, and the Republic of Congo—will develop investment frameworks to support the sustainable use and conservation of their forest resources, notably through the implementation of REDD+ activities.

O Gabão se posiciona como o “bom aluno” africano da conservação por ter captado mais carbono do que emitiu, devido à taxa de desmatamento positiva que registrou de 2010 a 2015 (Karsenty, 2020). Ou seja, cresceu mais árvores do que foram desmatadas. Isso se explica não só pelo tamanho não muito importante de sua população, mas também pelo reflorestamento regular das empresas da indústria madeireira, o que acaba por não exercer uma pressão significativa sobre o crescimento das árvores.

Gráfico 4 - Perda da cobertura florestal nos países da bacia do Congo em 2019



Fonte: Karsenty (2020)

Tal manejo florestal permitiu ao Gabão assinar um acordo com a Noruega, dentro do organismo da Central African Forest Initiative (CAFI), pelo sequestro de carbono de suas florestas.

Em 2019, a Noruega anunciou um acordo com o Gabão para uma promessa de pagamento de US\$150 milhões pela preservação dos estoques de carbono florestal. As justificativas incluem a baixa taxa de desmatamento, evidências de que a floresta gabonesa absorve mais CO₂ do que emite, extensa rede de parques nacionais e proibição de exportação de toras. O foco está no resultado, independentemente de o Gabão nunca ter experimentado desmatamento significativo devido à sua demografia ou das motivações reais por trás da proibição de exportação de toras (Karsenty, 2020, tradução nossa)

Motivada pelo desejo de compensar os impactos negativos ligados à sua produção de gás e petróleo, a Noruega se destaca como o principal doador da CAFI. Essa iniciativa culminou no primeiro acordo desse tipo no continente africano, posicionando o Gabão como pioneiro na recepção de pagamentos por serviços ambientais relacionados às suas florestas. De acordo com Caramel (2021), o país já recebeu US\$17 milhões, correspondentes a 3,4 milhões de toneladas de carbono, referentes aos anos de 2016 e 2017. O último relatório do

PNUMA sobre o pacto climático de Glasgow menciona “um preço mínimo de US\$5 por tonelada de dióxido de carbono equivalente” e que “a CAFI concordou em pagar US\$75 milhões para o período de 2016 a 2020, e US\$75 milhões para 2021 a 2025.” (UNEP, 2022).

A floresta tropical sequestra cerca de 140 milhões de toneladas de CO₂ por ano, fazendo do Gabão um absorvedor líquido de mais de 100 milhões de toneladas por ano, de acordo com os cálculos apresentados à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. O Gabão, na África Central, é assim um dos poucos países do mundo que sequestram líquido de carbono, juntamente com alguns outros países, como a Guiana e o Butão (UNDP, 2022, tradução nossa)³⁴.

O quadro jurídico-institucional em constante evolução tem proporcionado a promoção da gestão sustentável das florestas e a estruturação das aspirações pós-petróleo do Gabão. Através do pilar “*Gabon-Vert*” do Plan Stratégique Gabon Emergent (PSGE), seguido do Plano Nacional de Ação para o Meio Ambiente (PNAE), foram delineadas diretrizes para a proteção ambiental e fomento da pesquisa e do conhecimento dos recursos naturais, visando posicionar o país como líder regional na proteção e valorização econômica dos recursos florestais. O primeiro tratou-se de um programa de sociedade. Portanto, permaneceu bastante geral e não conteve elementos concretos relativos à sua implementação. Dessa maneira, coube aos departamentos ministeriais a tarefa de desenvolvimento de tais propostas, estabelecendo então as bases para que o país se destacasse no desenvolvimento sustentável e na conservação das florestas na África Central.

Assim, com essa articulação de fatores internos, a diplomacia ambiental (ou diplomacia verde) do país teve um pontapé inicial, resultando em diversos acordos que reconheceram o Gabão como um líder regional na conservação ambiental. Essas ações levaram à realização de diversos eventos internacionais focados no meio ambiente, incluindo a African Climate Week (em 2022) e a One Forest Summit (em 2023).

5.4 Diplomacia gabonesa na geopolítica ambiental global

A busca por conciliar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental impulsionou a comunidade internacional a se articular em torno do desenvolvimento

³⁴ La forêt tropicale séquestre environ 140 millions de tonnes de CO₂ par an, faisant du Gabon un absorbeur net de plus de 100 millions de tonnes par an, selon les calculs soumis à la Convention-cadre des Nations Unies sur les changements climatiques. Le Gabon, en Afrique centrale, est ainsi l'un des rares séquestrants nets de carbone au monde avec une poignée d'autres pays tels que la Guyane et le Bhoutan (UNDP, 2022).

ecologicamente sustentável, dando origem à diplomacia ambiental (também conhecida como diplomacia climática). Mabey, Gallagher e Born (2013, p. 12, tradução nossa), compreendem a diplomacia ambiental como a “interseção entre os debates de interesse nacional e cooperação internacional”. Seu objetivo principal é conciliar as prioridades e agendas nacionais com a necessidade de ações internacionais conjuntas para enfrentar desafios ambientais globais.

Este entendimento levou o país a ser signatário dos acordos que, com o passar dos anos, têm atraído o máximo de atores internacionais (Tsayem Demaze, 2010; Nze-Nguema, 2018) por serem os mais ratificados. São eles a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção sobre Mudança Climática e sobretudo a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Nze-Nguema, 2018).

Nesse contexto, a inserção das pequenas potências no regime ambiental internacional se distingue da visão de Moussavou (2012). Ao contrário do que o autor propõe, essa inserção não se configura como um movimento meramente vertical, “de cima para baixo”. Observando o caráter co-constitutivo das dimensões interna (doméstica) e externa (internacional) do processo de mudança e redirecionamento de política externa, Freire e Vinha (2011), explicam que “a discussão agente/estrutura é, neste quadro, um referencial fundamental com alguma discordância relativamente à prevalência do agente sobre a estrutura ou, ao invés, da condicionalidade que a estrutura impõe ao agente” (Freire; Vinha 2011).

Então, existe uma interação importante entre os agentes que conduzem a política externa e as estruturas políticas e sociais (internas e externas) que moldam e influenciam suas ações. Ao mesmo tempo em que a estrutura influencia o comportamento individual dos agentes, os agentes também constroem a estrutura. Sendo assim, a inserção dos países africanos no regime ambiental internacional é um processo dinâmico e multifacetado que vai além de uma mera assimilação de normas e agendas internacionais. É um processo que envolve a participação ativa dos países africanos na construção de soluções que considerem as suas necessidades e prioridades específicas.

Diante desse contexto de interação entre agentes e estruturas na formulação da política externa, é possível observar que o Gabão, tradicionalmente considerado como "um país da paz", começou a sentir a necessidade de mudanças em sua abordagem diplomática. Essa transição para uma política externa orientada cada vez mais para o desenvolvimento sustentável foi impulsionada pelas sucessivas crises do petróleo. Essa tipologia de mudança, denominada por Hermann (1990) de *international orientation changes*, representa um

redirecionamento completo do ponto de vista do ator sobre os assuntos internacionais.

Segundo o autor, isso se refere a mudanças na orientação internacional de um país, ou seja, mudanças na maneira como um governo conduz sua política externa e suas relações com outros países e atores internacionais. Essas mudanças podem incluir uma variedade de fatores, como mudanças na liderança política, alterações nas prioridades nacionais, novos desafios geopolíticos ou ainda evolução de alianças e parcerias.

No caso específico do Gabão, a sua nova diplomacia entende explorar relações de maior ou menor proximidade com terceiros, isto é, suas relações de vizinhança, inserção no quadro regional, posicionamento nas relações internacionais (Freire; Vinha, 2011). Tal mudança de perspectiva delineou-se a partir do PSGE³⁵, um documento fortemente embasado na orientação internacional e às recomendações dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da Agenda 2030³⁶ e dos objetivos da Agenda 2063 da União Africana³⁷.

É possível observar que, com sua vizinhança imediata e regionalmente, o país se relaciona em diversas temáticas: manutenção da paz e estabilidade regional na África central, conservação e gestão sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas florestais, integração econômica no bloco CEMAC³⁸ e comércio internacional (Gabon, 2008). Isso indica um esforço conjunto dos países da região para enfrentarem desafios comuns e alcançar objetivos compartilhados.

A política externa da promoção e manutenção da paz e equilíbrio regional não foi totalmente embora, pois constitui a base da diplomacia do país. Situado numa região de relativa instabilidade (a África Central), essa política sempre assegurou que o gabão não conhecesse processos de guerras civis como seus vizinhos (entre outro as guerras civis nas República Democrática do Congo, e República Centro Africana e o genocídio de Ruanda). O país se empenhou na segurança de suas fronteiras e na resolução pacífica dos conflitos.

Com as sucessivas crises que afetaram a economia do país, os recursos disponíveis para financiar essa diplomacia tornaram-se escassos. Diante dessa realidade, tornou-se imperativo desenvolver uma nova estratégia diplomática alinhada com as novas orientações recomendadas pela política internacional.

³⁵ Plan Stratégique Gabon Emergent

³⁶ A Agenda 2030 é um plano de ação global adotado pelos Estados-membros das Nações Unidas em setembro de 2015. É composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) cujo objetivo principal é promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo até o ano de 2030.

³⁷ A Agenda 2063 é uma estratégia de desenvolvimento a longo prazo adotada pela União Africana (UA) em 2015. Ela visa promover o desenvolvimento sustentável e integrado do continente africano nos próximos 50 anos, até o ano de 2063.

³⁸ Communauté Économique et Monétaire de l'Afrique Centrale (Comunidade Econômica e Monetária da África Central)

A diplomacia ambiental gabonesa começa a ganhar forma no Rio-92³⁹ e se pauta na consecução dos meios para tornar o país uma referência africana no que tange ao desenvolvimento sustentável, turismo sustentável e gestão sustentável das florestas (Gambotti, 2014). No âmbito doméstico, os objetivos são a necessidade de ampliar a contribuição do setor florestal no PIB, pela implementação de uma “economia verde” que possa promover a criação de empregos e de polos agrícolas para garantir a segurança alimentar do país (Moussavou, 2012)⁴⁰.

Embora o Gabão ainda não tenha uma política ou estratégia especificamente elaborada para a economia verde, por meio do pilar "Gabão Verde" (pilar central do PSGE), o país busca acelerar a transição de um modelo baseado exclusivamente em indústrias extrativas (petróleo, mineração) para uma economia verde. Essa pode ser definida como uma economia de baixa emissão de carbono, com baixo consumo de recursos, que facilita a integração social, protege a biodiversidade e fornece serviços ecossistêmicos. A economia verde inclusiva implica, além da adoção de modos de produção e consumo sustentáveis, a existência de um ambiente de negócios propício à competitividade e à geração de riqueza e empregos, especialmente em benefício das comunidades que vivem próximas a esses recursos naturais (UNDP, 2022, tradução nossa⁴¹).

A consecução de tais objetivos domésticos e internacionais necessita a operacionalização de novos métodos de captação de financiamentos, além dos métodos tradicionais (produção e exportação de produtos não lenhosos, por exemplo). Assim, o governo entende colocar em prática

[...] mecanismos financeiros inovadores: REDD, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDP), disposições relevantes dos Acordos de Mecanismo de Eficiência Ambiental (AME) e cooperações bilaterais e multilaterais... Será [então] necessário estabelecer uma diplomacia ambiental eficaz para estabelecer vários acordos de cooperação bilateral nesta área. A elaboração e implementação do Plano de Negócios deve levar a uma identificação e direcionamento real dos parceiros envolvidos em questões ambientais com base em suas áreas de atuação (GEF, 2009, tradução nossa)⁴².

³⁹ Com a assinatura do Acordo Internacional sobre Madeiras Tropicais de 1983, os “objetivos 2000” da Organização Internacional de Madeiras Tropicais em 1990 e a ratificação da convenção sobre a diversidade biológica e da Agenda 21 na conferência Eco-92 em 1992.

⁴⁰ Já que o país importa muitos produtos alimentícios, segundo a BEAC isso representa % do PIB

⁴¹ Original: Bien que le Gabon ne dispose pas encore de politique ou de stratégie spécifiquement conçue pour l'économie verte, à travers le pilier « Gabon Vert » (pilier central du PSGE), le pays vise à accélérer la transition d'un modèle uniquement basé sur les industries extractives (Pétrole, Mines) vers une économie verte qui peut se définir comme une économie à faible émission de carbone, peu gourmande en ressources, qui facilite l'intégration sociale, protège la biodiversité et fournit des services éco-systémiques. L'économie verte inclusive implique, en plus de l'adoption de modes de production et de consommation durables, la disponibilité d'un environnement des affaires favorable à la compétitivité et la création de richesses et d'emplois, en particulier en faveur des communautés vivant à proximité de ces ressources naturelles (UNDP, 2022).

⁴² Original: Une réflexion devrait aussi être amorcée en vue d'explorer des mécanismes financiers novateurs : REDD, MDP, Dispositions pertinentes des AME's, Coopérations bilatérales et multilatérales... Il s'agira de mettre en place une diplomatie environnementale efficace afin d'établir plusieurs accords de coopération bilatérale en la matière. L'élaboration et la mise en œuvre du Business Plan (IO6iii) devrait conduire à une réelle

Desde seus primórdios, a diplomacia ambiental gabonesa, liderada pelo então presidente Ali Bongo Ondimba e pelo então Ministro das Águas e das Florestas, Lee White⁴³, empenhou-se em harmonizar o uso das florestas com as recomendações internacionais, visando sua rentabilidade de forma sustentável. Nessa perspectiva, De Sartre *et al.* (2014) apontam que a implementação dos pagamentos por serviços ecossistêmicos poderia ser uma maneira eficaz de rentabilizar a floresta, especialmente diante dos resultados insatisfatórios da tentativa de gerar receita com a exploração dos parques nacionais para a prática do ecoturismo.

A criação dos parques nacionais criados em 2002, se fundamentou no argumento do ecoturismo. Porém, após mais de duas décadas, o fraco desenvolvimento deste modelo econômico explica porque os pagamentos por serviços ecossistêmicos emergem como uma alternativa promissora.

O Gabão se destaca por abrigar uma das mais ricas biodiversidades e comunidades vegetais da África, com até 20% de suas espécies sendo endêmicas do país (Brugière, 1998). Além disso, sua baixa densidade populacional e a manutenção de uma taxa de desmatamento quase nula (Laurance *et al.*, 2006; De Sartre *et al.*, 2014) são características notáveis que colocam o Gabão como um possível ator primordial na regulação mundial do clima e na sobrevivência de espécies ameaçadas (Pourtier, 2001). Essa conjunção de fatores confere uma proteção natural aos ecossistemas e à biodiversidade local, aproveitando-se ainda da facilidade de implementação de políticas de preservação que uma pequena população pode proporcionar. Gozando de uma relativa estabilidade política na região da África Central, o governo tem habilmente utilizado essas características em suas negociações e participações em fóruns internacionais para promover a conservação ambiental e estabelecer o Gabão como um ator chave na proteção da biodiversidade regional e globalmente. Tais características poderiam estabelecer o país como uma potência ambiental regional (Nze-nguema, 2018).

A liderança regional do Gabão na proteção das florestas, embora disputada com a República Democrática do Congo⁴⁴, é amplamente reconhecida internacionalmente devido a diversos fatores. Primeiramente, a estabilidade política no Gabão contribui significativamente

identification et ciblage des partenaires impliqués dans les questions environnementales en fonction de leur champ d'intervention (GEF, 2009).

⁴³ Em 30 de agosto de 2023, ocorreu um golpe de Estado que resultou na deposição do presidente Ali Bongo Ondimba, cuja vitória nas últimas eleições foi fortemente contestada, alegando fraude. No momento da redação deste trabalho, o presidente interino é Brice Oligui Nguema, encarregado de liderar a transição política do país.

⁴⁴ A República Democrática do Congo detém a maior extensão de floresta na Bacia do Congo. Junto com o Brasil e a Indonésia, integração dos três países com a maior cobertura de floresta tropical no mundo, representando coletivamente 52% das florestas tropicais globais.

para sua credibilidade. Além disso, o quase inexistente desmatamento, resultado da baixa densidade populacional, fortalece ainda mais a posição do país nesse cenário. Esses aspectos positivos têm atraído financiamento de várias ONGs presentes em seu território. Em contraste, a instabilidade contínua na República Democrática do Congo, exacerbada por conflitos internos prolongados, limita a capacidade do país de priorizar a preservação florestal, relegando-a a um plano secundário (Karsenty, 2020). Com uma população estimada em 103 milhões, o impacto da demografia sobre o desmatamento é evidente (gráfico 4), com a pressão sobre os recursos florestais intensificada pelo uso de carvão vegetal e pelo consumo de carne de caça (De Sartre *et al.*, 2014; Karsenty, 2020).

A diplomacia ambiental do Gabão visa contribuir com suas florestas para a contenção das mudanças climáticas, gerar receita e promover o desenvolvimento sustentável através da implementação de uma economia verde. Busca afirmar a soberania na gestão dos recursos florestais, obter reconhecimento internacional e liderança na luta contra as mudanças climáticas. Para alcançar seus objetivos, o país busca obter assistência técnica e financeira para o desenvolvimento de projetos verdes e promover a justiça climática, defendendo a implementação de fundos de financiamentos climáticos (Gambotti, 2014; Karsenty, 2020). A diplomacia ambiental do Gabão, com seu foco na preservação ambiental e no desenvolvimento socioeconômico, rompe com a visão tradicional de que a proteção da natureza é apenas uma preocupação existente nos países do Norte. Segundo Pourtier (2020), o Gabão se destaca entre os países africanos que integram a luta contra a pobreza com a proteção da natureza, em particular das florestas.

Assim, a leitura do Gabão segundo as conceituações de pequena potência de Fox (1959), Keohane (1969), Carvalho (1986) e Calleya (2016) entende uma necessidade do país de focar sua política externa em um campo político específico. Isto levou o país a atuar predominantemente na área da preservação ambiental (Nze-Nguema, 2018), pelas características naturais que ele apresenta. Ademais, Calleya (2016) destaca uma inevitabilidade das pequenas potências ditas *proativas* de formarem alianças e coalizões para a promoção desta imagem internacional.

Portanto, contra a escassa representação no sistema internacional, o país se juntou ao Grupo Africano de Negociadores sobre Mudança Climática (*African Group of Negotiators - AGN* na sua sigla em inglês), que atua como “uma aliança de Estados-membros africanos que representa os interesses da região nas negociações internacionais sobre mudança climática, com uma voz comum e unificada” (African Group of Climate Negotiators, 2024). A principal

estratégia de negociação da AGN se baseia no princípio da justiça climática. Argumenta-se que, por contribuir menos para as emissões de gases de efeito estufa e, ao mesmo tempo, capturar mais desses gases, a África deve ser compensada. Essa compensação deve contemplar não apenas os serviços ecossistêmicos prestados por suas florestas e manguezais, mas também os impactos desproporcionais das mudanças climáticas sobre suas economias (Gahouma-Bekale, 2021). A perspectiva de que a África é o continente mais impactado pelas mudanças climáticas é ilustrada pelo discurso de Tanguy Gahouma-Bekale, presidente gabonês do AGN entre 2020 e 2022, durante a COP 27: “o impacto das mudanças climáticas está se intensificando, e a África continua sendo o continente mais afetado e ao mesmo tempo o menos responsável pelo problema” (UNFCCC, 2022).

O Grupo Africano de Negociadores sobre Mudança Climática proporciona mais robustez às negociações do Gabão, e em maior medida dos países africanos já que aumenta o poder de barganha dos países africanos, contribui para o compartilhamento de recursos e expertise, proporciona mais legitimidade e representatividade no cenário internacional e fortalece a coesão regional.

O Gabão faz parte também da *Coalition of Rainforest Nations*, uma coalizão que conta hoje com mais de 40 países tropicais de floresta, criada para conciliar de forma colaborativa o manejo florestal com o desenvolvimento econômico. Este grupo de países entende a necessidade de se colocar em um grupo grande para pesar nas negociações da UNFCCC, no que diz respeito ao protocolo de Kyoto (Keohane, 1969; Tsayem Demaze, 2010).

As negociações das COPs, através dessas coalizões, tiveram sucesso. Principalmente a COP15 (Copenhague, 2009) e a COP21 (Paris, 2015). Na COP15, o Gabão faz parte do grupo dos países do Sul Global que pressionaram para que os países que mais poluem fizessem o desbloqueio dos recursos financeiros para estes países que mais sofrem com as mudanças climáticas. Já através da COP21, o Gabão ratificou o acordo de Paris, que direcionou as metas de redução do desmatamento e das emissões de gases de efeito estufa. Os resultados de redução e sequestro de gases de efeito estufa se converteram em ganhos financeiros pelo mecanismo Redd implementado em Copenhague. Fora os retornos financeiros, o Gabão se fortaleceu regionalmente como exemplo de “bom aluno” na área climática ambiental, construindo sua influência regional (Calleya, 2016) e progressivamente usando sua “pouca capacidade de influenciar as forças sistêmicas que o afeta” (Keohane, 1969, p. 296, tradução nossa)

A diplomacia ambiental transcende o mero instrumento de obtenção de ganhos para as

pequenas potências como o Gabão. Ela se configura como uma ferramenta de desenvolvimento sustentável, impactando positivamente as esferas econômica, social e política do país. O Gabão serve como um exemplo da efetividade da diplomacia ambiental na África. Através da construção de acordos internacionais, da transposição interna desses acordos e do cumprimento das diretrizes internacionais, o país constrói uma imagem de engajamento, responsabilidade e liderança regional e internacional (Mabey, Gallagher, Born, 2013).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Gabão é um Estado que demonstrou suas ambições para a proteção do meio ambiente, no entanto, essas aspirações encontram limitações nos desafios internos e internacionais aos quais o país está sujeito.

A análise de como a temática ambiental se integrou à política externa do Gabão foi realizada sob a lente analítica dos conceitos de Pequena Potência. Este estudo evidenciou como o Gabão, uma pequena potência africana, tem conduzido sua diplomacia ambiental para alcançar seus objetivos de desenvolvimento e sua maior inserção regional e internacional.

O debate no país teve origem no período pós-Guerra Fria, especialmente respaldado pela Conferência do Rio-92. Com o fim da Guerra Fria, o Gabão reconheceu a necessidade de não mais basear sua política externa unicamente na promoção da paz e resolução de conflitos, mas sim na busca por um desenvolvimento sustentável que proporcionasse benefícios sociais, econômicos e ambientais (Ngou, 2012; Nze-Nguema, 2018; Moussavou, 2012; Mouloungui, 2014; Ndjambou, 2013).

A floresta da Bacia do Congo ganha relevância no cenário internacional por ser uma das raras florestas tropicais a não sofrer com a pressão do desmatamento e por ser a que mais sequestra carbono. No Gabão, ela cobre 85% do território (Ngou, 2012), o que representa 13% da floresta da Bacia do Congo (Ngo-Samnack *et al.*, 2017). Sua particularidade se inscreve não apenas no seu papel na regulação mundial do clima e das mudanças climáticas, mas também no fato de comportar 10% da biodiversidade mundial, representando um lugar de destaque na geopolítica ambiental global.

A análise mostrou que as sucessivas crises do petróleo, que representava a principal exportação do Gabão, e a conscientização sobre sua finitude, levaram os sucessivos governos a redirecionar sua política externa para a preservação do meio ambiente. Concomitantemente, foi construído um robusto arcabouço legal para sustentar essas iniciativas.

A análise baseada nas visões de Baldacchino e Wivel (2020), Carvalho (1986), e principalmente de Keohane (1969), Fox (1959), e Rothstein (1969) sobre o conceito de Pequena Potência permitiu examinar em que medida o Gabão se enquadra nesse agrupamento de países e como isso se reflete em sua política externa. Observou-se que o comportamento internacional do país enfatiza a promoção de uma imagem internacional positiva com foco na questão ambiental. Simultaneamente, o Gabão participa ativamente dos fóruns internacionais,

buscando uma inserção estratégica no cenário global.

Por fim, o trabalho destaca que a diplomacia ambiental do Gabão reforça a concretização de uma "economia verde", fundamentada no ecoturismo, na exploração sustentável e valorização dos recursos naturais, e na justiça climática para os países em desenvolvimento (Gambotti, 2014; Karsenty, 2020).

Essa postura do país reforça sua posição regional na proteção ambiental de modo geral, e na salvaguarda das florestas e da biodiversidade tropical, de modo específico. Ao tornar-se o primeiro Estado africano a receber pagamentos pelos serviços ecossistêmicos de suas florestas, o Gabão compete para a proeminência regional (com a RDC, que é o país com a maior parcela da floresta da Bacia do Congo). No entanto, Marquant *et al.* (2015), De Sartre *et al.* (2014) e Karsenty (2020) salientam que, contrariamente à RDC, a baixa densidade populacional do Gabão, sua estabilidade e vontade política são as principais condições que constituem a liderança gabonesa neste quesito.

REFERÊNCIAS

- AFRICAN GROUP OF NEGOTIATORS ON CLIMATE CHANGE. **African Group of Negotiators on Climate Change**, 2024. Home. Disponível em: <<https://africangroupofnegotiators.org/>>. Acesso em: 05 mar. 2024.
- ALI, Saleem; VLADICH, Helena. **Environmental diplomacy**. The SAGE handbook of diplomacy, p. 601-616, 2016.
- ALMEIDA, Ronaldo de. Estudo de Caso: foco temático e diversidade metodológica. In: ABDAL, Alexandre et al (org.). **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: bloco qualitativo**. São Paulo: CEBASP, 2016. p. 60-72.
- ANDRIGHETTO, Aline. CENCI, Daniel Rubens. ESTENSSORO, Fernando. Governança Ambiental Internacional e Sustentabilidade: construindo o socioambientalismo. **Revista Jurídica**, v. 02, n. 43, p. 72-92, 2016. DOI: 10.6084/m9.figshare.3219487. Acesso em: 16 mar. 2024.
- ARISE. **L'industrie pétrolière et gazière du Gabon**. 2024. Disponível em: <<https://www.ariseiip.com/fr/lindustrie-petroliere-et-gaziere-du-gabon>>. Acesso em: 30 jan. 2024.
- AVELHAN, Livia Liria. Construção e análise do regime ambiental internacional. **Revista Acadêmica de Relações Internacionais**, v. 1, n. 3, p. 37-45, 2013.
- AVELING, Christopher. DEBONNET, Guillaume. **Patrimoine mondial dans le bassin du Congo**. Centre du patrimoine mondial de l'UNESCO, 2010.
- BALDACCHINO, Godfrey; WIVEL, Anders. Small states: concepts and theories. In: **Handbook on the politics of small states**. Edward Elgar Publishing, 2020. p. 2-19.
- BALDACCHINOEL, Godfrey; WIVEL, Anders (Ed.). **Handbook on the politics of small states**. Edward Elgar Publishing, 2020.
- BANQUE DES ÉTATS DE L'AFRIQUE CENTRALE. Rapport Annuel 2022. BEAC. 2022. Disponível em: <<https://www.beac.int/wp-content/uploads/2023/10/Rapport-annuel-BEAC-2022.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- BEZERRA, Joana Carlos. O papel do meio ambiente na política externa brasileira. **Ideias**, v. 4, n. 1, p. 151-173, 2013.
- BP. **British Petroleum Statistical Review of World Energy 2021**. 2021. Disponível em: <https://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy.html#tab_sr-2022>. Acesso em: 31 jan. 2024.
- BRUGIÈRE, Didier. Aires protégées et biodiversité biologique au Gabon. **BOIS & FORÊTS DES TROPIQUES**, [S. l.], v. 255, n. 255, p. 45-57, 1998. DOI: 10.19182/bft1998.255.a19967. Disponível em: <<https://revues.cirad.fr/index.php/BFT/article/view/19967>>. Acesso em: 15 janv. 2024.
- CAFI. Central African Forest Initiative. **Gabon: First in Africa to receive payments for preserved rainforests**. New York: Central African Forest Initiative, 22 set. 2019. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/gnwBP>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

CALLEYA, Stephen. Developing States Diplomacy. In: The SAGE Handbook of diplomacy, p. 423-434, 2016. **SAGE Publications**. Disponível em: <<https://doi.org/10.4135/9781473957930>>. Acesso em: 11 mar. 2024.

CARAMEL, Laurence. **Le Gabon rétribué pour la protection de ses forêts**. Le Monde, Paris, 22 jun. 2021. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/afrique/article/2021/06/22/le-gabon-retribue-pour-la-protection-de-ses-forets_6085208_3212.html>. Acesso em: 28 fev. 2024

CARVALHO, Virgílio de. **Possibilidades e limitações das pequenas potências**. Nação e Defesa, 1986.

CASETA, Gabriel Meneghel; SILVA, Felipe. Dinâmica dos preços do petróleo na pandemia do Coronavírus (2020-2022). **REGEN - Revista de Gestão, Economia e Negócios**, v. 3, n. 1, 2022.

CHASEK, Pamela. **Stockholm et la naissance de la diplomatie environnementale**. International Institute for Sustainable Development - IISD. Set. 2020.

DE SARTRE, Xavier Arnould *et al.* **Political ecology des services écosystémiques**. Bruxelles: P.I.E Peter Lang, 2014.

DE WASSEIGE, Carlos *et al.* Les forêts du Bassin du Congo-Forêts et changements climatiques. Weyrich, 2015.

DE WASSEIGE, Carlos *et al.* **Les forêts du Bassin du Congo-Forêts et changements climatiques**. Weyrich, 2015.

DORSEY, Kurk. Scientists, Citizens, and Statesmen: U.S.–Canadian Wildlife Protection Treaties in the Progressive. 1995. **Diplomatic History**, p.407–430. Disponível em: <https://www.americanforeignrelations.com/E-N/Environmental-Diplomacy.html#google_vignette>. Acesso em: 10 ago. 2023

EITI, Extractive Industries Transparency Initiative. **Gabon 2021 EITI Report. Report on Gabon's extractive sector**. Disponível em: <<https://eiti.org/documents/gabon-2021-eiti-report>>. Acesso em: 05 fev. 2024.

FAO. **Central African Forest Initiative**. Roma: FAO, 2024. Disponível em: <<https://www.fao.org/redd/initiatives/central-african-forest-initiative/en/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

FAO. **Plan Stratégique Gabon Émergent: Vision 2025 et Orientations Stratégiques 2011-2016**. Jul. 2012.

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à Análise de Política Externa-Vol. 1**. Saraiva Educação SA, 2017.

FOX, Annette Baker. **The power of small states: diplomacy in World War II**. University of Chicago Press, 1959.

FOX, Annette Baker. **The small states in the international system**, 1919–1969. International Journal, v. 24, n. 4, p. 751-764, 1969.

FREIRE, Maria Raquel; VINHA, Luís da. **Política externa: modelos, actores e dinâmicas**. In: Política externa: As relações internacionais em mudança, p. 13-53, 2011.

GABON. **Coopération Gabon - Commission européenne: Rapport Annuel Conjoint 2008**. 2008. Disponível em: <http://aei.pitt.edu/45054/1/Gabon_2008.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2024

GABON. **loi 1/82, du 22 juillet 1982. Portant sur l'orientation en matière des eaux et forêts.** Libreville: Journal Officiel de la République Gabonaise, 1982.

GABON. **Loi n°16/93, 26 août 1993. Relative à la protection et à l'amélioration de l'environnement.** Libreville: Journal Officiel de la République Gabonaise, 1993.

GABON. Ministère des Affaires Étrangères. **Politique Étrangère.** Libreville, Estuaire: Ministère des Affaires Étrangères, 2011.

GABON. Ministère des Eaux et Forêts, de la Mer, de l'Environnement, Chargé du Plan Climat et du Plan d'Affectation des Terres. **Historique du Ministère.** Libreville, Estuaire: Ministère des Eaux et Forêts, de la Mer, de l'Environnement, Chargé du Plan Climat et du Plan d'Affectation des Terres. 2011b. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/aKLU3>> . Acesso em: 16 ago. 2023

GABON. **Missions du Ministère des Eaux et Forêts.** 2024. Disponível em: <<https://www.eaux-forets.gouv.ga/missions>>. Acesso em: 27 fev. 2024.

GABON. **Plan National Climat.** Conseil National Climat: Libreville. p. 97, 2012.

GAHOUMA-BEKALE, Tanguy. COP26 on climate: Top priorities for Africa. **United Nations**, 15 jul. 2021. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/dtx45>>. Acesso em: 05 mar. 2024

GAMBOTTI, Christian. Gabon, pays émergent: Les ambitions du Plan stratégique Gabon émergent 2025. **Géoéconomie**, n. 1, p. 159-170, 2014.

GEF, Global Environment Facility. **Rapport National ANCR et Plan d'Action.** Global Environment Facility: Paris, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GILLET, Pauline *et al.* Quelles sont les causes de la déforestation dans le bassin du Congo? Synthèse bibliographique et études de cas. **Biotechnologie, Agronomie, Société et Environnement**, v. 20, n. 2, 2016.

GLOBAL FOREST WATCH. Gabon. 2023. Disponível em: <<https://gfw.global/3QCQyDV>>. Acesso em 01 ago. 2023.

IMF. **World Economic Outlook (October 2023).** Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/datasets/WEO> Acesso em 01 ago. 2023.

KARSENTY, Alain. Géopolitique des forêts d'Afrique centrale. **Hérodote**, n. 1, p. 108-129, 2020.

KELSEN, Hans; MACHADO, João Baptista. **Teoria pura do direito.** Saraiva, 1939.

KEOHANE, Robert O. After Hegemony: Cooperation and Discord in the World **Political Economy.** Princeton: Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Power and interdependence. 1977. **Longman Classics in Political Science.** Capítulo 1.

KEOHANE, Robert. Lilliputians; Dilemmas: Small States in International Politics, Alliances and the Third World. by George Liska; **Alliances and American Foreign Policy.** International Organization, Vol. 23, No. 2 (Spring, 1969), pp. 291-310.

KIALO, Paulin; ESSABE, Ghislain Claude; ANGO, Stéphane. **Parcs nationaux et diplomatie environnementale au Gabon**. Paris: L'Harmattan, 2011. ISBN 978-2-296-55936-3.

LAGO, André Aranha Corrêa. **Conferências de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: FUNAG, 2013.

LAURANCE, William F. *et al.* Challenges for forest conservation in Gabon, Central Africa. *Futures*, v. 38, n. 4, p. 454-470, 2006.

LIMA, M. A teoria da maldição dos recursos naturais e a nova agenda de pesquisa. *Anais 3º Encontro Nacional da ABRI*, São Paulo, 2011.

LITFIN, Karen T. Constructing environmental security and ecological interdependence. **Global Governance**, v. 5, p. 359, 1999.

MABEY, Nick. GALLAGHER, Liz. BORN, Camilla. *Understanding Climate Diplomacy: Building diplomatic capacity and systems to avoid dangerous climate change*. Londres: E3G (Third Generation Environmentalism), 2013.

MARQUANT, Baptiste *et al.* Importance des forêts d'Afrique centrale. In : **Les forêts du Bassin du Congo - Forêts et changements climatiques**. De Wasseige Carlos (ed.) Weyrich, pp. 17-35. ISBN 978-2-87489-356-8, 2015 disponível em: <<https://www.observatoire-comifac.net/publications/edf/20152015>>

MBIDA, Patrick Roger. **L'orientation sectorielle de l'APD française en Afrique subsaharienne (1990 = 2005): les cas du Cameroun et du Gabon**. 2007. Dissertação de Mestrado. Université de Yaoundé 2.

MFOULA-NGHANGUY, Pierre Aimé. **La politique étrangère du Gabon et les recompositions stratégiques internationales à partir de 1990: contribution à la lecture de la diplomatie contemporaine**. 2005. Tese de Doutorado. Paris 10.

MONIÉ, Frédéric (Ed.). **Geografia e geopolítica do petróleo**. Mauad Editora Ltda, 2015.

MOULOUNGUI, Armel. **Gouvernance des ressources forestières au Gabon: acteurs et enjeux**. 2014. Tese de Doutorado. Université d'Orléans.

MOUSSAVOU, Chiberth Aulaire. Les aires protégées et le développement durable au Gabon : Entre sollicitations internationales et réalités locales. **Le cas du parc national de Loango**. 2012. Tese (Doutorado) – Curso de Geografia, Université de Poitiers, Poitiers, 2012. Disponível em: < <http://theses.univ-poitiers.fr/notice/view/59908>>. Acesso em 31 mar. 2023.

MOUTINHO, Victor; MADALENO, Mara. Does economic sectorial diversification affect the relationship between carbon emissions, economic growth, energy consumption, coal and gas consumption? Evidence from OPEC countries using panel cointegration analysis. **Energy Reports**, v. 8, p. 23-28, 2022.

N'DIMINA-MOUGALA, Antoine-Denis. Les manifestations de la guerre froide en Afrique centrale (1961-1989). **Guerres mondiales et conflits contemporains**, n. 1, p. 53-65, 2009.

NADIR, M.; SIQUEIRA TYBUSCH, J.; ARAUJO, L. E. B. de. A diplomacia ambiental no sul global: um olhar sobre África e América Latina. **Revista Justiça do Direito**, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 314-363, 2020. DOI: 10.5335/rjd.v34i1.11135. Disponível em: <<https://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/11135>>. Acesso em: 11 ago. 2023.

NDAKISSA, Onkassa F.N. **The peculiarities and the main stages of the Gabonese Republic's foreign policy**. Nota Bene, Moscou, nº1, p. 18 - 27, mar., 2017.

NDJAMBOU, Paterné. **Diversification économique territoriale: enjeux, déterminants, stratégies, modalités, conditions et perspectives**. Université du Québec à Chicoutimi, 2013.

NDOUMOU, Moukalla. **Le niveau zero du " Gabon vert" ou le comble d'une inquiétude: quelle éthique de l'environnement?**. Editions universitaires européennes, 2012.

NGO-SAMNICK, E. Lionelle *et al.* **Les vergers écologiques: Un modèle d'agriculture climato-intelligente responsable et exemplaire**. CTA, 2017.

NGUEMA, Davy Ndouve. **La coopération franco-gabonaise en matière d'armement et d'équipements des forces de défense du Gabon 1960-2017**. 2018. Dissertação de Mestrado. Université Omar Bongo de Libreville.

ONU. **Déclaration de principe sur les forêts**. A/CONF.151/26 (Vol. III). 14 ago. 1992. Disponível em: <<https://www.un.org/french/events/rio92/aconf15126vol3f.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2023.

OPEC. **Monthly Oil Market Report**. 2001. Disponível em: <https://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/MOMR_122001.pdf>. Acesso em 31 jan. 2024.

OPEC. **OPEC Monthly Oil Market Report**. Organization of the Petroleum Exporting Countries. 2024. Disponível em <<https://momr.opec.org/pdf-download/>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

Paris Club. **2022 Annual Report**. Paris: Club de Paris, 2022.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Gabon receives first payment for reducing CO2 emissions under historic CAFE agreement**, 2021. Disponível em:<<https://www.undp.org/geneva/press-releases/gabon-receives-first-payment-reducing-co2-emissions-under-historic-cafe-agreement>>. Acesso em: 23 abr. 2023.

POURTIER, Roland. Patrimoine, nature, développement: une lecture du Plan National d'Action pour l'Environnement du Gabon. **Espaces tropicaux**, v. 18, n. 9, p. 227-234, 2003.

PREISWERK, Roy. Néo-colonialisme ou auto-colonisation : l'identité culturelle de l'interlocuteur africain. In: BUNGENER, Pierre (dir.). **Le savoir et le faire: Relations interculturelles et développement. Cahiers de l'IUED | 2**: Graduate Institute Publications. 22 jun. 2016. Disponível em: <<https://books.openedition.org/iheid/3923#authors>> Acesso em: 16 ago. 2023.

ROSATI, Jerel. A cognitive approach to the study of foreign policy. In: HEY, Jeanne A. K.; HANEY, Patrick J. (Ed.). **Foreign policy analysis: continuity and change in its second generation**. New Jersey: Prentice Hall, 1995.

SACHS, Ignacy. Da civilização do petróleo a uma nova civilização verde. **Estudos avançados**, v. 19, p. 195-214, 2005.

SHAPIRO, Aurélie C. *et al.* Forest condition in the Congo Basin for the assessment of ecosystem conservation status. *Ecological Indicators*, v. 122, p. 107268, 2021.

SILVA, Filipe de Pádua Fernandes. Vulnerabilidade dos países exportadores de petróleo à própria riqueza: O caso dos países-membros da OPEP. 2018.

SILVA, Filipe de Pádua Fernandes. Vulnerabilidade dos países exportadores de petróleo à própria riqueza: O caso dos países-membros da OPEP. 2018.

SIPRI. Trends in International Arms Transfers. 2023. Disponível em: <<https://www.sipri.org/publications/2024/sipri-fact-sheets/trends-international-arms-transfers-2023>>

TAN, Jim. **Le Gabon devient le premier pays d'Afrique à être payé pour protéger ses forêts**. [S. l.]: Mongabay, 18 ago. 2021. Disponível em: <<https://fr.mongabay.com/2021/08/le-gabon-devient-le-premier-pays-dafrique-a-etre-paye-pour-proteger-ses-forets/>>. Acesso em: 23 abr. 2023.

TCHATCHOU, Bérenger *et al.* Déforestation et dégradation des forêts dans le Bassin du Congo: état des lieux, causes actuelles et perspectives. **Centre de Recherche Forestière Internationale (CIFOR)**, 2015.

Tescari, Adriana Sader. **A biodiversidade como recurso estratégico, as negociações do Protocolo de Nagoia e a política externa brasileira**. Brasília, DF: FUNAG, 2021.

The World Bank. Gabon : Rapport sur l'Évaluation de la Pauvreté, **Banque mondiale** 2020b. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/712731593500551678/pdf/Gabon-Poverty-Assessment.pdf>

The World Bank. Gabon Increasing Economic Diversification & Equalizing Opportunity to Accelerate Poverty Reduction. 2020a <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/93b6cb12-d3f1-50f8-a51f-e9d941aed7ae/content> Acesso em: 23 abr. 2023.

THE WORLD BANK. **World Bank Open Data**. 2024.

The World Bank. **Worldwide Governance Indicators**. 2023. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/publication/worldwide-governance-indicators>>

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

TSAYEM DEMAZE, Moïse. Éviter ou réduire la déforestation pour atténuer le changement climatique: le pari de la REDD. In: **Annales de géographie**. Cairn/Isako, 2010. p. 338-358.

UNDP. **Cadre de Finances publiques vertes au Gabon: Rapport Final**. Nairobi: UNDP, 2022. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/dJ269>>. Acesso em: 01 mar. 2024.

UNDP. **Cadre de Finances publiques vertes au Gabon: Rapport final**. 2022. Disponível em: <<https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-07/Finance%20Publique%20Verte%20-%20Rapport%20Final.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2024.

UNDP. Gabon: Human development summary capturing achievements in the HDI and complementary metrics that estimate gender gaps, inequality, planetary pressures and poverty. 2024 Disponível em: <<https://hdr.undp.org/data-center/specific-country-data#/countries/GAB>>

UNFCCC. COP27 Reaches Breakthrough Agreement on New “Loss and Damage” Fund for Vulnerable Countries. **UNFCCC**, 20 nov. 2022. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/ajoz0>>. Acesso em: 05 mar. 2024.

UNFPA - United Nations Population Fund. **World Population Dashboard**. 2024. Disponível em: <<https://www.unfpa.org/data/world-population-dashboard>>. Acesso em: 13 mar. 2024.

UNICEF. Time to Teach - **La fréquentation des enseignants et le temps d'enseignement dans les écoles primaires: Gabon**. 2021. Disponível em:

<<https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/Time-to-Teach-La-frequentation-des-enseignant-s-et-le-temps-d-enseignement-dans-les-ecoles-primaires-au-Gabon.pdf>> Acesso em: 13 mar. 2024.

UNSDG. United Nations Sustainable Development Group. **Le Gabon en passe de devenir un modèle dans la lutte contre le changement climatique**. 2022 Disponível em: <<https://unsdg.un.org/fr/latest/blog/le-gabon-en-passe-de-devenir-un-modele-dans-la-lutte-contre-le-changement-climatique>>. Acesso em 01 ago. 2023

VANCIM, Lucca Giranda. **Diplomacia Ambiental a partir de 2019: A Amazônia e os desafios para o Desenvolvimento Sustentável**. 2021. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

Vision Of Humanity. **Global Peace Index Map: The Most and Least Peaceful Countries**. 2024. Disponível em: <<https://www.visionofhumanity.org/maps/#/>>

WALI WALI, Christian; MAKITA-IKOUAYA, Euloge. Mobilités et enjeux sanitaires aux confins du Gabon et du Congo à l'heure de la COVID-19. **L'Espace Politique. Revue en ligne de géographie politique et de géopolitique**, n. 44, 2022.

WWF. Congo Basin: **The Congo Basin makes up one of the most important wilderness areas left on Earth**. At 500 million acres, it is larger than the state of Alaska and stands as the world's second-largest tropical forest.. [S. l.], 19 fev. 2014. Disponível em: <<https://www.worldwildlife.org/places/congo-basin>>. Acesso em: 27 jun. 2023.